

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): DO NÚCLEO INICIAL A SUA
CONSOLIDAÇÃO NA POLÍTICA DO ESTADO DE SERGIPE (1976-1987)**

Ronaldo de Jesus Nunes

São Cristóvão

Sergipe - Brasil

2025

RONALDO DE JESUS NUNES

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): DO NÚCLEO INICIAL A SUA
CONSOLIDAÇÃO NA POLÍTICA DO ESTADO DE SERGIPE (1976-1987)

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Costa Cardoso

São Cristóvão

Sergipe - Brasil

2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

N972p Nunes, Ronaldo de Jesus
Partido dos Trabalhadores (PT) : do núcleo inicial a sua
consolidação na política do Estado de Sergipe (1976-1987) /
Ronaldo de Jesus Nunes; orientador Célia Costa Cardoso. – São
Cristóvão, SE, 2025.
180 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de
Sergipe, 2025.

1. História - Sergipe - Atividades políticas. 2. Partido dos
Trabalhadores (Brasil) - História - Sergipe. 3. Partido Comunista
Brasileiro - Sergipe. 4. Ditadura. 5. Partidos políticos - Sergipe. I.
Cardoso, Célia Costa, orient. II. Título.

CDU 94:329(813.7)

RONALDO DE JESUS NUNES

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT): DO NÚCLEO INICIAL A SUA
CONSOLIDAÇÃO NA POLÍTICA DO ESTADO DE SERGIPE (1976-1987)

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Relações Sociais e Poder.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2025.

Profa. Dra. Célia Costa Cardoso - UFS

Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade – USP

Examinador Externo

Prof. Dr. Augusto da Silva – UFS

Examinador Interno

Prof. Dr. Fábio Maza – UFS

Examinador Interno (Suplente)

A luta de classes é o motor da história.

Marx e Engels, Manifesto do Partido Comunista.

AGRADECIMENTOS

“Tenho em mim todos os sonhos do mundo”, esse verso de Álvaro Campos, sintetiza a essência do processo de construção dessa pesquisa. Um sonho que não se limita unicamente a mim, mas fruto de todos aqueles que cruzaram o meu caminho ao longo deste trabalho. Agradeço a Deus, pela graça concedida, sabedoria e força em cada momento de minha trajetória.

À minha mãe, que sempre me ensinou a sonhar, persistir nos meus sonhos e nunca desistir. Meu maior exemplo de amor, dedicação, sabedoria, coragem, humildade e resiliência. A toda minha família, em especial: Edenilza, Edson, Romário, Anderson, Josileno, Shirley, Edilaine, Lunna, Eloá, Guilherme, Elisa, Misael e Elenilson, obrigado pelo apoio, incentivo e torcida durante esta caminhada. Vocês são minha base de sustentação e contribuíram de forma direta ou indiretamente para a finalização deste trabalho.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Célia Costa Cardoso. Que sorte eu tenho de ser seu orientando! Obrigado pela paciência, dedicação e humanidade com que conduziu as orientações. Esta pesquisa é reflexo do aprendizado e da inspiração que me proporcionou desde a graduação. Gratidão, professora Célia, por acreditar no meu potencial e compartilhar, durante todas as reuniões, seu vasto conhecimento, mas acima de tudo, por me ensinar que pesquisar transcende questões teóricas e metodológicas.

Agradeço especialmente aos professores, Everaldo de Oliveira Andrade e Augusto da Silva, pela disponibilidade e por aceitarem compor a Banca Examinadora. Suas contribuições foram valiosas para conclusão deste trabalho. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS), em especial: Carlos Malaquias, Fernando Sá, Bruno Álvaro, Fábio Maza e Jacqueline Ramos.

Aos meus queridos amigos, Charles, Danilo, Marcos, Rubens, Jocilene, Kardja, Fernanda, Marcos Manoel, uns desde da infância, outros presentes que a UFS me deu. Agradeço também aos meus amigos da pós-graduação: Janaina, Vitória e Maria Vitória. O processo de escrita, por vezes, é solitário, mas, a partir de nossos diálogos, tornou-se mais leve.

Um agradecimento especial a todos os entrevistados, que concederam seus relatos orais: Antônio José Gois, Marcelio Bomfim, Dr. Antônio Samarone, José Afonso do Nascimento, Marcos Antônio Araújo Cardoso, Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Milton Alves, Milson Barreto, Adiberto de Souza e Clímaco César Siqueira Dias.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa, que me permitiu a dedicação integral. Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), do Acervo “Documentação Sergipana”, e do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores.

Por fim, dedico este trabalho aos que sonharam, resistiram, tombaram, sobreviveram e que até hoje inspiram a não esquecer. “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. Suas vozes e memórias, ecoam no comprometimento com a verdade, justiça e reparação.

Escrever a história de um partido significa
escrever a história de um País.

Antonio Gramsci, *Quaderni del Carcere*, (2000).

RESUMO

O presente estudo dedica-se a analisar o surgimento do primeiro núcleo do Partido dos Trabalhadores em Sergipe (PT/SE) até a sua consolidação como uma agremiação forte no domínio da política estadual (1976-1987). A ditadura foi um regime autoritário instaurado a partir de 1964, por meio de um golpe civil-militar, que se prolongou até a década de 1980, passando por uma transição “lenta, gradual e segura”. As ações repressivas representaram uma série de violações aos direitos dos cidadãos, deixando marcas e traumas em grupos sociais opositoristas em razão das prisões, torturas e assassinatos. O Partido dos Trabalhadores (PT) de Sergipe foi fundado em 28 de julho de 1980, liderado por sindicalistas, estudantes, professores, trabalhadores e ex-integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em relação à metodologia, esta pesquisa se utilizou dos recursos da história oral para produzir algumas entrevistas com os membros fundadores do partido, como também com jornalistas que atuaram durante a formação do núcleo inicial do PT. Além dessas fontes principais, a pesquisa se desenvolveu em jornais sergipanos e baianos, relatórios policiais e do Serviço Nacional de Informação (SNI) e outros documentos levantados pela Comissão Estadual da Verdade. A análise e discussão de fontes orais e escritas possibilitaram estudar tempos históricos distintos, mas que estão entrelaçados. Por fim, a pesquisa visa contribuir para a historiografia brasileira e em especial a sergipana, tendo em vista o interesse em compreender trajetórias de personagens da história local, que atuaram fora dos grandes centros do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Palavras-chave: Sergipe; Ditadura; Partido Comunista Brasileiro; Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

The present study is dedicated to analyzing the emergence of the first nucleus of the Workers' Party in Sergipe (PT/SE) until its consolidation as a strong party in the field of state politics (1976-1987). The dictatorship was an authoritarian regime established in 1964, through a civil-military coup, which lasted until the 1980s, undergoing a "slow, gradual and safe" transition. The repressive actions represented a series of violations of citizens' rights, leaving marks and traumas in opposition social groups due to arrests, torture and murders. The Workers' Party (PT) of Sergipe was founded on July 28, 1980, led by trade unionists, students, teachers, workers and former members of the Brazilian Communist Party (PCB). Regarding the methodology, this research used the resources of oral history to produce some interviews with the founding members of the party, as well as with journalists who worked during the formation of the initial nucleus of the PT. In addition to these main sources, the research was carried out in Sergipe and Bahian newspapers, police and SNI reports and other documents collected by the State Truth Commission. The analysis and discussion of oral and written sources made it possible to study different historical times, but they are intertwined. Finally, the research aims to contribute to Brazilian historiography and especially Sergipe, in view of the interest in understanding the trajectories of characters in local history, who acted outside the major centers of the country, such as São Paulo, Rio de Janeiro and Brasília.

Keywords: Sergipe; Dictatorship; Brazilian Communist Party; Workers' Party.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Antônio José Gois	50
Figura 02	Milton Coelho	50
Figura 03	Marcelio Bomfim	50
Figura 04	Jackson de Sá	50
Figura 05	Asclepíades dos Santos	50
Figura 06	Carivaldo Lima	50
Figura 07	Faustino Alves	52
Figura 08	José Soares	52
Figura 09	Edson Sales	52
Figura 10	Virgílio de Oliveira	52
Figura 11	João Francisco	52
Figura 12	Rosalvo Alexandre	52
Figura 13	Luiz Mário	52
Figura 14	Delmo Maziazeno	52
Figura 15	Jornal da Bahia-1976	62
Figura 16	Marcelio Bomfim recebendo Lula e Ulysses Guimarães para comício das “Diretas Já” em Aracaju	81
Figura 17	Manifestação em Ato Público, à frente da imagem Marcelio Bomfim	102
Figura 18	Manifestação dos trabalhadores rurais junto aos petistas	109
Figura 19	Pré-Convenção do PT-Sergipe	118
Figura 20	Lula discursando no bairro São Conrado	123
Figura 21	Caminhada de encerramento da campanha	124
Figura 22	Comício pelas “Diretas Já” em Aracaju	134
Figura 23	Marcelio Bomfim discursando no Comício	134
Figura 24	Déda discursando pelas “Diretas Já”	135

Figura 25	Faixas pelas “Diretas Já” em Sergipe	135
Figura 26	Caminhada de Lula e Déda com crianças e correligionários pelo Siqueira Campos	139
Figura 27	“Panfleto de Tânia Magno e seu vice Antônio Bernardo na campanha ao governo de Sergipe de 1986	141
Figura 28	Grupo petista, 1986	144

LISTA DE QUADROS

Quadro I	Comandantes Militares envolvidos	46
Quadro II	Relação de alvos da Operação Cajueiro	47
Quadro III	Cumpridores de mandados de prisão/busca envolvidos	54
Quadro IV	Ministros e juízes envolvidos	56
Quadro V	Advogados envolvidos	58
Quadro VI	Vítimas transversais envolvidas	59
Quadro VII	Testemunhas de acusação	60
Quadro VIII	Comissão Provisória do PT-1979	90
Quadro IX	Comissão Provisória do PT-SE de 1980	103
Quadro X	Candidatos do PT para os níveis federal e estadual	118
Quadro XI	Candidatos municipais a prefeito pelo PT	119
Quadro XII	Candidatos ao cargo de vereadores pelo PT	120
Quadro XIII	Resultado das eleições para prefeitura de Aracaju- 1985	140
Quadro XIV	Resultado para cargo de governador- 1986	142
Quadro XV	Deputado estadual eleitos- 1986	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI	Ato Institucional
APES	Arquivo Público do Estado de Sergipe
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CA	Centro Acadêmico
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CEIS	Centro de Estudos e Investigações Sociais
CEV/SE	Comissão Estadual da Verdade-Paulo Barbosa de Araújo
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIE	Centro de Informações do Exército
CINIMAR	Centro de Informações da Marinha
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CJP-SP	Comissão de Justiça e Paz de São Paulo
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CPDOC	Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes

DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação da Indústria do Estado de São Paulo
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IPM	Inquérito Policial Militar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PR	Partido Republicano
PSL	Partido Social Progressista

PT	Partido dos Trabalhadores
PTR	Partido Trabalhista Renovador
SENAI	Serviço Nacional de Indústria
SINDIJUS	Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Sergipe
SNI	Serviço de Segurança Nacional
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIT	Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. ÀS MARGENS DA HISTÓRIA: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), OPERAÇÃO CAJUEIRO E REPRESSÃO POLÍTICA	33
2.1 Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária.....	34
2.3 Vozes e resistências na Operação Cajueiro	60
2.4 Entre a opressão e a liberdade: João Figueiredo e a política de abertura	65
2.5 Reconfiguração do cenário político das esquerdas em Sergipe	74
3. DESAFIANDO O ESTADO DE ORIGEM: A GÊNESE DO PRIMEIRO NÚCLEO DO PT EM SERGIPE	83
3.1 Do movimento sindical a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)	86
3.2 Fundadores do PT Sergipano: política de liderança, caminhos trilhados e desafios	94
3.3 Participação da Igreja e dos trabalhadores rurais.....	105
3.4 Representações midiáticas do PT/SE nos jornais Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade	110
3.5 O PT nas eleições: ascensão e conflitos políticos.....	114
4. DA BASE À CONSOLIDAÇÃO PARTIDÁRIA: O MOVIMENTO PRÓ-PT E A SUA HEGEMONIA POLÍTICA EM SERGIPE	126
4.1 Eleições e resultados políticos: o impacto das ações iniciais para o fortalecimento do PT no Estado.....	130
4.2 V Encontro Nacional: a bancada petista na Constituição	146
4.3 Contribuições dos ex-militantes do PCB no surgimento e consolidação do PT: uma jornada de transformações políticas.....	150
4.4 Legado do movimento Pró-PT na política sergipana: um olhar de suas contribuições duradouras.....	156
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS:	164
A- FONTES:	164
B- BIBLIOGRAFIA:	170

1. INTRODUÇÃO

Em 30 de outubro de 2022, o presidente eleito democraticamente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), em vias de exercer o terceiro mandato, proferiu seu primeiro discurso após a vitória contra o candidato de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro (do Partido Liberal - PL), na capital paulista. Diante de milhares de pessoas, Lula ressaltou que o resultado das eleições era de todos aqueles que “amavam a democracia”, que “queriam um país mais justo” e simbolizava a queda do “autoritarismo e do fascismo”. Assim, atribuindo “a vitória de um imenso movimento democrático”¹ em favor da democracia e acima de qualquer ideologia política entre os partidos políticos.

Após 24 horas dos resultados das eleições², o presidente Bolsonaro permanecia em silêncio, sem reconhecer a vitória de Lula. A demora do reconhecimento foi atribuída aos protestos antidemocráticos realizados em todo país por caminhoneiros, apoiadores de várias camadas sociais e muitos militares. Era notório que uma parcela da base do PL se recusava a aceitar a derrota nas urnas e criticava os vitoriosos e aqueles de dentro do partido que tinham legitimado e reconhecido o resultado do processo eleitoral, como o senador Flávio Bolsonaro (PL), o ministro das Comunicações, Fábio Faria, e a senadora eleita Damares Alves (PL). Após quase dois dias da vitória de Lula (48 horas) com reportagens de reconhecimento em várias mídias nacionais e estrangeiras, Bolsonaro realizou um curto pronunciamento, sob o lema “Deus, pátria, família e Liberdade”, agradecendo a aquisição de pouco mais de 58 milhões de votos e parabenizou a vitória da ultradireita para o Congresso Nacional³.

Mesmo diante de um discurso de pouco mais de dois minutos, uma característica marcante dele foi a ambiguidade de suas falas, compreendida, naquela conjuntura, como uma autorização à transição do governo. Entretanto, uma semana após a posse de Lula na presidência da República houve uma tentativa de golpe de Estado, liderado pelas forças do governo Bolsonaro. O 08 de janeiro de 2023, conhecido pelas invasões e quebraadeiras nos prédios públicos dos três poderes, somente não se concretizou por razão da rápida

¹ G1. O discurso de Lula ponto a ponto, 31 de outubro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/leia-e-veja-a-integra-dos-discursos-de-lula-apos-vitoria-nas-eleicoes.ghtml>. Acesso em: 01/01/2024.

² Lula venceu as eleições com 50,90% dos votos, enquanto Bolsonaro recebeu 49,10%. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em 01/01/2024.

³ G1, *Op. Cit.*

reação das forças democráticas e devido à falta de apoio de boa parte das forças armadas. Dessa maneira, esta data representou um evento histórico recente da crise da democracia brasileira. Nesta conjuntura política, observa-se a relevância dos estudos que trabalham política, democracia e ideologia⁴, e particularmente dos temas ligados ao contexto ditatorial, bem como aos conflitos recorrentes no presente. Desse modo, os acontecimentos recentes podem ser interpretados como ecos da ditadura civil-militar⁵, regime que perdurou no país por 21 anos. Foi na noite do dia 31 de março para a madrugada de 1º de abril de 1964 que ocorreu o golpe civil-militar e a partir daí, houve a instauração de uma ditadura no país. Segundo Carlos Fico (2014), o novo regime contou com o apoio da Igreja Católica, imprensa e amplos setores da classe média urbana e foi um fenômeno histórico dos mais expressivos do país, com a persistência desse autoritarismo até a atualidade.

Uma das primeiras ações do novo regime foi a instauração do Ato Institucional nº I (A-I)⁶, que tinha como objetivo transferir o poder político para os militares. A censura e a repressão política foram exercidas em conjunto por uma rede de órgãos que atuaram de forma unificada ao longo do regime, legitimadas sob as bases de restabelecer as instituições democráticas ameaçadas, varrer o perigo de subversão comunista e punir os que haviam enriquecido pela corrupção⁷. Dessa maneira, aperfeiçoando sistemas de monitoramento e repressão, como o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), Destacamentos de Operações Internas (DOI), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), esses órgãos tinham como principal objetivo reprimir e controlar qualquer atividade subversiva.

⁴ O conceito de ideologia, nesse estudo, apoia-se em Chauí (2000), que entende como uma prática social que perpassa as esferas da vida e naturaliza as relações de poder desiguais. Em síntese, pode-se compreender como um conjunto de valores e ideias que mascaram a realidade e que impedem que a classe dominada enxergue as relações de exploração. In: CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

⁵ Este estudo utiliza o termo ditadura civil-militar, por entender que houve a participação de parcela da sociedade no golpe de 1964. Desse modo, dialoga com estudiosos que usam esse conceito, como René Armand Dreifuss, Denise Rollemberg (2006), Célia Costa Cardoso, Lucileide Costa Cardoso, Daniel Aarão Reis, Janaina Martins Cordeiro (2015), Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Mota.

⁶ Ato Institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 03/01/2024.

⁷ MELO, Demian. O golpe de 1964 como uma ação de classe: uma polêmica com certas tendências da historiografia brasileira. In: Carla Luciana Silva, Gilberto Grassi Calil e Marcio Antônio Both da Silva (orgs.). Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM, 2014.

A subordinação do Judiciário e a interrupção dos direitos civis por meio do A-I, na verdade, foi uma porta de entrada para a implementação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Essa doutrina surgiu nos Estados Unidos, após o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, fazendo parte do projeto político dos EUA para a América Latina, a favor da contenção da expansão do ideal comunista na região. Na década de 1950 a DSN chegou ao Brasil, sendo adaptada pela Escola Superior de Guerra, para reprimir os “inimigos internos”⁸. Inicialmente, visava a perseguição de pessoas ligadas ao partido comunista, mas ao decorrer do regime ampliou-se para qualquer pessoa que fosse contrária, apresentasse perigo à ditadura ou ameaça à Segurança Nacional⁹.

Com o instauração do Ato Institucional nº 5 (AI- 5)¹⁰, através do decreto nº 63.800, de 13 de dezembro de 1968, permitiu-se fechar o Congresso Nacional, Assembleias Municipais e Estaduais, além de atribuir direitos de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal, de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos vistos como “subversivos”, de restituir o “Estatuto dos Cassados” e de confiscar bens como punição por corrupção, sendo este o ato mais cruento e autoritário durante o regime¹¹.

Mesmo antes da instauração do AI- 5, a sociedade iniciava um discurso de crítica a falta de liberdade, a censura e a tortura de civis. O confronto entre a polícia e os estudantes em 1968, culminou no assassinato do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto (RJ) – episódio do Restaurante Calabouço, e em seguida, aumentou o número de protestos, ocorrendo a Passeata dos Cem Mil¹² – uma das maiores demonstrações de repúdio à ditadura. Já a partir da década de 1970, ocorreu o rompimento político de uma

⁸ Ver: FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica. Editora Contracorrente, 2020. Ver também: CARDOSO, Célia Costa. Armas da vigilância política: “segurança nacional” e “guerra revolucionária”. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa. Ditaduras: Memória, violência e silenciamento. Salvador: Editora da EDUFBA, 2017.

⁹ GASPARI, Elio. A Ditadura Derrotada. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

¹⁰ Ato Institucional Nº 5, De 13 de dezembro de 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 03/02/2024.

¹¹ RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 133-166, 2003. p. 152.

¹² A morte do estudante secundarista Edson Luís, de 16 anos, em março de 1968 pela polícia militar, catalisou forte indignação popular, resultando em uma das maiores demonstrações políticas contra a ditadura. A Passeata dos Cem Mil, em resposta à repressão durante os primeiros quatro anos, em 26 de junho de 1968, foi uma demonstração de descontentamento de parcela da sociedade com a ditadura. Esta passeata ocorreu no centro do Rio de Janeiro, saindo da Avenida Rio Branco, em marcha à Igreja da Candelária, local onde ocorreu a missa em protesto à morte do estudante. Nela, participaram estudantes, intelectuais, políticos de esquerda, parcela da Igreja Católica e organizações sindicais. Tais atos provocaram a reação dos militares que decretaram o AI-5. Ver mais em: REIS, Daniel Aarão. O ano mágico. In: REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. 1968: A paixão de uma utopia. 3a ed. rev. E atual, RJ, Editora FGV, 2008.

expressiva parte da elite econômica que passou a criticar, principalmente, o burocratismo e o estatismo da política econômica brasileira. Desse modo, lideranças liberais, partidos políticos mais progressistas e/ou de esquerda (parte na clandestinidade) e alguns empresários condensaram um discurso oposicionista à ditadura¹³.

No estado de Sergipe, o cenário político durante a ditadura foi marcado pelo “revezamento”, entre setores do partido situacionista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e grupos controlados pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), comandado, por um lado, pela família Franco (ARENA), que tinha como principais lideranças figuras como Lourival Batista, Albano Franco e Augusto Franco e por outro, a família Teixeira (MDB), com o principal líder José Carlos Teixeira (deputado federal eleito em 1966 e 1974). Contudo, não existia uma alternância democrática. Pelo contrário, os militares controlavam a indicação de senadores e governadores, mantendo a manutenção da elite no poder. A partir de 1979, com a volta do pluripartidarismo e o surgimento de novos partidos políticos, como o PT, a hegemonia tradicional dessas famílias passou a ser desafiada. Apesar disso, muitos desses políticos conseguiram adaptar-se ao novo cenário. Assim, no final da década de 1970 e início dos anos 80, Sergipe passava por um período de transição e incertezas, acompanhando o cenário nacional. No campo político, sob o controle da oligarquia situacionista, o governo de Augusto do Prado Franco (1979-1982), dava continuidade à política marcada pelo conservadorismo. Apesar da administração conservadora, os movimentos sociais, partidos políticos e a sociedade civil como um todo ganharam força.

Esse período também foi marcado pela modernização e crescimento do estado. Com investimentos da Petrobrás, a chegada da emissora de televisão e da rede telefônica. Também houve investimentos em centros de saúde, construção de rodovias, conjuntos habitacionais e a modernização da indústria têxtil¹⁴. É importante lembrar que essa modernização não atendeu as camadas mais pobres. No âmbito cultural, manteve-se a herança das manifestações folclóricas e tradições populares, a exemplo, da festa de São João e da procissão de Bom Jesus dos Navegantes. Estas manifestações reforçam a preservação da cultura e identidade sergipana. Além disso, havia a forte presença de gêneros musicais nas comemorações, como o forró e o samba de coco. Fundada em 1968, a Universidade Federal de Sergipe (UFS), tornou-se também uma importante instituição

¹³ NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014.

¹⁴ RISÉRIO, Antônio. Uma história do povo de Sergipe. Aracaju, SE: SEPLAN, 2010. p. 567.

difusora não só da intelectualidade do estado, mas também da cultura. Dessa maneira, alguns docentes criaram, como uma atividade de extensão, o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), ocorrido anualmente, e que se tornou uma referência cultural do estado até os dias atuais¹⁵.

A proposta de criação do PT surgiu das mobilizações das greves sindicais da região do ABCD paulista, em 1978 e 1979, envolvendo os metalúrgicos de São Bernardo, Santo André, São Caetano e Diadema, quando operários das indústrias automobilísticas decidiram reivindicar seus direitos relacionados às perdas salariais do período do chamado “milagre econômico”, e se recusaram a aceitar às situações inadequadas de trabalho. O partido foi fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980 e um de seus traços marcantes foi a heterogeneidade que o grupo foi formado: sindicalistas, estudantes, bancários, trabalhadores rurais, metalúrgicos, indígenas, intelectuais, artistas, religiosos, funcionários públicos, jornalistas, ex-integrantes do PCB e outros¹⁶. Desse modo, o PT nasceu da conexão entre os movimentos sindicais desencadeados em São Paulo (SP) e os militantes de esquerda que faziam oposição à ditadura.

Em minha trajetória acadêmica participei de algumas atividades e projetos que contribuíram para o desenvolvimento e escolha do tema. O primeiro contato se deu ainda no 2º período da graduação, através da disciplina *Temas de História do Brasil Contemporâneo*, ministrada pela profa. Dra. Célia Costa Cardoso, que me possibilitou reflexões valiosas acerca das discussões das relações entre História, Historiografia e política durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Posteriormente, atuei como monitor da mesma disciplina por quatro semestres, no qual pude aprofundar minhas leituras a respeito da temática, até desenvolver um projeto de pesquisa ligado ao grupo de Pesquisa – Poder, Cultura e Relações Sociais na História (CNPq-UFS), visando o processo seletivo do mestrado.

Ademais, pesquisar sobre um partido político de esquerda, que surgiu pela necessidade de defender os interesses dos trabalhadores, partido este que cresci ouvindo dos meus pais, trabalhadores rurais, o quanto as políticas públicas do partido contribuíram para minha criação e dos meus quatro irmãos é desafiador. Ainda mais no contexto político que estamos vivendo, a importância de incentivar reflexões em tempos de

¹⁵ SANTOS, Mislene Vieira. Da ditadura à democracia: o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC) e a política cultural sergipana (1972-1995). 2014. 183 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

¹⁶ SECCO, Lincoln. História do PT, 1978-2010. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

negacionismos acerca do golpe de 1964, esta pesquisa surge como mais uma oportunidade para se analisar esse período e o surgimento do Partido dos Trabalhadores em Sergipe. Na última década, como já mencionado, o Brasil enfrentou desafios significativos à sua democracia, incluindo a destituição de uma presidente eleita em 2016, Dilma Rousseff, o crescimento dos movimentos conservadores e de ultradireita, além dos recorrentes discursos golpistas em nossa esfera pública e o aumento do negacionismo. Da mesma forma, consideramos que o entendimento das condutas sociais e políticas deste período estudado é crucial para a historiografia sergipana, podendo oferecer percepções importantes para os pesquisadores da história política, da ciência política e da sociologia.

As hipóteses dessa pesquisa estão centradas nas seguintes ideias: 1- afirmar que houve dispersão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Sergipe, ocorrida a partir da Operação Cajueiro de 1976, que não só marcou o declínio do “partidão”, como também ocasionou uma transformação no cenário político, permitindo que outros partidos se beneficiassem com as lacunas deixadas pelo PCB; 2 - o modo como se deu a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Sergipe, que não foi um evento isolado, mas sim um reflexo das dinâmicas sociais, econômicas e política da época. De modo que alguns militantes do PCB, que atuaram durante a ditadura e passaram pela Operação Cajueiro, mudaram de partido político, viabilizando um partido político-ideológico de base sindical e intelectual, em parte para se proteger do estado ditatorial, como também continuar atuante na luta dos trabalhadores.

Essas ideias fomentaram as questões principais desta pesquisa. De que forma a Operação Cajueiro influenciou na criação do Partido dos Trabalhadores em Sergipe? O que levou alguns militantes importantes do PCB a considerarem viável uma mudança política para um partido politicamente com base sindical e intelectual? De que modo jovens universitários formaram o grupo majoritariamente influente na fundação do PT, estudantes estes evidenciados ainda pela inexperiência política? Quando ocorreu o marco de hegemonia política do partido no estado e de que forma se deu o processo de socialização e consolidação do PT?

Desse modo, a pesquisa orienta-se a partir da ideia de que os militantes do Partido Comunista Brasileiro, que sofreram a repressão durante a Operação Cajueiro, mudaram de partido político viabilizando um partido com base sindical e intelectual. Ou melhor, a Operação Cajueiro pode ser compreendida como um sintoma para o surgimento do Partido dos Trabalhadores em Sergipe.

Dito isso, o estudo tem como objetivo analisar a dispersão dos membros do PCB ocorrida após a Operação Cajueiro em Sergipe, em pleno período de “distensão política” do governo Geisel, e a partir disso, procurar compreender como esse partido de esquerda influenciou o cenário político local, beneficiando outros partidos. Outrossim, compreender a gênese do primeiro núcleo do Partido dos Trabalhadores (PT) em Sergipe (1980-1982), em parte sob a influência dos comunistas. Por fim, examinar o fortalecimento do PT e a sua hegemonia política no estado de Sergipe (1982-1987).

Os estudos acerca da fundação deste partido no campo nacional já foram muito discutidos nas últimas décadas, mas ainda é pouco explorado as suas origens nos estados. Em relação aos trabalhos bibliográficos locais que dialogam com essa pesquisa, destacam-se *A tutela militar em Sergipe (1964-1984)*, do historiador Ibarê Dantas, publicada em 1997, a monografia de José Valdomiro Fernandes Meneses, do ano 2000, e a obra *PT saudações: um depoimento para petistas e não petistas*, de Marcelo Ribeiro, 2003. Ibarê analisa no capítulo VII a volta do pluripartidarismo e as eleições de 1982, na qual o PT participou pela primeira vez. Além disso, ele apresenta algumas das dificuldades enfrentadas para criação do partido e os resultados das eleições de 1982. O trabalho de José Valdomiro, intitulado *Origem e formação do Partido dos Trabalhadores no Estado de Sergipe (1980-1982)*, teve como objetivo compreender a formação inicial do PT, trazendo, em anexo, alguns documentos da época, como a primeira ata da reunião do PT e o programa, que também foram analisados neste estudo¹⁷. E Marcelo Ribeiro, relata sua trajetória política no PT, as convivências com colegas e os “bastidores” dos acordos políticos.

No contexto nacional, temos as obras de José Martins de Souza, *Do PT das lutas sociais ao PT do poder* (2016), que contém uma série de textos que acompanham a trajetória do PT até os dias atuais. Outra obra, *A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira* (2010), de Margaret Keck, busca responder o porquê da existência do PT ser visto como uma irregularidade, assim como ser uma anormalidade no campo do sistema partidário brasileiro. Lincoln Secco em sua obra *A história do PT* (2011), reconstituiu os principais fatos nacionais à luz das estruturas do espaço e do tempo, trazendo uma história que adentra a ação política desde de suas

¹⁷ MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes. *Origem e Formação do Partido dos Trabalhadores no Estado de Sergipe (1980 - 1982)* 2000. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

bases. Mais recentemente, Celso Rocha de Barros no livro, *PT, uma história* (2021), reconstruiu a história e a trajetória do partido. Já Fernando Moraes na obra, *Lula: Biografia* (2021), aborda a história da vida de Lula, desde a sua infância até o anulamento de suas condenações no ano de 2021.

Destacam-se também, as dissertações de mestrado de alguns autores: Ciro Alcântara de Araújo, *A origem do Partido dos Trabalhadores no Ceará: uma alternativa popular (1979 - 1989)*, defendida em 2017, que analisa a trajetória do Partido dos Trabalhadores no Ceará. E o trabalho de Wibsson Ribeiro Lopes, intitulado *Os primeiros anos do PT em Alagoas (1979/1989)*, de 2016, que nele examina sua organização inicial e seus embates político-partidários.

Em relação aos pressupostos teóricos-metodológicos, a pesquisa está vinculada às abordagens gramscianas. Antônio Gramsci, em seus chamados *Cadernos de Cárcere*, apresenta uma acepção ótica ampla e complexa para pensarmos a luta de classes, não restringindo ao mero confronto econômico entre a burguesia e o proletariado. Para ele, a história da luta de classe está entrelaçada à sociedade civil, mesmo não ocorrendo de forma unificada. É nesses espaços, da sociedade civil, como sindicatos, escolas, igrejas, meios de comunicação e outras instituições, que ocorrem a contestação hegemônica das classes dominantes¹⁸. Assim, tais espaços se caracterizam como campo de batalhas ou contra-hegemonia das classes subalternas. Dessa maneira, a luta de classes manifesta-se em diversos âmbitos, não apenas na esfera econômica, mas também no campo cultural, político e ideológico.

Historicamente, como observado por Gramsci, a falta de unificação das classes subalternas, mostram a fragmentação e o hermetismo de suas lutas. Para além da influência constante das classes dominantes, as classes subalternas enfrentam as divisões internas e os desafios presentes na articulação da própria classe de forma coesa. Apesar dessa fragmentação nas classes subalternas, esse fator não impede a articulação, organização e mobilização de forma prática. Nesta perspectiva, é possível observar sobre a ótica gramsciana, que a desagregação pode ser superada por meio da formação de uma “vontade coletiva”, ou seja, através do processo que unifique frentes de lutas diversas em torno de uma luta ou projeto em comum.

¹⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, v. 6. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 352.

Segundo Gramsci (2002), para compreender a luta de classe é preciso analisar diversos aspectos. 1- a formação da classe, partindo dos pressupostos econômicos e das transformações sociais. Neste primeiro ponto é preciso analisar sua origem e a difusão qualitativa, tomando como base classes anteriores. 2- consentimento ativo ou passivo às formações políticas dominantes, influenciando nas reivindicações próprias do programa. 3- surgimento de partidos políticos da classe dominante, visando manter controle das classes subalternas. 4- formas de organização, mobilização e resistência das classes subalternas. 5- organizações políticas independentes, mas que operam dentro dos limites e estrutura estabelecida pela classe dominante. E 6- movimentos ou organizações políticas criadas pela classe subalterna, que visam autonomia integral e o rompimento de estruturas do sistema dominante¹⁹. Como observado, o processo evolutivo das classes subalternas não ocorre de forma linear. Pelo contrário, esse processo ocorre através de fases intermediárias ou combinações de várias fases distintas do desenvolvimento político e social.

Sob essa ótica, o historiador, ao se debruçar nos estudos relacionados a um partido político, analisa não apenas a trajetória desse partido, mas as interações e repercussões dentro da classe subalterna. Desse modo, ao pesquisar sobre um partido é possível perceber como ele sofre ou exerce uma hegemonia, inclusive, dentro da própria classe, seja entre diferentes partidos ou grupo subalterno²⁰. A partir da complexa relação dentro das classes subalternas e sua dinâmica percebe-se as múltiplas fases e interações da luta de classes, assim como da construção hegemônica no campo subalterno.

Para uma melhor compreensão, o autor introduz o conceito de hegemonia, na tentativa de explicar como a burguesia mantém seu poder não apenas utilizando como instrumento a força, mas também o consenso. De maneira que estabelece uma liderança moral e cultural na sociedade. Conforme A. Gramsci (2000), a hegemonia é conquistada por meio de embates que comportam o plano ético-cultural, modos de representação, expressão de saberes, autoridade e formas de legitimar e universalizar, organização política e estrutura política²¹. Neste estudo, compreende-se a noção de hegemonia como um conjunto de ideias, valores moldados e vividos pela sociedade, ou seja, a capacidade de determinado grupo social promover e exercer a liderança política e cultural com o

¹⁹ *Ibid, Op. Cit.*, p. 352-353.

²⁰ *Ibid, Op. Cit.*, p. 353.

²¹ GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 2. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 11.

consentimento da sociedade. De maneira que, a hegemonia pressupõe a liderança política, ideológica e cultural de uma classe sobre outras.

As análises se debruçaram, assim, sobre a atuação dos petistas, seguindo a teoria de A. Gramsci. O PT surge no final dos anos de 1970 no cenário de luta de classes no Brasil, marcado pela crise da ditadura, a ascensão das lutas operárias e o crescimento dos movimentos sociais. Esta década, caracterizada pela modernização, aceleração da industrialização e da urbanização, não promoveu uma democratização política, ocasionando o descontentamento entre os trabalhadores e setores populares. Sob essa acepção ótica, o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), pode ser compreendido como uma resposta à hegemonia da classe dominante, ou seja, uma tentativa de contra-hegemonia, que englobasse as classes subalternas. De maneira que, incorporou diversos grupos sociais.

No campo metodológico foi desenvolvido um estudo com base na análise do discurso de Michel Pêcheux (1990), que esclarece essas reflexões a partir do entendimento de que todo discurso é atravessado por formações ideológicas que determinam seus sentidos²². Com isso, foi possível compreender como os discursos, influenciados por ideologias e relações de poder²³, contribuem para a formação de identidades políticas. Neste contexto, a análise dos discursos sobre o processo de formação e consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Sergipe permitiu observar como a linguagem reflete e perpetua relações de poder, especialmente no período de transição da ditadura.

Lembramos que, conforme Pêcheux (1997), o sujeito não é a origem do sentido, mas atravessado pelo interdiscurso²⁴. Esse conceito permitiu analisar as diversas vozes presentes no cenário político e suas disputas. É pertinente destacar que por meio dessa análise, foi possível perceber como os relatos orais, editoriais de jornais, materiais institucionais do partido e outros documentos dialogam com discursos anteriores e

²² PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. São Paulo: Hucitec, 1990.

²³ Para Foucault, o poder se estabelece entre os indivíduos, ou ao menos a própria execução dele. Assim, o poder não pode ser entendido como uma simples substância. Dessa forma, as relações de poder entre os indivíduos não se baseiam em nível do direito e da violência, assim como, não se caracterizariam unicamente como repressivas e contratuais. FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010. p. 243.

²⁴ PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 1997. p. 198-199.

contemporâneos, refletindo sobre questões ideológicas complexas, como as transformações políticas e sociais do período.

Assim, a análise revelou como as estratégias discursivas e a produção de sentidos foram estruturadas em meio às disputas políticas daquele período. Quando Pêcheux, aponta que a ideologia fala no silêncio das evidências²⁵, ele destaca que, na prática, esses discursos naturalizados ocultam relações de dominação. Conclui-se que é possível observar nos discursos não apenas o que estava explícito, mas também os silenciamentos e exclusões que moldaram a trajetória e a hegemonia do PT em Sergipe, em um contexto de profundas transformações sociais.

Para o desenvolvimento metodológico ainda, procurou privilegiar um estudo com base nas análises qualitativas, sem desprezar o quantitativo, das fontes históricas. Desse modo, não seguindo o modelo tradicional, factualista, narrativo do discurso histórico com uma abordagem em descrever apenas os fatos históricos, mas expor uma abordagem mais ampla envolvendo o coletivo e não somente, o individual²⁶. Primeiramente, a pesquisa foi submetida ao protocolo de ética da “Plataforma Brasil” e às normas da Lei n° 8.142/1990, do Conselho Nacional de Saúde (CNS)²⁷, pois utilizou-se de fontes orais, contando com testemunhos de ex-militantes do PCB e pessoas que participaram diretamente ou indiretamente da fundação do PT, como Antônio José Gois, Marcelio Bomfim, Dr. Antônio Samarone, José Afonso do Nascimento, Marcos Antônio Araújo Cardoso, Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Milton Alves, Milson Barreto, Adiberto de Souza e Clímaco César Siqueira Dias.

As fontes orais foram analisadas a partir dos pressupostos das diferentes experiências, incluindo desde eventos históricos amplos, como práticas culturais, relações sociais e/ou situações cotidianas. Nesta perspectiva, o método da história oral “permite que categorias cujo ofício não é escrever possam se expressar”²⁸, dando visibilidade aos “esquecidos da história”. A história oral, segundo Jean François (1996), possibilita dar voz aos “dominados”, excluídos e silenciados pela história. Vale ressaltar que a história

²⁵ PÊCHEUX, *Op. Cit.*, 1990.

²⁶ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

²⁷ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 78101024.3.0000.5546, número do Parecer: 6.772.332. Disponível em: file:///C:/Users/Samsung/Downloads/PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_6772332.pdf.

²⁸ BECKER, Jean Jacques. O handicap do a posteriori. In: Usos & abusos da história oral. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 27-32.

oral e a história do tempo presente não são sinônimas e vice-versa, mas ambas possuem acoplamentos com a memória²⁹.

É preciso ressaltar que ao fazer história oral, o historiador está produzindo conhecimento histórico e científico, que se diferencia da mera coleta de relatos e experiências de indivíduos com um gravador³⁰. A história oral assume um papel por meio da valorização de suas histórias e perspectivas que contribui para uma compreensão mais abrangente do passado³¹. Um debate importante ao tocar o campo da história oral é a discussão a respeito do conceito de memória, que neste estudo pode ser entendida como um fenômeno atual formado por diversas temporalidades que se inter-relacionam e coexistem uma na outra³². Segundo José de Assunção (2017), a memória em seu conceito mais popular, habitual e cotidiano, pode ser entendida como aquilo que o indivíduo consegue representar e lembrar do passado, em síntese, uma metodologia fracionária e imperfeita.

Para além disso, pode-se compreender como uma representação do passado de alguém que viveu determinada época, acontecimento, lugar, ou seja, representações e experiências de indivíduos que ainda estão vivos³³. É possível notar através do estudo da memória como ela passa por um processo contínuo de negociações. Desse modo, as narrativas orais nos mostram o quanto essas lembranças podem ser moldadas, transmitidas e reinterpretadas.

Segundo Alfredo Bosi (2002), o conceito de memória está cruzado na relação passado-presente, ou seja, são com as lentes do presente que se busca lembrar dos fatos passados, para produzir representações de um determinado acontecimento. Essas representações podem ser entendidas como construções sociais das práticas históricas, sendo assim, as representações individual ou coletiva transmitem visões de mundo ou formas de se enxergar determinado espaço ou acontecimento. Devemos compreender que a memória é um conjunto de lembranças que permite alterar as evidências e os fatos passados, ou até mesmo compreender como o indivíduo representa o passado³⁴.

²⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. Prefácio de Margareth Rago. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 224.

³⁰ THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. História oral, v. 5, 2002.

³¹ ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 166-167.

³² NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. Projeto História. V. 10 (1993).

³³ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 63.

³⁴ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 423.

Buscou-se analisar também, os jornais Tribuna da Bahia, Jornal da Bahia, Folha de Sergipe, Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade, os dois últimos veículos de informação tiveram uma expressiva contribuição à sociedade sergipana. Nesses veículos foram encontrados manchetes e manifestos do PT noticiados na íntegra. Ambos se encontram disponíveis para consulta na hemeroteca do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Alguns exemplares também foram encontrados no Museu da Gente Sergipana. Para além dessas fontes, foram analisadas também documentos do Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), do acervo “Documentação Sergipana”, da Universidade Federal de Sergipe, relatórios do Serviço Nacional de Informação (SNI), e outros acessados (online) do Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e História política da Fundação Perseu Abramo (Atas, resoluções, material de campanha, jornais e boletins). Desse modo, foram confrontadas as fontes orais com fontes escritas, para se chegar mais próximo dos fatos³⁵. Essa investigação também se baseou em uma revisão bibliográfica a partir do conhecimento disponível em livros e artigos científicos, com a finalidade de ampliar o conhecimento na área em destaque, dando sustentação teórica à pesquisa. Também foram realizadas consultas de produções técnico-científicas relacionadas ao tema, de autores que se dedicaram a analisar o tema.

A respeito da delimitação temporal esse estudo inicia no ano de 1976, para uma melhor compreensão do estudo foi necessário analisar o contexto da década de 1970, tendo em vista que esse período foi fundamental para entender seu nascimento e a conjuntura política que se formou. A fundação do PT em Sergipe ocorreu em 28 de julho de 1980. Como marco final, adotamos o ano de 1987, isso não quer dizer que não trataremos de questões que ultrapasse este ano, que foi marcado pela hegemonia política do PT no estado de Sergipe e pela conquista de cargos públicos e aumento da filiação político-partidária. Esse recorte também está vinculado aos nossos objetivos, pois foi quando ex-militantes do PCB trocaram o seu partido pelo Partidos dos Trabalhadores (PT).

Em síntese, a dissertação está dividida em três capítulos, no primeiro intitulado *Às margens da História: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Operação Cajueiro e repressão política*, contextualizamos a Operação Cajueiro ocorrida no estado de Sergipe,

³⁵ PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

em 1976, que resultou na prisão de vários membros do PCB e a sua completa dispersão. Esta operação militar, dirigida pelo Exército, e as suas consequências para o tradicional partido de esquerda brasileira abrange os governos de Geisel, com a sua “política de distensão, lenta, gradual e segura”, e de João Figueiredo, que continuou esta política, agora denominada de “abertura política”. Este capítulo, na verdade, vai além da compreensão da Operação Cajueiro em si, ao buscar analisar como cada membro do PCB foi atingido pela repressão política e em sua decorrência, o agravamento da desorganização partidária sofrida. De modo que estudaremos o cenário político sergipano do final da década de 1970 e início dos anos 1980, dando atenção especial à teia formada com as ramificações das lideranças comunistas em outros partidos, beneficiando-os.

No segundo capítulo, *Desafiando o estado de origem: a gênese do primeiro núcleo do PT em Sergipe*, procuramos analisar o surgimento do primeiro núcleo do Partido do Trabalhadores (PT), assim como, a participação de estudantes universitários, sindicalistas, intelectuais, professores, militantes políticos e trabalhadores que se mobilizaram para fundar o primeiro núcleo do partido na capital sergipana. De modo que, explorou-se as motivações e influências que levaram alguns militantes políticos do PCB a fundar o núcleo do PT/SE e os valores defendidos por eles, como maior participação popular, ideário de justiça social e um partido que defendesse as lutas pelos direitos dos trabalhadores. Desse modo, procuramos analisar as raízes do partido, motivações e ideais que levaram a sua fundação e suas principais lideranças, bem como os principais desafios e resistências enfrentadas nos primeiros anos pelo partido.

Da base à consolidação partidária: o movimento pró-PT e a sua hegemonia política em Sergipe é o tema do terceiro capítulo, que busca analisar as primeiras eleições sergipanas com o PT e as estratégias utilizadas pelo partido para aumentar a representação política no estado. Para além disso, buscamos compreender as razões pessoais e políticas que levaram ex-militantes do PCB a unirem-se ao PT e a sua contribuição ao partido para o fortalecimento e a hegemonia política em Sergipe. Nesse sentido, trataremos não só da hegemonia política do PT, mas também do legado e marcas do partido deixados na paisagem política cotidiana sergipana.

Nesse sentido, pesquisar o surgimento do Partidos dos Trabalhadores no estado é de suma importância para a compreensão das relações políticas e ideológicas tecidas por indivíduos e movimentos sociais. Assim, este estudo contribuirá para melhor entendimento da participação dos ex-militantes do PCB na formação do PT, assim como,

traz uma reflexão das questões políticas e ideológicas que moldaram o partido ao decorrer dos anos. Essa renovação da história política contribuiu para desabotoar o campo da história do tempo presente, na qual esse estudo está vinculado, e na história oral, trouxe a expressão de várias vozes como ato político.

2. ÀS MARGENS DA HISTÓRIA: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), OPERAÇÃO CAJUEIRO E REPRESSÃO POLÍTICA

“Lembrar é resistir”

Paulo Barbosa de Araújo.

A Operação Cajueiro ocorrida no Estado de Sergipe, em 1976, marca um capítulo importante da história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que resultou na prisão de vários membros do partido e a sua completa dispersão. Esta operação recebeu notabilidade em virtude das graves violações realizadas aos investigados nas dependências do Quartel do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC), na maior parte dos atos eles foram torturados³⁶. O caso chama atenção ainda, pela rede de serviços envolvidos e acionados, como médicos³⁷ e leigos encarregados de falsificar registros e exames, corroborando assim para encobrimento das práticas de tortura³⁸.

A ação militar, de âmbito nacional, foi desencadeada em Aracaju no dia 20 de fevereiro de 1976, e teve como principal objetivo desarticular o PCB no estado³⁹. Essa operação militar, dirigida pelo Exército, e as suas consequências e desdobramentos para o tradicional partido de esquerda brasileira abrangeu os governos de Geisel, com a sua “política de distensão, lenta, gradual e segura”, e de João Batista Figueiredo, que deu continuidade a esta política, agora denominada de “abertura política”⁴⁰. Contudo é importante ressaltar que o fim da ditadura instaurada em 1964, deu-se por meio de ações de organizações das esquerdas, sobretudo aquelas ligadas ao movimento operário e outros movimentos de massas⁴¹.

Este capítulo, na verdade, não se limita apenas à compreensão da Operação Cajueiro em si, mas busca analisar como cada membro do PCB foi atingido pela repressão

³⁶ DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997.

³⁷ Os médicos que desempenharam função nesta operação foram: José Carlos Pinheiro, Williams de Oliveira Menezes e Sálvio Mendonça. Ver: GÓES, Cristian; ROCHA, Ana Paula, MARQUES, Paulo. *Borracha na cabeça: O golpe e a ditadura militar em Sergipe*. Aracaju-SE: Centro de Estudos em Jornalismo e Cultura Cirigype, 2024. p. 121.

³⁸ GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 26.

³⁹ Dossiê da Operação Cajueiro pela Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. ASV/ACE/3802/82_001, fls.6. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 02/02/2024.

⁴⁰ NUNES, R. J. Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, [S. l.]*, v. 1, n. 54, 2024. p. 51.

⁴¹ ANDRADE, E. O. A liberdade nasce da luta: o surgimento da OSI na crise da ditadura. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. SANTOS, Cecília Macdowell, TELES, Edson, TELES, Janaína Almeida (Org.), v. 1, 2009. p. 69.

política e suas trajetórias políticas posteriores. Em decorrência deste fato, procura elencar os motivos do agravamento da desorganização partidária sofrida pelo PCB-Sergipe. Nesta perspectiva, a pesquisa não se restringe a apresentar uma narrativa cronológica dos fatos históricos⁴², mas captar a intensidade da luz exposta às consequências políticas, as quais reverberam mais adiante do período da Operação Cajueiro.

Da mesma forma, mais especificamente, a pesquisa transcende a uma simples análise dos eventos da operação militar, propondo assim, adentrar com um olhar profundo a dispersão dos membros do PCB e as ações repressivas que resultaram na desorganização do partido. De modo que, estudaremos o cenário político sergipano do final da década de 1970 e início dos anos 1980, dando atenção especial à teia formada com disputas e ramificações das influências das lideranças comunistas em outros partidos, beneficiando-os. Dessa forma, discutiremos se outros partidos ou movimentos políticos se beneficiaram desta situação, no contexto de desestruturação partidária do PCB.

2.1 Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária

O ano de 1974 representava uma década da instauração da Ditadura civil-militar, ano este da posse do presidente General Ernesto Geisel, em 15 de março, ou seja, um momento de comemorações para alguns militares das Forças Armadas. Com Geisel apresentou-se um cenário viável de descompressão ou “distensão” política, medida que já havia sido cogitada pelo ex-presidente marechal Artur da Costa e Silva (15.03.1967 a 31.08.1969), mas em virtude de seu falecimento nada foi feito e no governo de Emílio Garrastazu Médici (30.10.1969 a 15.03.1974), tais ideais nem foram pensados pelo menos nos primeiros anos, sobressaindo as mudanças econômicas, no conhecido “milagre econômico”⁴³. Essa expressão surgiu na Alemanha Ocidental, na década de 1950, para justificar a recuperação da crise econômica do país. Na década de 1960, a mesma foi usada no crescimento econômico do Japão. Uma década depois, esse fenômeno repetiu-se, dessa vez no Brasil⁴⁴.

⁴² FALCON, Francisco, *Op. Cit.*

⁴³ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 267.

⁴⁴ PRADO, Luiz Carlos D. & EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2a, Ed, RJ, Civilização Brasileira, 2007. p. 219.

O “milagre brasileiro” (1968-1973) foi o período econômico em que o país atingiu altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)⁴⁵. Apesar de não haver um consenso a respeito das causas, a literatura destaca três principais interpretações: 1- cenário externo, defendendo a expansão da economia internacional; 2- política interna do Brasil, sobretudo em virtude da política monetária, os incentivos às exportações e a creditícia expansionista; 3- e também, se atribuem as reformas institucionais do governo através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)⁴⁶. Se com o “milagre”, o país conseguiu o crescimento do PIB, o desenvolvimento industrial, a modernização da infraestrutura e o aumento das exportações, aumentou, em contrapartida, o endividamento externo, a desigualdade social e o impacto ambiental. Durante este processo de crescimento, as condições externas passaram por uma drástica transformação, como em 1971, Richard Nixon, governo republicano dos Estados Unidos (EUA), encerrou o acordo de Bretton Woods, rompendo assim a convertibilidade do dólar em ouro. Em dezembro do mesmo ano, os ministros dos países ricos tentaram fazer um acordo em Washington, mas não obtiveram sucesso. Esse cenário levou até meados de 1973, a emergência de uma nova estrutura da economia global, definida por taxas de câmbio flutuantes. O quadro dificultou ainda mais com o aumento do preço do petróleo em fins de 1973. A Crise do Petróleo se deu em virtude do conflito árabe-israelense, que impactou de forma significativa a economia global. De modo que, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), quadruplicou o preço do petróleo, reagindo assim os governos dos EUA e dos países europeus, esses eventos marcaram o fim do fenômeno “milagre brasileiro”⁴⁷.

A crise internacional do capitalismo iniciada na década de 1970, afetou diretamente a política e a economia brasileira, ainda sob a ditadura. No Brasil durante os anos de 1974 a 1977, as importações variaram pouco, cerca de 12 a 12,6 bilhões de dólares. No mesmo período, as exportações saíram de 7,8 para 12,5 bilhões. No entanto, apesar do aumento das exportações, a dívida externa do Brasil em 1978, chegava a 4,2 bilhões de dólares, não sendo suficiente para pagar a dívida externa, obrigando o Brasil e recorrer a novos empréstimos, e os lucros das multinacionais que não eram direcionados aos investimentos internos foram fatores que agravaram ainda mais a dependência do

⁴⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985. p. 179.

⁴⁶ VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, v. 62, p. 221-246, 2008. p. 222.

⁴⁷ PRADO, Luiz Carlos D. & EARP, Fábio Sá, *Op. Cit.*, p. 234.

país. Ainda em 1978, a receita líquida alcançou um total de 7 bilhões de dólares, enquanto a dívida externa chegou a 43,5 bilhões de dólares⁴⁸.

É importante lembrar que o modelo econômico adotado durante a ditadura intensificou crescentes desequilíbrios internos, acarretando a dependência externa do Brasil. A situação do país começou a se deteriorar no governo de Geisel, a dívida externa passava de 6,2 bilhões para 11,9 bilhões de dólares. Junto a isso, a inflação subiu de 15% para 34%, há estimativas que dizem que esse índice poderia ultrapassar esses valores. Um exemplo de manipulação nesse contexto, foi o reajuste salarial ocorrido em 1973, no qual Delfim Neto, fixou a taxa de inflação em 15%, mas a essa altura alguns indicadores apontavam uma inflação entre 20% e 25%. Na época, o Banco Mundial, apontava uma estimativa de 22%⁴⁹. A conjuntura explosiva e a instabilidade econômica mundial geraram uma série de inquietações nos movimentos sociais, sobretudo aqueles ligados ao movimento trabalhista. Junto a insatisfação surgiram protestos e greves dos trabalhadores contra a austeridade e aumento da inflação. Nos Estados Unidos e na Europa, a crise do capitalismo alimentou alguns movimentos, a exemplo a Revolução Iraniana (1978-1979), que derrubou o regime de Xá Mohammad Reza Pahlavi, e instaurou a República Islâmica, liderada por Ruhollah Khomeini. E a Revolução dos Cravos (1974), em Portugal, que pôs fim à ditadura salazarista, através de um golpe de estado, marcando o processo de democratização de Portugal. Esse movimento é reconhecido pela ausência de derramamento de sangue, marcado pela marcha pacífica de soldados e civis, que colocaram cravos nos canos dos fuzis dos militares, simbolizando a vitória sem violência. Ambos os casos, são exemplos claros e emblemáticos de como diferentes contextos sociais, políticos e econômicos, conseguem provocar transformações profundas.

Outro evento importante foi o Movimento Solidariedade (Solidarność, em polonês), na Polônia, liderado por Lech Walesa, que surgiu em 1980, a partir das greves trabalhistas dos estaleiros de Gdansk. Os protestos contra as condições políticas e econômicas do regime comunista polonês ganhou notoriedade pelo seu caráter pacífico e pela mobilização de diversos trabalhadores⁵⁰. A cidade de Gdańsk, como epicentro deste movimento, nos permite pensar como as demandas trabalhistas locais criaram novas

⁴⁸ ANDRADE, E. O. Mário Pedrosa, o golpe de 1964 e a crítica ao desenvolvimentismo. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 11, 2016. p. 272.

⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁰ BELLIFEMINE, Onófrío. “O vento Báltico”: das greves de Gdansk ao reconhecimento do Solidarność, a Polónia do “Corriere della Sera” (julho-agosto de 1980). In: *Colóquios Literários*. Uniwersytet Kardynała Stefana Wyszyńskiego em Warszawie, 2023.

possibilidades de resistência ao regime e a luta se espalhou e influenciou outros países. Assim como em Gdańsk, ocorreram em Sergipe, apesar das especificidades regionais, junto às bases sindicais rurais e às demandas agrárias, o desenvolvimento de novas estratégias de resistência ao regime militar.

Houve também a Revolução Sandinista da Nicarágua, um movimento inspirado nos ideais marxistas e anti-imperialistas e liderado pela Frente de Libertação Nacional (FSLN). Esse movimento chegou ao fim em 1979, com a queda do regime autoritário de Anastasio Somoza Debayle, na Nicarágua. Essa revolução trouxe profundas mudanças nas reformas sociais, econômicas e políticas, dentre elas a reforma agrária, a nacionalização de propriedades, investimentos na saúde e educação. Sem dúvidas, a Revolução Sandinista da Nicarágua, transformou-se em símbolo de resistência para outros movimentos de esquerda espalhados pelo mundo. Vale lembrar que a crise econômica também influenciou a origem de outros movimentos sociais, como o movimento ambientalista e o movimento feminista.

O cenário do Brasil a partir de 1974 ficou assim, marcado pelo fim do milagre econômico, a crise do Petróleo e as mudanças na conjuntura econômica internacional, apresentando-se favorável para o início de uma política de distensão, era o início da crise da ditadura. Este processo, defendido por Geisel e Golbery de Couto e Silva⁵¹, tinha o slogan complementar de “lenta, gradual e segura”, gerando, conflitos internos quase que permanentes no aparelho do estado, que se ramificaram pelas Forças Armadas, afastando, deste modo, os estudiosos do assunto de apenas associar as mudanças políticas às crises econômica e social, na compreensão do percurso histórico de derrocada do regime⁵². Conforme Denise Rollemberg e Janaina Cordeiro (2021), esse processo, denominado de transicional, possuiu um caráter tortuoso, contraditório, marcado por constantes

⁵¹ Golbery do Couto e Silva nasceu no Rio Grande do Sul, em 21 de agosto de 1911, e em 1927, entrou na Escola Militar de Realengo. Participou ativamente da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucional de 32. Também integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e atuou na Comissão Militar do Paraguai (1947). Durante sua vida ocupou cargos importantes como chefe da Seção de Operações do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) (1960) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (1964). No entanto, um dos seus principais feitos foi a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que serviu de base ideológica para o regime ditatorial. A DSN, elaborada pela Escola Superior de Guerra, permitiu ao regime perseguir e eliminar os inimigos internos do regime. Essa doutrina surgiu nos Estados Unidos, e posteriormente veio ao Brasil, inicialmente para perseguir pessoas ligadas ao partido comunista, mas posteriormente ampliou-se para qualquer pessoa que fosse contrária à ditadura e apresentasse perigo ou ameaça à segurança nacional. In: GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. Ver também: CAFARELLI, Andressa Patacho. *Ação política e pensamento político de Golbery do Couto e Silva*. Pensata, v. 9, n. 1, 2020.

⁵² SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*. Editora Companhia das Letras, 2015.

concessões imprevistas e mudanças de rota. Para além disso, a política apresentada por Geisel, conduziu-se a novas alianças até então imagináveis, adesões, enfrentamentos às forças conservadoras, reviravoltas e deserções. O historiador Boris Fausto (1994), aponta a fragilidade desse processo, uma vez que o Ato Institucional Nº 5 (AI-5)⁵³, representou a anulação dos direitos civis e políticos, contrapondo-se assim a ideia de avanço, progressivo e seguro. Do mesmo modo, as mudanças sociais ocorridas nesse período foram impostas de maneira autoritária, o que corroborou para o comprometimento da legitimidade desse processo⁵⁴. Para além disso, predominava ainda o terror e a perseguição a grupos políticos opositores à ditadura. Adriano Codato, diz,

Em suma, penso que a ausência de ordem/hierarquia entre os ramos do aparelho do Estado e a precariedade de um sistema próprio de justificação ideológica (*à la* Estado Novo, por exemplo) decorreu basicamente de três problemas combinados: (i) da dificuldade em construir uma estrutura “racional” para tomada de decisões, como sugerem as freqüentes reformas administrativas do Estado; (ii) da falta de coerência e coesão ideológicas entre os diversos grupos, civis e militares, que comandavam a política nacional, e (iii) da inexistência de regras claras e fixas para a evolução institucional, cujo sintoma mais aparente era a incerteza sobre quem comandaria o governo, como o poder seria exercido e em que direção o regime deveria caminhar⁵⁵.

A política de “distensão” de Geisel foi se formando a partir das pressões e contrapressões dos militares da burocracia estatal, predominando nos anos iniciais um contexto de intensificação das ações repressivas promovidas pelo governo, que visavam neutralizar os grupos de esquerda, através de prisões, sequestros e torturas, atingindo pesquisadores, operários, militantes, jornalistas, entre outros⁵⁶. Como afirmado pelo historiador Everaldo Andrade (2009), “Geisel tinha controle do governo, afagava com uma mão e atacava brutalmente com a outra”⁵⁷. Neste cenário, ocorreu o aperfeiçoamento de alguns órgãos já existentes, como o Centro de Informações da Marinha (CINIMAR), a criação do Centro de Informações do Exército (CIE) e do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). E ainda, posteriormente, ocorreu a criação do Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que tinha uma política de concentração das ações repressivas, com o objetivo de “combater

⁵³ Ver: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 20/01/2024.

⁵⁴ FERNANDES, Florestan, *Op. Cit.*

⁵⁵ CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista de sociologia e política, p. 83-106, 2005. p. 97.

⁵⁶ CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". Sociedade política no Brasil pós-64, 2008. p. 77.

⁵⁷ ANDRADE, *Op. Cit.*, 2009, p. 78.

uma oposição real (a luta armada) ou imaginária (“comunistas”)⁵⁸. É importante ressaltar que esta política organizativa não se aplicou ao Serviço de Segurança Nacional (SNI), pois possuía o órgão grande autonomia em suas ações. Assim como, mesmo com a mudança de regime alguns órgãos permaneceram ativos.

A repressão à base de tortura superou qualquer limite jurídico ou humanitário, ferindo mesmo a ética militar, que prega o tratamento digno dos prisioneiros. Para driblar o precário controle dos comandantes ou mesmo agir sem prestar contas, ainda que formalmente, ao sistema oficial de repressão, muitas equipes de tortura tinham centros clandestinos⁵⁹.

Com um olhar voltado à “política de distensão, lenta, gradual e segura”, o presidente adotou medidas para restaurar os comandos dos órgãos de repressão. Dentre essas medidas, estavam a revogação em parte da censura imposta à imprensa e o enaltecimento das eleições a nível legislativo⁶⁰. A ideia era restabelecer a autoridade sobre essas instituições, mesmo diante de uma série de dificuldades postas pelos militares. Esse processo ocorreu de forma lenta, mas aos poucos foi se espalhando pelos estados. Entretanto:

Na verdade, o projeto Geisel-Golbery supunha, para seu completo êxito, a subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelo poder e jamais revelados ao público. O próprio Geisel afirmaria que “(...) não havia projeto algum (...)”, apenas a consciência da necessidade de mudanças e ao mesmo tempo de que não se poderiam contrariar fortes interesses existentes no interior da corporação: “(...) por outro lado, havia a parte da área militar, alguns grupos que eram contrários à abertura. Quer dizer: gostariam de permanecer na situação revolucionária em que vivíamos.” Eram tais grupos que condicionavam a própria abertura e que davam ao processo político seu caráter de *lento, gradual e seguro*⁶¹.

Em Sergipe, o cenário político de 1964 ficou marcado pela tradição oposicionista à ditadura. No dia 2 de abril de 1964, o chefe do Poder Executivo João de Seixas Dória, líder popular, foi reconhecido pelo novo regime como defensor dos interesses dos trabalhadores e das propostas de Reformas de Base do governo de João Goulart, o que motivou sua cassação, quem assumiu o cargo foi seu vice-governador Sebastião Celso de

⁵⁸ CODATO, Adriano Nervo. *Op. Cit.*

⁵⁹ NAPOLITANO, Marcos, *Op. Cit.*, p. 122.

⁶⁰ KINZO, MARIA D.'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo em perspectiva, v. 15, p. 3-12, 2001. p. 5.

⁶¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003. p. 264.

Carvalho. O mesmo ocorreu com parlamentares do Legislativo, como Baltazar José dos Santos (Partido Social Progressista-PSD), Cleto Sampaio Maia (Partido Trabalhista Renovador-PTR), José Nivaldo dos Santos e Antônio Fernandes Viana de Assis (Partido Republicano-PR)⁶². Desse modo, com o lançamento do AI-1 e a ditadura se instaurando, líderes políticos renomados e parlamentares tiveram seus mandatos cassados, foram presos e alguns exilados, como foi o caso de Seixas Dória.

Em 1974, ocorreu a indicação de um novo governador pelo presidente Geisel, após o envio do senador Petrônio Portella, designado pelo general para informar o quadro político nos estados. Em sua passagem pelo estado conversou com membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), onde levou alguns nomes para apresentar a Geisel. Dias após foi feita a escolha de José Rollemberg Leite, ao cargo de governador, tendo como vice Antonio Ribeiro Soutello⁶³. O nome escolhido para governar o estado reverbera a ideia de que a descompressão estava fluindo em Sergipe, pois José Leite era um expessedista, tido como progressista. Caracterizado pela sensibilidade com a qual conduzia a política e seu prestígio pela sociedade, acreditava-se que José Leite aceleraria o processo de abertura no estado.

As eleições sergipanas de 1974 serviram para avaliar a situação política dos partidos, diante do processo inicial de distensão. Tendo ainda, eleições indiretas para os cargos do Executivo nacional e estadual, e escolhas diretas apenas para o Legislativo, em todos os níveis. Diferentemente das eleições anteriores, em 1974 o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) lançou a candidatura do sergipano João Gilvan Rocha, natural de Propriá, médico e professor de medicina, para o Senado. Na esfera de candidatos a nível de Deputados Federal e Estadual, o partido não conseguiu lançar candidaturas para todas as vagas. Em contrapartida, a ARENA lançou a candidatura de Leandro Maynard Maciel para Senador, que se candidatou à reeleição. Nos cargos para deputados, o partido situacionista preencheu todas as vagas⁶⁴.

Ao final da votação foi eleito para senador Gilvan Rocha, com 42% dos votos na capital (43.123) e 58% no interior (60,353). Enquanto, Leandro Maciel obteve apenas 15% na capital (12.656) e 85% no interior (73,848)⁶⁵. Os resultados dessa eleição foram

⁶² CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M. & ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas. Vinhedo, ed. Horizonte. p. 115-141. 2015. p. 127.

⁶³ Na lista dos nomes para o cargo coletado por Petrônio Portella, não constava o nome de José Rollemberg Leite, sua indicação só ocorreu um mês após ser convocado a ir à Brasília ao encontro com o presidente.

⁶⁴ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 274.

⁶⁵ *Ibid.*

atribuídos às propagandas feitas em rádio e televisão, durante o período eleitoral. É importante ressaltar que o PCB apoiou o MDB, chegando até a participar de comícios eleitorais. No âmbito geral do Legislativo, a ARENA levou a melhor, conseguindo eleger quatro das cinco cadeiras. Essas eleições também foram marcadas pela grande participação política da sociedade e a diminuição de votos brancos e nulos.

Mesmo com a vitória majoritária do partido situacionista, a conquista de uma cadeira no senado para o MDB representou um grande feito. Diante dos resultados das eleições, acreditava-se que em virtude dos resultados eleitorais houvesse ações repressivas pelo governo⁶⁶. No entanto, em pronunciamento o general Geisel deixou subentendido que a “política de distensão, lenta, gradual e segura” permanecia em processo. O governador José Leite também dava sinais de que a política de distensão continuava no estado. O MDB, aproveitando o cenário político favorável, usou o Legislativo para demonstrar insatisfação com o regime, através dos parlamentares Jackson Barreto e Leopoldo Souza.

No âmbito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), os movimentos estudantis começaram a se reorganizar por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dos Centros Acadêmicos (CA). Há de se destacar também as manifestações dos jornais Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade, que passaram a partir de então a abrir espaço para a oposição política e dar visibilidade aos movimentos estudantis. Nesta perspectiva, o ano de 1975 foi marcado pelos sinais de “distinção política” e recuo das ações repressivas no estado, pelo menos até fevereiro de 1976.

A Operação Cajueiro, desencadeada em 20 de fevereiro de 1976, teve como principal finalidade apurar atividades subversivas em Sergipe. Ou melhor, a operação de âmbito nacional, segundo relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) tinha como objetivo desarticular o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁶⁷. O PCB estava na ilegalidade desde 1947, sendo um partido político marcado por uma longa história de perseguição e repressão política, especialmente agravada durante a ditadura civil-militar⁶⁸. De modo que, essa repressão que havia sido iniciado em 1946, sobretudo a partir

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ Dossiê da Operação Cajueiro pela Comissão Estadual da Verdade de Sergipe. ASV/ACE/3802/82_001, fls.6. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 04/02/2024.

⁶⁸ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve seu registro cancelado em 1947. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf. Acesso em: 18/12/2023.

da cassação de parlamentares constituintes, assim como da criminalização dos membros que dirigiam o “partidão” em 1947⁶⁹. É importante ressaltar que aqueles que eram simpatizantes do partido também foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional⁷⁰. Desse modo, a criminalização foi utilizada tanto antes do período da ditadura, como depois ancorada pela DSN⁷¹. O autoritarismo e as ações de repressão vinham sendo institucionalizadas desde do início da Ditadura (31.03.1964), e com o Ato Institucional nº 2 (AI-2) que extinguiu os partidos políticos e adotou o bipartidarismo, passando a existir apenas dois partidos legalizados, a ARENA, que tinha como objetivo dar sustentação ao regime e como oposição, o MDB que se mostrou um partido bastante heterogêneo⁷².

A partir de 1968, com a institucionalização do AI-5, houve uma intensificação da repressão contra as organizações clandestinas, ou seja, contra aqueles que haviam optado pela luta armada e outros grupos sociais passaram a ser perseguidos, presos e torturados. Durante esse período inicial dos anos de 1970 o PCB, “não foi o mais visado pelos órgãos de repressão e sua atuação foi bastante limitada nesse período”⁷³. De modo que o PCB apesar da repressão, era um dos partidos clandestinos que resistia ao regime e encontrava-se nacionalmente melhor estruturado⁷⁴. Já o Partido Comunista do Brasil (PC do B) sofreu com as operações repressivas realizadas na região da Araguaia, entre os anos 1973-74.

⁶⁹ Nas eleições de 1946 o PCB havia eleito 1 senador, Luís Carlos Prestes e 14 Deputados, todos tiveram seu registro cassado. Pelo Rio de Janeiro elegeu Alcides Rodrigues Sabença e Claudino José da Silva; no Distrito Federal, João Amazonas de Sousa Pedrosa, Maurício Grabois e Joaquim Batista Neto; em Pernambuco, Alcedo de Moraes Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra e Agostinho Dias de Oliveira; em São Paulo, Mário Scott, Osvaldo Pacheco da Silva, José Maria Crispim e Jorge Amado; por Rio Grande do Sul, Abílio Fernandes; e, Carlos Marighella pela Bahia. In: Fundação Getúlio Vargas (FGV)- Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 02/03/2024.

⁷⁰ A Lei de Segurança Nacional, decretada por meio do Decreto-Lei Nº 898, de setembro de 1969, estabelecia como crime contra a segurança nacional tentar reorganizar qualquer partido político ou associação, podendo ter pena de reclusão de 2 a 5 anos de prisão (CEV/SE, 2021, p.191). In: Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/relatorio_final_comissao_estadual_da_verdade_paulo. Acesso em: 02/02/2024.

⁷¹ Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. p. 190.

⁷² NUNES. R. J. *Op. Cit.*, 2024, p. 53.

⁷³ Acervo Fundação Getúlio Vargas (FGV)- Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 02/02/2024.

⁷⁴ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 286.

De acordo com os membros da Comissão Estadual da Verdade-Paulo Barbosa de Araújo (CEV/SE)⁷⁵ (2021), na década de 1970 o PCB passou a ser a maior ameaça contra a ditadura, visto que as demais organizações clandestinas foram vencidas em ações anteriores⁷⁶. Para além disso, a derrota do governo nas eleições de 1974 culminaram na intensificação das perseguições, com torturas, assassinatos e desaparecimentos de membros do PCB, contrariando a dita abertura “lenta, gradativa e segura” no início do governo de Ernesto Geisel. No estado de Sergipe, o “partidão” conseguiu se manter estruturado e participando ativamente dentro de outras organizações, como no Movimento Estudantil (ME) e no MDB. Nas eleições municipais de 1970, elegeu o advogado Jonas Amaral, ao cargo de vereador, pela sigla do MDB. Já em 1972, conseguiu eleger dois candidatos, Jonas Amaral e Jackson Barreto, ambos pelo MDB. Posteriormente, nas eleições parlamentares de 1974, elegeu Jackson Barreto novamente, mas agora para o cargo de Deputado Estadual, sendo um dos políticos que obteve grande sucesso nas urnas para a Assembleia Legislativa. Essas eleições foram marcadas por uma imensa e inusitada vitória da oposição⁷⁷.

Observa-se que em 1976, enquanto a maioria dos grupos políticos de esquerda possuía poucos ou quase nenhum representante na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa do estado de Sergipe, o “partidão” possuía representantes em ambos os cargos⁷⁸. Além disso, atuava junto aos movimentos dos trabalhadores rurais e possuía controle majoritário dos sindicatos dos Bancários, Petroleiros e do DCE, da UFS. Considera-se que “era uma presença invejável para qualquer sigla clandestina, fato que os militares não ignoraram”⁷⁹. À medida em que os membros do PCB buscavam cada vez mais ganhar espaço na política e eleger mais candidatos, os órgãos de repressão olhavam

⁷⁵ Instituída pelo Decreto no 30.030/2015, em 7 de julho de 2015, o Relatório da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe ganhou o nome de Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”. Esse relatório contribuiu para o enriquecimento dos debates acadêmicos sobre a história de sergipanos, sergipanas, brasileiros e estrangeiros que atuaram ou participaram de algum movimento e acabaram sendo vítimas do Estado em Sergipe ou que tenham atingido sergipanos em outras localidades. É possível observar imagens de documentos oficiais e conhecer os órgãos que operaram nesse período. Assim, seu principal objetivo é contemplar alguns eixos temáticos como verdade, memória, reparação, justiça e políticas públicas de garantia dos direitos democráticos, esses são alguns eixos de mecanismo em que a comissão se baseou. Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/relatorio_final_comissao_estadual_da_verdade_p_aulo. Acesso em: 02/02/2024.

⁷⁶ Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final). *Op. Cit.*, p. 191.

⁷⁷ GASPARI, *Op. Cit.*, 2003.

⁷⁸ LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro: a repressão aos comunistas Sergipe*. Aracaju, Editora Artexto, 2005. p. 15.

⁷⁹ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 286-287.

negativamente para a tentativa de reorganização. Com os resultados eleitorais da Câmara dos Deputados e do Senado, que trouxeram benefícios à oposição, às ações dos membros do Partido Comunista passaram a ter maior controle pelos militares dos órgãos de repressão.

E assim, em 1975 ocorreu no Rio de Janeiro a descoberta de uma gráfica clandestina do “partidão”, onde eram realizadas as impressões do Jornal “Voz Operária”. Essa gráfica funcionava no subterrâneo de um sítio, Elson Costa, responsável pelas máquinas, desapareceu poucos dias depois, mas em seguida, soube-se de sua morte em uma casa do Centro de Informações do Exército (CEI). O gráfico Alberto Aleixo, um senhor de 72 anos, foi preso e após dois meses, internado no hospital Souza Aguiar⁸⁰. No período, o Ministro da Justiça Armando Falcão, mobilizou meios de comunicação, como a TV e o rádio, para noticiar tal ocorrido alegando que havia tido interferência e participação de membros do PCB nas últimas eleições. No mesmo informe aproveitou para reforçar e garantir a vigilância governamental. Meses depois, em novembro de 1975, foi divulgado na imprensa um relatório da 5ª Região Militar, no qual contava com a prisão de 67 membros do PCB do estado do Paraná, dias depois outro relatório com 105 membros do estado de São Paulo que estavam sendo acusados. Da posse de Ernesto Geisel ao mês de abril de 1976 foram registradas 10 mortes de integrantes do Comitê Central do PCB⁸¹. Militantes comunistas de outros estados também sofreram forte repressão, como é o caso do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Sergipe.

No contexto nacional, dois casos tiveram maior repercussão, o caso do jornalista Wladimir Herzog, ocorrido em outubro de 1975 e do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976. Ambos os casos ocorreram nas dependências do DOI-CODI, localizado na Rua Tutóia, em São Paulo, os dois foram divulgados na imprensa como suicídios. O caso Herzog, representou a segunda grande manifestação pós 1968, a primeira ocorreu após a morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, que reuniu cerca de três mil pessoas⁸². Com a insatisfação da sociedade diante do ocorrido, o presidente Ernesto

⁸⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

⁸¹ Davi Capistrano da Costa, Elson Costa, Hiram Lima Pereira, Itaci José Veloso, Jaime do Amorim Miranda, João Massena Melo, Luís Inácio Maranhão Filho, Nestor Veras, Orlando Bonfim Júnior e Válder Ribeiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>. Acesso em: 02/02/2024.

⁸² MORAES, Mário Sérgio de. Memória e cidadania: as mortes de V. Herzog, Manoel F. Filho e José F. de Almeida. SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (org.). *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2009. p. 57-59.

Geisel trocou o comando do II Exército, o objetivo do governo era evitar que novos escândalos de tortura viessem a público. As perseguições aos militantes de esquerda prosseguiram, sobretudo aqueles que possuíam alguma ligação ao PCB. Para Geisel,

Houve um fato, por exemplo, que marcou muito. Um fato extremamente desagradável, que foi a exoneração do comandante do II Exército em São Paulo. Porque, contrariamente à minha orientação, ali a repressão estava se exercendo de uma maneira absurda, estúpida. [...] Aquilo foi um verdadeiro assassinato!⁸³.

Percebe-se assim, que há na historiografia a tentativa de construção de algumas narrativas e discursos historiográficos que tentam construir uma imagem moderada de Geisel. Apesar disso, nos últimos anos, especialmente após a divulgação de documentos da Agência Central de Inteligência (CIA), observa-se que durante o seu governo, ele buscou “controlar” os excessos e a publicização dos casos, mas não o repúdio a grupos opositores. Desse modo, gerenciando politicamente a violência de maneira mais estratégica.

O comando da Operação Cajueiro em Sergipe ficou responsável pelo general Adyr Fiúza de Castro, que ficou conhecido durante o regime militar pelo comando das principais estratégias dos órgãos repressivos contra os grupos de esquerda. Um de seus principais feitos foi o CIE, criado em 25 de fevereiro de 1967, ainda no governo do General Arthur de Costa e Silva, que tinha como principal objetivo coletar informações de grupos e movimentos de esquerda atuantes no Brasil. Além disso, o general chegou a ser um dos chefes no Rio de Janeiro do CODI, em 1975, ficando conhecido pela realização e defesa da tortura de modo explícito. E nesse mesmo ano, assumiu o Comando da 6ª Região Militar, localizada na capital baiana⁸⁴. Em fevereiro de 1976, a operação foi desencadeada em Sergipe quando o general Fiúza de Castro, responsável pelo desenvolvimento da operação na Bahia e em Sergipe, formou e enviou um grupo de Segurança da Bahia para Aracaju, chefiado pelo tenente-coronel Oscar Silva para colocar

⁸³ *Apud* Entrevista General Ernesto Geisel. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: O Brasil republicano, v. 4, p. 243-282, 2003. p. 266.

⁸⁴ DA CRUZ, José Vieira. “Tempos difíceis”: os estudantes, a operação cajueiro e a repressão política em Sergipe. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; ARIAS NETO, José Miguel. Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas. São Paulo: Editora Horizonte, 2015.

em prática a Operação Cajueiro⁸⁵. Segundo dados coletados, essa operação contou com a participação dos seguintes comandos:

QUADRO I

COMANDANTES MILITARES ENVOLVIDOS

NOME	PATENTE	CIRCUNSTÂNCIAS
Adyr Fiúza de Castro	General da Brigada	Comandante da 6º Região Militar
João Neiva de Melo Távora	Ten. Coronel	Comandante do 28º BC
Oscar da Silva	Ten. Coronel de Artilharia	Encarregado do IPM
Osmar de Melo e Silva	Ten. Coronel	Comandante do 28º BC
Wladir Cavalcante de Souza Lima	Ten. Coronel	Comandante do 28º BC

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Esta operação ocorreu em conjunto com outros órgãos, envolvendo o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Polícia Federal e o DOI-CODI. A partir da tarde de 20 de fevereiro de 1976 deu-se início ao “carnaval de torturas”⁸⁶, prendendo os principais líderes do PCB, tendo em mãos diversas informações, como imagens e uma lista com os nomes dos militantes que estavam articulados ao PCB no estado. O objetivo da Operação Cajueiro era documentar e provar que esses militantes estavam tentando reorganizar o “partidão” aqui no estado. No entanto, é importante lembrar que as pessoas que não possuíam nenhuma ligação com o partido também sofreram repressão nesta operação⁸⁷, como foi o caso de algumas pessoas relatadas por Paulo Barbosa de Araújo, na obra “Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política” (2010), onde conta sua própria experiência vivida durante a

⁸⁵ CARVALHO, Thayza Souza et al. *Aparelho repressivo de Estado: memórias da ditadura em Sergipe*. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017. p. 39.

⁸⁶ O Documentário “Operação Cajueiro: um carnaval de torturas”, produzido em 2014 e dirigido pelo diretor sergipano Fábio Rogério, apresenta entrevistas com pessoas que foram presas e torturadas durante esta operação. Esse vídeo-documentário contou com patrocínio do Governo de Sergipe e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Sergipe. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-IEyZw&t=1s. Acesso em: 02/02/2024.

⁸⁷ LIMA, Paulo, *Op. Cit.*

repressão na ditadura. Paulo não foi militante do PCB, apesar de alguns amigos o apontarem como um simpatizante do partido, não há consenso entre os entrevistados sobre esta questão. Ao todo, em Sergipe, vinte e nove pessoas foram alvos da Operação Cajueiro, vinte e quatro foram presas e cinco investigadas, como mostra o quadro II.

QUADRO II

RELAÇÃO DE ALVOS DA OPERAÇÃO CAJUEIRO

NOME	PROFISSÃO	PRISÃO	CIRCUNSTÂNCIAS
Antonio Bitencourt	Ferrovário	21/02	Preso, torturado e processado
Antônio José de Gois	Estudante	20/02	Preso, torturado e processado
Asclepíades José dos Santos	Vendedor ambulante	22/02	Preso, torturado e processado
Carivaldo Lima Santos	Ferrovário	20/02	Preso, torturado e processado
Carlos Alberto Menezes	Advogado	27/02	Preso e torturado
Delmo Nazianzeno	Engenheiro	21/02	Preso, torturado e processado
Durval José de Santana	Pedreiro aposentado	21/02	Preso e torturado
Edgar Odilon dos Santos	Serventuário	24/02	Preso, torturado e processado
Edson Sales	Mestre pedreiro	21/02	Preso, torturado e processado
Faustino Alves Meneses	Comerciante	23/02	Preso, torturado e processado
Francisco Gomes Filho ⁸⁸	Pedreiro	-	Processado
Gervásio Santos	Jornaleiro	21/02	Preso e torturado
Jacson Barreto Lima ⁸⁹	Deputado Estadual	-	Investigado e processado
Jackson de Sá Figueiredo	Advogado	20/02	Preso, torturado e processado
João Francisco Océa	Comerciante	23/02	Preso, torturado e processado
João Santana Sobrinho	Advogado	20/02	Preso e torturado
Jonas da Silva Amaral Neto ⁹⁰	Vereador	-	Investigado

⁸⁸ Estava preso em outro estado.

⁸⁹ Não chegou a ser preso na época, pois Jackson era Deputado Estadual pelo MDB, mas foi investigado e processado.

⁹⁰ Não chegou a ser preso, apenas investigado.

José Carlos Teixeira ⁹¹	Deputado Federal	-	Investigado
José Elias Pinho de Oliveira	Advogado	21/02	Preso e torturado
José Soares dos Santos	Agricultor	21/02	Preso, torturado e processado
Laura Maria Ribeiro Marques ⁹²	Estudante	-	Investigada
Luiz Mario Santos da Silva	Engenheiro	24/02	Preso, torturado e processado
Marcelio Bomfim Rocha	Funcionário Público	20/02	Preso, torturado e processado
Milton Coelho de Carvalho	Funcionário Público	21/02	Preso, torturado e processado
Virgílio de Oliveira (Juca)	Ferrovário	22/02	Preso, torturado e processado
Walter Santos	Professor	20//02	Preso e torturado
Wellington Dantas Manguiera Marques	Advogado	21/02	Preso
Rosalvo Alexandre Lima Filho	Engenheiro	06/03	Preso, torturado e processado
Pedro Hilário dos Santos	Ferrovário	21/02	Preso, torturado e processado

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Como consta no relatório do IPM, essas atividades estavam divididas em três fases. A primeira fase (1964-1967), mirava a “Aglutinação dos militantes recuados e fase de organização do grupo subversivo no estado”. A segunda fase, a “reorganização após o AI-5, capacitação política do grupo subversivo e preparo para os trabalhos pré-eleitorais”. E a terceira fase, compreendia o “aliciamento para melhora do nível intelectual dos quadros do partido em Sergipe, reorganização do Comitê Estadual do PCB, infiltração em partido legal”⁹³. De acordo com o relatório do IPM:

Marcelio Bomfim (recém-chegado da URSS)

⁹¹ Não chegou a ser preso, apenas investigado.

⁹² Não chegou a ser presa, apenas investigada.

⁹³ Caracterização das atividades do Partido Comunista Brasileiro segundo o relatório final da IPM. In: Dossiê Operação Cajueiro. ASV/ACE/3802/82_001, fls.95-98. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/02/2024.

Carivaldo Lima Santos

Wellington Dantas Mangureira Marques

Milton Coelho de Carvalho

Asclepiades José dos Santos.

Esses poucos militantes cautelosamente prosseguiram em suas atividades ilegais ligadas ao PCB. O trabalho do PCB em Sergipe, se resumia quase que exclusivamente ao setor estudantil, sob a liderança do então militante Wellington Dantas / Mangureira Marques, jovem estudante⁹⁴.

Nota-se a importância do movimento estudantil na época e o papel atribuído a Wellington Mangureira como o principal agitador e liderança da tentativa de reorganização do Partido Comunista Brasileiro no estado. No entanto, é importante ressaltar a presença de Antônio José Gois⁹⁵, Milton Coelho⁹⁶ e Marcelo Bomfim⁹⁷, que participaram ativamente enquanto membros chave no “partidão”. Abaixo as imagens de alguns militantes tiradas no 28º BC para arquivamento policial.

⁹⁴ Dossiê Operação Cajueiro. ASV/ACE/3802/82_001, fls.96. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/02/2024.

⁹⁵ Antônio José Gois, apelidado de “goisinho”, foi preso e torturado durante a Operação Cajueiro, onde permaneceu encarcerado no 28º BC por 21 dias. Durante seu período de atuação, participou do sindicato dos bancários, do PCB, e foi um dos membros fundadores do PT-Sergipe.

⁹⁶ Milton Coelho, é natural de Salvador, mudou-se para Aracaju em 1950, foi um ex-combatente da ditadura, atuou na luta contra a opressão do regime no estado. Preso em 1976 na Operação Cajueiro, nela foi barbaramente torturado, perdeu a visão em decorrência da borracha que vendava seus olhos. Faleceu em 17 de abril de 2024, sendo uma perda inestimável de um dos principais defensores da democracia em Sergipe durante a ditadura. Ver: NASCIMENTO, Afonso. Os Combates nas Trevas de Milton Coelho: o petroleiro tornado cego pela Ditadura Militar. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, [S. l.], v. 1, n. 54, 2024.

⁹⁷ Marcelo Bomfim Rocha, é natural de Canhoba/SE, mudou-se em decorrência da estiagem, com sua família aos 3 anos de idade para Aracaju. Na capital foi alfabetizado, passando pela Escola Ivo do Prado, o Grupo General Valadão, Colégio Estadual Atheneu Sergipense e o Colégio Tobias Barreto. Em 1961, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi preso, durante a renúncia de Jânio Quadros, nesse primeiro episódio, aos 16 anos de idade, por ser de menor, logo foi solto. Em 1964, foi preso novamente em virtude da tentativa de resistência à ditadura civil-militar. Em 1966, foi enviado para Moscou pelo Comitê Central do PCB, onde aproximou-se de seu grande amigo e mentor Luís Carlos Prestes, lá permaneceu até 1969. No retorno à Aracaju encontrou o “partidão” bastante estruturado, com novos adeptos pelo menos até fevereiro de 1976. Na Operação Cajueiro, foi preso e torturado no 28º Batalhão de Caçadores. Seguindo a orientação de Prestes, saiu do PCB e ingressou no PT, partido este que fundou o núcleo estadual e foi candidato ao cargo de governador em 1982. Atuou na Campanha pelas Diretas-Já no estado de Sergipe, no período ainda como militante do PT. Em 1986, filiou-se ao PSB, e elegeu-se para o cargo de vereador de Aracaju em 1988. No governo de Jackson Barreto, assumiu a Secretaria de Serviços Urbanos de Aracaju. No dia 06 de maio de 2013, recebeu a medalha da Ordem do Mérito Parlamentar, homenagem essa feita pela Assembleia Legislativa de Sergipe.

Figura 01: Antônio José Gois. Figura 02: Milton Coelho. Figura 03: Marcelio Bomfim.



Fonte: CEV/SE

Para além da figura de Marcelio, foram citados outros nomes que constam no relatório do IPM, que estavam participando dessas atividades desde o início. Dentre os militantes citados estão Jackson de Sá Figueiredo, Asclepiades José dos Santos, Carivaldo Lima Santos e Milton Coelho. Os três primeiros haviam participado do curso de capacitação na União Soviética (URSS), com apoio financeiro do “partidão”, provando para os militares a ligação direta entre eles e o PCB. Os militantes citados aqui, com exceção de Jackson, Asclepiades e Carivaldo, foram os que mais sofreram pela tortura durante a operação e também os que ficaram detidos até o final⁹⁸.

Figura 04: Jackson de Sá. Figura 05: Asclepiades dos Santos. Figura 06: Carivaldo Lima.



Fonte: CEV/SE

⁹⁸ Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final), *Op. Cit.*, p. 200.

Um caso bastante peculiar é o do militante Wellington Dantas Mangureira, que não chegou a ser torturado fisicamente como relatou em entrevista a CEV (2021), mas foi obrigado durante seu depoimento no 28º BC a assinar uma carta renunciando ao “Comunismo e a maconha”. Na época, Wellington estava afastado da militância, dedicava-se apenas ao Clube Cotinguiba⁹⁹ e a família. Sua esposa Laura Maria Ribeiro Marques¹⁰⁰, também foi encaminhada para prestar depoimento, mas não chegou a ser presa, apenas investigada pela operação militar¹⁰¹.

Houve também durante as prisões, acusações a alguns militantes de terem contribuído financeiramente com o partido e promovido a circulação do Jornal “Voz Operária”, que na época era considerado como subversivo, como também participar de reuniões. Antônio José Gois, Faustino Alves, José Soares dos Santos, Edson Sales e Virgílio de Oliveira, segundo o processo deles havia participado de reuniões e contribuído financeiramente, enquanto Pedro Hilário dos Santos, Walter Santos, Gervásio Santos, Antônio Bittencourt e João Francisco Océa, tinham apenas participado do partido anteriormente¹⁰². Ademais, Rosalvo Alexandre Lima Filho, Luiz Mário Santos da Silva e Delmo Naziazeno, foram presos sob suspeitas de divulgação do jornal dirigido pelo PCB, como também de material considerado subversivo. Segundo o relatório do IPM, “esse jornal subversivo não era vendido, era oferecido gratuitamente aos militantes e simpatizantes locais”¹⁰³. Além disso, foram acusados também de contribuir financeiramente com o partido.

⁹⁹ Fundado em 10 de outubro de 1909, o Cotinguiba Esporte Clube surgiu para atender os anseios da classe elitista, localizado na Avenida Augusto Maynard, em Aracaju/SE. Era um espaço de sociabilidade e lazer para famílias que possuíam poder político e econômico, como os Francos, Rolemberg, Leite, entre outras. Ao decorrer dos anos o clube ganhou notoriedade em virtude dos campeonatos esportivos e as festividades realizadas (Viana, 2022). Ver mais em: VIANA, Viviane Rocha; DA ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira. O Cotinguiba Esporte Clube como Espaço de Lazer e Sociabilidade em Aracaju–SE: Décadas de 1980 e 1990. LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, v. 25, n. 2, p. 261-280, 2022.

¹⁰⁰ A experiência de repressão vivida por Laura durante a ditadura foi contada na obra da historiadora Maria Aline Matos de Oliveira, *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*, publicada em 2021.

¹⁰¹ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*. Aracaju: Edise, 2021.

¹⁰² GÓES, Cristian; ROCHA, Ana Paula, MARQUES, Paulo, *Op. Cit.*, 2024, p. 136.

¹⁰³ Dossiê Operação Cajueiro. ASV/ACE/3802/82_001, fls.97. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/02/2024.

Figura 07: Faustino Alves.

Figura 08: José Soares.

Figura 09: Edson Sales.



Fonte: CEV/SE

Figura 10: Virgílio de Oliveira.

Figura 11: João Francisco.

Figura 12: Rosalvo Alexandre.



Fonte: CEV/SE

Figura 13: Luiz Mário.

Figura 14: Delmo Maziazeno.



Fonte: CEV/SE

Outros casos, João Santana Sobrinho, Carlos Alberto Menezes e Durval José de Santana foram presos sob a suspeita de atuarem no partido e estarem infiltrados dentro do MDB. Outras figuras também foram investigadas por infiltração no MDB, como Jonas da Silva, Jackson Barreto e José Carlos Teixeira, mas somente o Deputado Estadual Jackson Barreto foi processado. O pedreiro Francisco Gomes Filho foi preso e torturado devido ser dirigente de fora do estado que realizou as reuniões em 1975. Enquanto o serventuário Edgar Odilon Francisco dos Santos, foi preso torturado e processado porque emprestava a sua caixa postal ao militante Marcelio Bomfim para envio dos jornais¹⁰⁴.

Durante a operação policial todos os membros alvos da Operação Cajueiro foram detidos e levados às dependências do 28º BC, sem que fosse esclarecido os motivos pelos quais estavam sendo presos, sem apresentação de um mandado de prisão e sem identificação dos agentes que estavam realizando as detenções. Em quase toda operação esses agentes se apresentavam à paisana e em veículos comuns, sem identificação militar. Além de não saberem os motivos pelos quais estavam sendo sequestrados, os veículos comuns utilizados eram deixados sempre distantes dos lugares públicos e as vítimas¹⁰⁵ eram vedadas com uma borracha nos olhos e ameaçada, algumas vítimas relatam que foram agredidas durante essa primeira abordagem e ainda dentro do carro como foi o caso de Milton Coelho. Após o sequestro, o veículo dava diversas voltas pela cidade, com o objetivo de que a vítima perdesse a noção de para onde estava sendo levado¹⁰⁶. Conforme o relatório as seguintes pessoas estavam envolvidas nos mandados de prisão:

¹⁰⁴ Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final). *Op. Cit.*, p. 201.

¹⁰⁵ O conceito de vítima empregado nesta pesquisa refere-se ao fato de considerar pessoas que durante a ditadura foram perseguidas, presas, torturadas e em alguns casos mortas pela repressão, ou seja, apesar de contemplar uma pequena parcela, não abrange de forma ampla o conceito total das vítimas desse período. De modo que, cabe salientar que esse conceito é mais amplo e não contempla todas as pessoas afetadas pelo regime. Uma vez que, não se restringe apenas a presos políticos, mas movimentos sociais, grupos éticos, comunidades indígenas que sofreram discriminação, minorias religiosas, entre outras. Nesse sentido, observa-se que a vítima envolve todos aqueles que de alguma forma foram afetados pelo autoritarismo (Skidmore, 1989). Ver: SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de castelo a Tancredo, 1964-1985. In: Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. 1989, p. 608-608.

¹⁰⁶ Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final), *Op. Cit.*, p. 197.

QUADRO III

CUMPRIDORES DE MANDADOS DE PRISÃO/BUSCA ENVOLVIDOS

NOME	OS PRESOS
Adalmiro dos Reis	Durval José de Santana e José Elias Pinho de Oliveira
Aerovaldo de Andrade Freire	Milton Coelho de Carvalho
Antonio Batista Simas	Faustino Alves Menezes
Celso Leonídio	Gervásio Santos, Edson Sales, Delmo Naziazeno e Vígilio de Oliveira
Claudionor Serpa Filho	Antônio Bitencourt
Clementino Moura da Silva	Walter dos Santos, Jackson de Sá Figueiredo, Pedro Hilário e Asclepiades José dos Santos
Erivaldo Geraldo Filho	Carlos Alberto Menezes e Marcelio Bomfim
Exedito Valente	Rosalvo Alexandre Lima
José Alves de Jesus	Marcelio Bomfim
José Domingos dos Santos	Antônio Bitencourt
José Henrique Barreto	Carivaldo Lima
José Ramos de Almeida	João Santana Sobrinho, José Soares dos Santos e Luiz Mário
José Tadeu Cruz	Antonio José de Góes
Josué Santos Leite	Milton Coelho
Manoel Aloisio de Souza	João Santana Sobrinho e José Soares dos Santos
Manoel Antônio Filho	Asclepiades José dos Santos, Jackson de Sá Figueiredo, Pedro Hilário e Walter dos Santos
Paulo de Oliveira	Rosalvo Alexandre Lima
Sérgio Mário Braga Sampaio	Francisco Gomes Filho

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Segundo depoimento de algumas vítimas da operação, todos vestiram um macacão e tiveram seus olhos vendados com uma borracha que se assemelhava a uma

câmara de ar de bicicleta. O padrão de roupa utilizado reforça a ideia de que houve toda uma preparação da Operação Cajueiro anteriormente, por mais que não existam documentos que provem essa tese¹⁰⁷. Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade- Paulo Barbosa de Araújo, militantes contaram outros tipos de torturas que eram feitas no 28º BC:

Além das vendas de borracha muito apertadas e que mantiveram os detidos sem visão por alguns dias, houve espancamentos como: tapas; “telefones”; pancadas na cabeça; “murros nos rins, chutes nos testículos e pernas”; sessões de afogamento e eletrochoque – estes nas partes sensíveis do corpo como língua, orelhas e partes íntimas. Houve também coação moral caracterizada pela escuta das sessões de tortura dos demais presos pela ameaça de que, se não confirmassem as acusações ou se denunciassem as acusações, seriam reconduzidos para sessões de tortura ainda piores, o que caracteriza também tortura psicológica¹⁰⁸.

De modo que, todos aqueles que foram sequestrados sofreram tortura, mesmo que em graus distintos. O caso mais emblemático é o do militante Milton Coelho de Carvalho. Quando retirado a borracha utilizada sobre as sobrancelhas e o nariz, além dos ferimentos no rosto, havia provocado o deslocamento das retinas, fazendo com que saísse e continuasse em vida sem enxergar. Mesmo após três cirurgias e tratamento realizado após o ocorrido, não foi possível recuperar a visão tirada pelas marcas da Operação Cajueiro.

Os primeiros depoimentos das vítimas eram coletados durante a madrugada no 28º BC, constituindo depoimentos ilegais, seguidos de tortura, em sua grande maioria. Como citado no quadro anterior, na maioria dos casos as vítimas foram presas, torturadas e processadas (exceto alguns casos em que foram somente investigadas ou nem chegaram a ser processadas). Na época, qualquer ação suspeita de ligação ao Partido Comunista Brasileiro era enquadrada como crime contra a Segurança Nacional. Nessa perspectiva, nem todos que foram alvos da operação no estado de Sergipe possuía ligação com o “partidão”.

Após a prisão das vítimas, o general Adyr Fiúza visitou o 28º BC, na ocasião interrogou os prisioneiros e instruiu os subordinados. Pouco se comentava na sociedade sergipana a respeito do sequestro das vítimas da Operação Cajueiro. Não houve manifestação da sociedade, muito menos dos órgãos governamentais de Sergipe. Segundo Ibarê Dantas (1997), José Carlos Teixeira havia falado com o então governador de

¹⁰⁷ *Ibid.*, *Op. Cit.*, p. 199.

¹⁰⁸ *Ibid.*

Sergipe José Rollemberg Leite, mas a princípio a única resposta dita pelo governador foi a de que estava tomando conhecimento de tudo. Dias após essa conversa, José Rollemberg encontrou o presidente Geisel, mas não se sabe se a repressão da Operação foi uma pauta discutida nesse encontro.

Ao final do inquérito, dezenove pessoas foram denunciadas e processadas criminalmente. Apenas quatro das vítimas tiveram a prisão preventiva, os outros ficaram alguns dias presos e em seguida foram soltos¹⁰⁹. No relatório consta informações de alguns ministros e juízes que se envolveram nesses processos.

QUADRO IV
MINISTROS E JUÍZES ENVOLVIDOS

NOME	CIRCUNSTÂNCIAS
Alfredo Duque Guimarães	Juiz Auditor
Alzir Carvalhaes Fraga	Juiz Auditor
Arnaldo Silva Ferreira Lima	Auditor Substituto
Carlos Alberto Cabral Ribeiro	Ministro
Carlos Augusto Cardoso de Moraes Rego	Juiz Auditor
Célio de Jesus Lobão Ferreira	Juiz Auditor
Deoclécio Lima de Siqueira	Ministro
Dilermando Gomes Monteiro	Ministro
Epaminondas Silva de Andrade Lima	Juiz
Faber Cintra	Ministro
G.A. de Lima Torres	Ministro
Gualter Godinho	Ministro
Hélio Ramos de Azevedo Leite	Presidente do Tribunal Militar
Jacy Guimarães Pinheiro	Ministra
José Alves Neto	Juiz

¹⁰⁹ *Ibid, Op. Cit., p. 197.*

José Garcia de Freitas	Juiz Auditor
José Nolasco de Carvalho	Juiz
Júlio de Sá Bierrenbach	Ministro
Larry José Ribeiro Alves	Juiz Auditor
Lauro Pacheco de Oliveira	Juiz
Luiz Ferreira Barreto	Diretor do Tribunal Militar
Milton Fiuza	Juiz Auditor
Octavio José Sampaio Fernandes	Ministro
Oswaldo Lima Rodrigues	Juiz Auditor
Reynaldo Melo de Almeida	Ministro Relator
Ruy de Lima Pessoa	Ministro Revisor
Teócritro Rodrigues de Miranda	Juiz Auditor
Waldemar Torres da Costa	Ministro

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Uma semana após as prisões, a Ordem dos Advogados (OAB) também se pronunciou e, em resposta ao ofício enviado pelos familiares das vítimas, esclareceu que havia convocado uma Reunião Extraordinária com o Conselho. E quando o primeiro grupo foi solto, o presidente da OAB também se pronunciou a respeito da saúde dos dois advogados, constatando que ambos estavam bem¹¹⁰. O quadro apresentado abaixo refere-se aos nomes de alguns dos advogados que atuaram como defensores no processo de defesa dos presos na operação. Segundo declaração feita pelo general Adyr Fiúza e divulgada pelo jornal Tribuna da Bahia, “os advogados de Sergipe estão se recusando a defender os acusados de subversão, e, conforme a VI RM, se em Salvador não se conseguir encontrar quem esteja disposto a assumir a causa, haverá a necessidade de atuação do magistério público”¹¹¹. Apesar disso, a CEV/SE, identificou os nomes de alguns advogados envolvidos na defensoria dos militantes.

¹¹⁰ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 293.

¹¹¹ Tribuna da Bahia, Salvador- BA, 27 de fevereiro de 1976, p. 01.

QUADRO V

ADVOGADOS ENVOLVIDOS

NOME	CIRCUNSTÂNCIAS
Jayme Guimarães	Advogado defensor
Joaquim Inácio dos Santos Gomes	Advogado defensor
José Borda Pedreira Lapa	Advogado defensor
Luiz Humberto Agle	Advogado defensor
Maria Laete Fraga	Advogado defensor
Ronilda Noblat	Advogado defensor

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Diante de toda a repercussão da operação militar, principalmente na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro, o Major Alcântara informou, no dia 26 de fevereiro de 1976, que alguns militantes presos possuíam ligação com o MDB, “estavam ostensivamente ligados ao MDB”¹¹². Um dia após a divulgação da notícia pelo Jornal da Bahia, o chefe da VI Região Militar declarou que não havia ligação entre os militantes presos e o MDB, sob a justificativa de que apenas quatro deles tinham ligação com o MDB, mas não ocupava nenhum cargo importante ou tinha função especial dentro do partido.

Dentro desse contexto, houve uma primeira soltura desses presos, e aqueles que não foram liberados continuaram presos por cerca de quarenta dias e foram indiciados. Diante do pedido de prisão preventiva negado, as vítimas foram libertadas, mas tiveram que responder a um processo criminal por cerca de dois anos¹¹³. Ao final da Operação Cajueiro todos aqueles que foram processados criminalmente foram absorvidos¹¹⁴. De acordo com o Jornal da Cidade:

Todos os dezoito sergipanos acusados de atividades subversivas foram absolvidos ontem à noite por unanimidade pela auditoria militar da sexta região

¹¹² Jornal da Bahia, Salvador-BA, 24 de fevereiro de 1976, p. 08.

¹¹³ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 321.

¹¹⁴ Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final), *Op. Cit.*, p. 201.

em Salvador. O resultado foi conhecido às vinte e três horas, quando o conselho de sentença por absoluta falta de provas resolveu absolver os acusados. Dos dezoito sergipanos, quase todos foram presos em fevereiro de 1976, durante a realização da chamada “Operação Cajueiro”, que, segundo o general Fiúza, à época comandante da sexta região militar, fora executado para dismantelar o aparelho do partido comunista que estava sendo reorganizado em Sergipe¹¹⁵.

O uso do termo “Operação Cajueiro”, em 1978, pelo Jornal da Cidade chama atenção não apenas pela peculiaridade do nome, mas pela abertura de uma análise crítica do contexto histórico, das práticas judiciais e da violação dos direitos humanos nesse período. Todas as provas produzidas pelo IPM, segundo a CEV/SE (2021), foram descartadas, “as provas produzidas contra os acusados estavam maculadas de vícios insanáveis em suas origens”¹¹⁶ pois, haviam sido feitas a base da tortura. Posteriormente, o poder Judiciário reconheceu a ilegalidade em que a operação militar foi realizada e a violação dos direitos humanos individuais das vítimas que foram alvos desta operação. Para além das vítimas, houve diversas pessoas que participaram da Operação Cajueiro, seja de forma direta ou indiretamente.

QUADRO VI

VÍTIMAS TRANSVERSAIS ENVOLVIDAS

NOME	FIGURA	CIRCUNSTÂNCIAS
Carmélia Pereira de Carvalho	Esposa do réu Milton	Procuradora do réu
Cheila Vieira de Melo Naziazeno	Esposa de réu Delmo	Testemunha
José de Carvalho	Sogra de Wellington	Busca e apreensão em sua casa
Maria Geovanine de Carvalho Rocha	Esposa do réu Marcelo	Busca e apreensão em sua casa
Maria Jacira Menezes	Esposa do réu Faustino	Busca e apreensão em sua casa

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

¹¹⁵ Jornal da Cidade, Aracaju-SE, 17 de agosto de 1978, p. 01.

¹¹⁶ Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final), *Op. Cit.*, p. 201.

QUADRO VII

TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO

NOME	CIRCUNSTÂNCIAS	PARTICIPAÇÃO
Carlos Alberto Costa Leal	Mandatos/busca/testemunha	Prisão e apreensão
Elias Inácio de Souza	Agente/ testemunha	Busca e apreensão
Ismael Marques de Barros	Testemunha	Testemunha

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas.

Nessa perspectiva, essa operação militar envolveu uma série de pessoas que participaram desde da busca e apreensão, coleta de depoimentos e tortura até o momento do processo. A CEV/SE, identificou a participação de advogados, Ministros e juízes, comandantes militares, acusadores, escrivães e chefes de Secretaria, membros do Conselho de Justiça para a Marinha, membros que cumpriram mandados de prisão e busca de testemunhas, testemunhas de acusação, testemunhas de defesa, vítimas transversais, agentes públicos e algumas outras pessoas que aparecem vinculadas à operação militar de 1976.

2.3 Vozes e resistências na Operação Cajueiro

A imprensa local teve um papel fundamental na denúncia dos sequestros e tortura que estavam ocorrendo no estado. Mesmo diante de um cenário de autoritarismo e censura aos meios de comunicação, uma semana após as prisões, os jornalistas do Diário de Aracaju transcreveram parte das informações divulgadas das falas dos militares ao Jornal do Brasil. Desse modo, quando ocorreu a Operação em Aracaju, os canais midiáticos eram veículos de comunicação importantes.

Em 1976, destacaram-se três fortes veículos de informação no cenário sergipano, o jornal Gazeta de Sergipe, o Jornal da Cidade e o Diário de Aracaju. Outros veículos também estavam ganhando força, como as redes de televisão Sergipe e Atalaia, embora estas fossem recentes, colaboraram para difusão das notícias de forma mais rápida. Na

época, muitos jornalistas trabalhavam como correspondentes de outros jornais fora do estado, a exemplo, de Paulo Barbosa de Araújo, Milton Alves e José Carlos Montalvão, que eram correspondentes do Estado de São Paulo, do Jornal da Bahia e do Jornal do Brasil¹¹⁷. Segundo depoimento de Milton Alves:

Eu era correspondente do Jornal da Bahia e Paulo Barbosa correspondente do Estadão. [...] Muitos dos que tinham sido presos, vários companheiros do Partido Comunista Brasileiro, possuía uma forte amizade, principalmente, com a esposa de Paulo, Rosa, que era Enfermeira do INSS. Entrei no PCB ainda muito jovem, através de Wellington Mangueira, mas já era do Atheneu sergipense e depois fomos para a universidade, cuidamos do DCE. Sempre chegava às informações até nós, quando surgiu a notícia da Operação Cajueiro, que nós tivemos a certeza que o pessoal estava incomunicável no 28° BC, Paulo pelo Estadão e eu pelo Jornal da Bahia, nós denunciávamos que havia tortura. Lembro que na época estava na esquina da rua Nossa Senhora das Dores, era um barzinho, por volta de 19 horas da noite e Jackson Barreto passou dirigindo um Opala amarelo, deu uma freada brusca e disse:

- Camarada, cuidado! Os companheiros estão sendo presos.

Logo depois arrastou o carro e todo mundo ficou olhando para mim, e eu me perguntei: Os camaradas estão sendo presos, o que ele quis dizer com isso? Já sabia de algumas prisões porque estava no Cacique quando chegou a notícia de que estavam ocorrendo essas prisões, mas ainda era algo muito nublado, fui para casa e fiquei matutando o que Jackson havia me falado, no outro dia, logo cedo quando terminei o café, troquei de roupa e fui para casa de Paulo Barbosa, que era do Estadão e na época morava na Atalaia:

- Paulo, estou assustado.

- O que foi?

- Esbarrei com Jackson e aconteceu assim, assim!

- A gente vai ter muito trabalho.

- Porque?

- É uma operação que ainda não tem nome, já tem muita gente presa, e muitos ainda serão presos.

Naquela altura que estávamos conversando já tinha sido preso uns três ou quatro, eram tirados de dentro de casa. Rosa [esposa de Paulo Barbosa] tinha ligação com muitas dessas mulheres, eu, na época, fazia Letras e era colega de sala de Carmélia, esposa de Milton Coelho, ela me passava as informações. Foi então que descobrimos que eles estavam incomunicáveis no 28 BC. Quando me sentei com Paulo para informar as prisões e a incomunicabilidade dos presos, ele também já tinha essa informação nós denunciávamos¹¹⁸.

Em 20 de fevereiro de 1976, o Jornal da Bahia publicou a notícia intitulada “Vinte e seis presos políticos em Sergipe”¹¹⁹, nela informava a prisão de vinte e seis presos que estavam incomunicáveis no 28° BC. Informava ainda, os nomes de quatorze deles, mas

¹¹⁷ ARAÚJO, Paulo Barbosa de. *Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política*. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.

¹¹⁸ Entrevista com Milton Alves, cedida ao autor, em 14.02.2023, Segrase, Aracaju-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

¹¹⁹ Nessa lista divulgada pelo 28° Batalhão de Caçadores constava segundo o Jornal da Bahia os nomes dos seguintes militantes: José Elias Pinheiro Oliveira, Carlos Alberto Menezes, Wellington Mangueira, Jackson Sá Figueiredo, Pedro Hilário, João Santana Sobrinho, José Antônio Góes, Milton Coelho Carvalho, Marcelo Bomfim Rocha, Antônio Bitencourt, Carivaldo Lima Santos, Gervásio Santos, Durval José Santana e Valter Santos. In: Jornal da Bahia, Salvador-BA, 24 de fevereiro de 1976, p. 08.

não mencionava os motivos pelos quais as prisões tinham ocorrido. No dia seguinte, 25 de fevereiro o Jornal da Bahia, noticiou que mais três pessoas haviam sido presas em Aracaju, desta vez trazendo a notícia da prisão de Edgar Coelho, Faustino Alves de Menezes e José Soares dos Santos¹²⁰. Na quinta-feira, 26.02 foi publicado que os presos iriam ser transferidos para serem julgados na Bahia, isso em decorrência da região de Sergipe estar subordinada à VI Região Militar, localizada na capital baiana¹²¹. Desse modo graças a influência desses correspondentes, as prisões e tortura foram denunciadas, na época as notícias não foram assinadas pelos jornalistas, mas o arbítrio ganhou visibilidade fora do estado. Abaixo a imagem da notícia publicada no Jornal da Bahia.

Figura 15- Jornal da Bahia-1976.



Fonte: Jornal da Bahia, 24 de fev. de 1976, p. 08.

Os protestos pouco repercutiram na Assembleia Legislativa, boa parte dos deputados do MDB permaneceram calados na tribuna por vários dias. O único Deputado

¹²⁰ Jornal da Bahia, Salvador-BA, 25 de fevereiro de 1976, p. 08.

¹²¹ Jornal da Bahia, Salvador-BA, 26 de fevereiro de 1976, p. 01-02.

Federal a se pronunciar e denunciar a operação foi José Carlos Teixeira, sobretudo citando a prisão de Rosalvo Alexandre. Na época, o deputado também esteve presente na superintendência da Polícia Federal, junto com o presidente do MDB Gilvan Rocha, para obter explicações sobre os casos de prisão em Aracaju, mas a Polícia Federal informou que não possuía relação com as prisões¹²². Conforme depoimento de Milton Alves:

Gilvan Rocha denunciou no Senado e José Carlos Teixeira denunciou na Câmara Federal. Foi um rebuliço no Comando Geral do Exército e acabaram reconhecendo, tirando a incomunicabilidade deles e abrindo os portões do 28 BC, para que as famílias visitassem os presos, mas já estavam uns farrapos. A venda de borracha que colocaram, que marcava toda região próxima aos olhos ficou marcada, muitos ficaram três, quatro meses com a marca da borracha e infelizmente o companheiro Milton Coelho, saiu cego¹²³.

A terrível Operação Cajueiro só teve fim em 04 de março de 1976, boa parte daqueles que haviam sido presos e investigados foram encaminhados para processo criminal. Segundo os relatórios do IPM, esta operação militar foi concluída com sucesso, a única lição que ficaria era a de não se utilizar os “óculos” de borracha nas vítimas¹²⁴. Apesar desse cenário, o processo de descompressão do governo Geisel seguia.

O governo Geisel não se deu por vencido, apesar das pressões. No máximo, controlou seu porão. As perspectivas para a democracia no ano de 1976 não eram promissoras e apontavam para um refluxo na tímida distensão. Em junho, o Congresso acuado aprovou a Lei Falcão, mesmo sob boicote do MDB, que restringia a propaganda política na mídia, permitindo apenas a foto e um breve currículo do candidato. Apesar das pressões, o governo parecia ter controle do roteiro de sua sonhada institucionalização do modelo político autoritário, propondo uma abertura mais lenta e gradual do que segura, posto que o próprio governo parecia recuar das suas promessas de liberalização, cedendo espaço à pura repressão policial. Mas novos atores entrariam em cena¹²⁵.

Nessa perspectiva, mesmo diante das pressões pelas quais o governo Geisel passou, o mesmo conseguiu manter um aparente controle da situação, ainda que bastante limitado e sendo obrigado a fazer concessões. Apesar do cenário de “distensão política”, o sonho da volta de um país democrático parecia distante, com avanços e recuos na

¹²² Jornal da Bahia, Salvador-BA, 24 de fevereiro de 1976, p. 08.

¹²³ Entrevista com Milton Alves, cedida ao autor, em 14.02.2023, Segrase, Aracaju-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

¹²⁴ Dossiê Operação Cajueiro. ASV/ACE/3802/82_001, fls.72-73. Disponível em: https://issuu.com/comissaodaverdadadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em: 03/02/2024.

¹²⁵ NAPOLITANO, Marcos. *Op. Cit.*, p. 228.

política em curso de Geisel. Com a aprovação da Lei Falcão¹²⁶, o MDB sofreu forte restrição, especialmente em sua propaganda nas mídias sociais. No entanto, observa-se que a proposta do governo se caracterizava como mais lenta e gradual do que segura. Mesmo diante desse cenário, era possível ver o surgimento de novos atores na cena política.

O enfraquecimento da ditadura, fruto da ação das massas populares, estudantes e trabalhadores, abriu caminho para uma retomada mais rápida da ação independente das organizações dos trabalhadores. Esse impulso das mobilizações de massas da classe operária no final dos anos 1970, que num primeiro momento abria o caminho para a retomada dos sindicatos, teria um alcance muito mais amplo e profundo do que se esperava inicialmente. Se num primeiro momento a ação destes movimentos possuía fundamentalmente um impulso espontaneísta- que não deixava de incorporar às suas tradições históricas- ele caminhava para um grau crescente de consciência de classe¹²⁷.

A partir de 1978 apresentava-se um cenário de grandes expectativas pelos membros dos partidos políticos para a volta do pluripartidarismo. Nessa perspectiva, houve forte intensificação desses grupos políticos de esquerda, sobretudo após Petrônio Portella, Ministro da Justiça, informar a criação de novos partidos dentro da reforma constitucional. Diante dos acontecimentos, a apresentação de crise no governo fez com que autoridades, inclusive Golbery de Couto e Silva, defendessem o fim do bipartidarismo, mas não o fim do regime instaurado em 64¹²⁸.

No final do seu governo, o seu sucessor João Batista Figueiredo, continuou com as mudanças políticas, instituindo o pluripartidarismo e a anistia, ambos em 1979, conquistas que refletiam as pressões exercidas pelos movimentos de massas. Em 1978 o país, finalmente, deu sinais de caminhar em direção à “abertura política”, agora sob o comando do general João Batista Figueiredo.

¹²⁶ A Lei Falcão, de abril de 1976, teve como objetivo impor restrições às propagandas do MDB. Ver mais em: CIVIL, Casa et al. Lei Nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6368.htm. Acesso em: 02/02/2024.

¹²⁷ ANDRADE, *Op. Cit.*, 2009, p. 78.

¹²⁸ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. A ditadura que mudou o Brasil. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

2.4 Entre a opressão e a liberdade: João Figueiredo e a política de abertura

Em 15 de março de 1979, assumiu a presidência o general João Batista Figueiredo (1979-1985), esse período ficou conhecido pela historiografia como a segunda fase de transição do regime militar para o regime democrático. Uma de suas tarefas era dar continuidade à política de “distensão, lenta, gradual e segura” iniciada no governo Geisel, agora denominada de “abertura política”. Todos os caminhos indicavam a transformação do regime para o democrático, principalmente após o retorno dos exilados políticos e o aumento da pressão dos movimentos de massas. De acordo com Marcos Napolitano,

Todas as transições de regimes autoritários da história recente da América e da Europa mediterrânea foram marcadas por uma combinação de incertezas e esperanças. Nas transições, mesmo aquelas tuteladas pelo regime vigente, como no Brasil, as regras se afrouxam e o jogo político fica aberto. São momentos em que se buscam novos limites para os valores democráticos, procurando caminhos para o “day after” das ditaduras. Mas é justamente essa busca por uma democracia renovada por parte dos movimentos sociais e políticos mais à esquerda, para além dos princípios formais e jurídicos de igualdade, aliada à imprevisibilidade do processo político, que faz com que liberais conservadores e moderados negociem com os autoritários no poder¹²⁹.

Diante disso, percebe-se que esse processo foi marcado pela presença da dualidade entre esperança e incertezas. O cenário apresentava regras que aparentemente afrouxaram o regime, possibilitando a abertura de um jogo político amplo. Em frente à imprevisibilidade do processo, os grupos políticos de esquerda e os movimentos sociais desempenharam um papel de suma importância, os verdadeiros protagonistas desse processo, mesmo quando movidos por divergências políticas e ideológicas.

O projeto iniciado por Geisel e Golbery, ficou caracterizado enquanto um projeto que visava um sistema de mudança, e não uma transformação estrutural, visto que tinha como objetivo a liberalização da ditadura civil-militar, mas não a democratização do regime para o democrático¹³⁰. Ademais, essa “política de distensão, lenta, gradual e segura”, durante o período de Geisel, tinha como objetivo a flexibilização das ações políticas imposta à sociedade, atendendo assim parcialmente as demandas.

Em comparação aos projetos de Geisel e Figueiredo, percebe-se o quanto ambos possuíam contradições. Primeiro porque havia a proposta de reformulação da estrutura

¹²⁹ NAPOLITANO, Marcos, *Op. Cit.*, 2014, p. 253.

¹³⁰ DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura. Estado e Sociedade. p. 239, 1985.

governamental, visando a eliminação gradativa da sobreposição do poder Executivo sobre o Legislativo e Judiciário. Em segundo lugar, porque houve continuidade na criação de instrumentos de controle social repressivo¹³¹. O fato é que não havia um projeto democrático. Em nenhum dos governos tinha intenção de restaurar a democracia, ambos se enquadram em uma estratégia política para que a transição ocorresse sob o controle dos militares.

Esse processo deve ser analisado a partir da ideia de que, a transição do regime ditatorial para o liberal-democrático, vai muito além da revogação da ditadura ou fortalecimento dos movimentos populares. Nessa perspectiva, no caso específico discutido, o do Brasil, a transição foi marcada por mudanças graduais e evolutivas, assim a transferência de poder pode ser feita entre políticos aliados do regime ou entregue à oposição por meio de negociações. Assim, a transferência do poder no Brasil enquadra-se nas duas possibilidades citadas.

Em 1979 foi enviado ao Congresso o projeto sobre a nova reforma partidária, que tinha como uma das principais questões a volta do pluripartidarismo, ou seja, a extinção da Arena e do MDB, no projeto também constava uma série de normas nas quais regulamentava os critérios para formar novos partidos políticos. O projeto foi aprovado pelo Congresso com a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979¹³², mas contra o desejo do MDB. É importante ressaltar que o projeto aprovado não contemplava os comunistas, sendo assim os comunistas permaneciam na ilegalidade¹³³.

No início do governo Figueiredo houve a implementação de uma série de medidas para enfrentamento dos problemas econômicos diante de uma grave crise, ampliação de sua base política e estratégias para flexibilizar mais o regime, mantendo o controle político¹³⁴. Se por um lado havia um controle político, por outro a economia era um traço preocupante no governo. Em agosto de 1979, o presidente deu carta branca para Delfim Netto conduzir e solucionar a questão da crise econômica enfrentada nesse período. O “milagre” (1968-1973) feito por Delfim anteriormente, não foi possível no governo de Figueiredo, especialmente em virtude da Revolução Islâmica no Irã (1978-1979), que ocasionou a desestruturação dos parques produtores de petróleo e conseqüentemente, o

¹³¹ *Ibid*, p. 245.

¹³² Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16767.htm. Acesso em: 02/02/2024.

¹³³ RIDENTI, Marcelo, *Op. Cit.*, p. 12.

¹³⁴ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 337.

aumento dos juros cobrados pelo governo americano. Ao mesmo tempo crescia a insatisfação das classes subalternas e a exigência por maiores concessões.

Para além de tais problemas e antes disso, em 1980 faleceu Petrônio Portela, importante personagem neste processo de transição política. Outra perda crucial para o governo foi a saída de Golbery do Couto e Silva, em 1981. Na tentativa de substituir essas duas perdas, Leitão de Abreu assumiu esse papel de articulador político, mas sem o planejamento e a capacidade de seus antecessores¹³⁵.

Observa-se que esse processo foi realizado sob forte estratégia dos militares. Para além disso, é importante destacar o papel das Forças Armadas (FA) durante os anos iniciais de transição que se apresentou em segundo plano, sem expressar interesse em interferir nas ações do Estado, dando plenos poderes ao presidente. Desde 1977, com a demissão do Ministro do Exército Sylvio Frota, há um indicativo de que as forças mais “duras” do militarismo estavam perdendo espaço na política brasileira¹³⁶.

Em Sergipe, houve uma forte agitação por parte da sociedade, essa participação se deu por meio de diversos movimentos políticos e sociais. Esses movimentos passaram em primeira mão a reivindicar uma série de direitos a partir do afrouxamento dos órgãos de repressão. Um dos principais movimentos de oposição ao regime foi desenvolvido no interior do estado, em Propriá, com o apoio do Bispo D. José Brandão de Castro e sua participação se deu por meio da luta dos trabalhadores indígenas, como o caso dos índios Xocó¹³⁷, dos posseiros rurais, em Santana dos Frades (Pacatuba) e o caso Betume em São Francisco¹³⁸. Todos esses movimentos sociais tiveram forte apoio da diocese e do Bispo D. José Brandão de Castro, que ocorreu no contexto da “abertura política” de Figueiredo.

Na capital também houve o surgimento de alguns movimentos sociais, o caso mais emblemático foi o acontecido no bairro Coroa do Meio relacionado à tentativa da prefeitura de expulsar os posseiros da região para implantar um projeto de expansão habitacional¹³⁹. Nesse caso em específico, houve forte influência e apoio dos estudantes da Universidade Federal de Sergipe e de militantes políticos. No ano de 1979, ocorreu o XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Salvador, e aqui, do estado de

¹³⁵ NAPOLITANO, Marcos, *Op. Cit.*, 2014, p. 255-256.

¹³⁶ CODATO, Adriano Nervo, *Op. Cit.*, p. 93.

¹³⁷ O conflito dos índios Xocó se desenvolveu pela luta da terra, que haviam sido expulsos por ordem Judicial, em 1978, da Ilha de São Pedro (Dantas, 1997, p. 339). In: DANTAS, José Ibarê Costa. A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário. Tempo Brasileiro, 1997.

¹³⁸ SILVA, Rosana Oliveira. Estado, igreja e imprensa: o episcopado de Dom José Brandão de Castro e a ditadura civil-militar em Sergipe (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. p. 89-90.

¹³⁹ *Ibid.*

Sergipe foram enviados uma delegação de 66 estudantes¹⁴⁰. O objetivo deste Congresso era reorganizar o movimento estudantil e eleger uma nova diretoria. Após esse congresso, o movimento estudantil passou a ter uma maior participação e engajamento nas lutas sociais. Desse modo, percebe-se que a partir daí a nova geração de estudantes do final da década de 1970 voltou mais ativa, com indivíduos entusiasmados para reorganizar os diretórios universitários no estado. Era o retorno das manifestações de rua e a reconstrução da UNE, que estava desorganizada desde 1968 devido às perseguições provenientes do AI-5. O processo de “abertura política” no estado instigava a participação nesses movimentos sociais, mas no contexto político de 1978, esses estudantes eram tidos ainda como coadjuvantes, pois a classe operária acabou ganhando espaço, especialmente após as greves de 1978 e 1979¹⁴¹.

As greves de 1978 e 1979 envolvendo os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema demonstraram os limites do processo de abertura. Na época, cerca de 180 mil operários das indústrias automobilísticas de São Bernardo e de outras regiões do ABC decidiram reivindicar seus direitos relacionados às perdas salariais do período do chamado “milagre econômico” e ainda, se recusaram a aceitar as situações inadequadas de trabalho¹⁴².

Com a entrada dos trabalhadores na cena histórica, em finais da década de 70 e princípios da seguinte, na região paulista do ABC, valendo-se da arma da greve, ato que por si mesmo se convertia numa vitória, a luta meramente reivindicatória agia como um explosivo. Isto porque se transformava na imediatividade em arma política, uma vez que feria os pilares da acumulação monopolista subordinada – a política salarial, a superexploração da força de trabalho¹⁴³.

A princípio, as principais lideranças do movimento sindical procuraram não correlacionar a greve como um movimento motivado por questões ideológicas ou vinculado a qualquer partido político. Diante do contexto em que as greves eclodiram e em virtude do pronunciamento do então governador de São Paulo, Paulo Maluf, que em resposta às greves dizia ser um caso policial e não econômico, o movimento grevista foi se apresentando como de oposição à ditadura. Dessa forma, embora tivesse o apoio de

¹⁴⁰ CRUZ, José Vieira. *Da autonomia à resistência democrática: Movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Alagoas: Edufal, 2012. p. 427.

¹⁴¹ RIDENTI, Marcelo, *Op. Cit.*, p. 10.

¹⁴² KECK, Margaret E. *PT-A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. 2010.

¹⁴³ RAGO FILHO, Antonio. O ardid do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 29, n. 01, 2004. p. 151.

lideranças dos movimentos sociais, os operários metalúrgicos defendiam a autonomia de sua classe e enfatizavam tais alianças¹⁴⁴.

Outro marco na constituição do processo de “abertura política” foi a Lei de Anistia (Lei nº 6.683)¹⁴⁵, aprovada em agosto de 1979. A campanha pela anistia no Brasil iniciou-se no ano de 1975, liderada por Therezinha Zerbine, e se ampliou aos poucos pelos estados brasileiros com apoio dos movimentos sociais¹⁴⁶. Um marco importante é a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), em 1978, sua estrutura possuía certa semelhança ao Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), criado em 1975¹⁴⁷. No entanto, ambas organizações tinham algumas divergências de interesses. Em novembro de 1978, foi realizado o Congresso pela Anistia, dentre as questões discutidas se reivindicava “anistia ampla, geral e irrestrita”. A Campanha pela Anistia defendia assim, a volta dos militantes exilados e a punição daqueles que torturaram e mataram durante o regime.

Em Sergipe, o movimento da Anistia foi fundado pela professora universitária Núbia Nascimento Marques (Líder), Ana Maria dos Santos R. Côrtes, Ana Soares de Souza, Bia Wanderley, Dalva Almeida, Gizelda Santana Morais, Iara Viana de Assis, Laura Maria Ribeiro Marques, Lica Conceição Vasconcelos, Maria do Carmo Freitas, Maria Elisa da Cruz, Padre Joaquim Antunes de Almeida, Tereza Cristina Cerqueira Graça, Zelita Correia dos Santos, D. José Brandão de Castro, estudantes do DCE e políticos do MDB. De acordo com Maria Aline Oliveira (2021), “o núcleo do movimento pela anistia caracteriza-se como misto, ou seja, era formado por mulheres e homens”¹⁴⁸. Nessa perspectiva, observa-se que houve a participação de homens nesse movimento, embora as mulheres ocuparam a linha de frente.

A partir de 1979, a campanha pela Anistia se desenvolveu através de comícios pelas ruas, foi o momento em que ganhou maior espaço e visibilidade na imprensa. Em junho de 1979, o presidente Figueiredo envia o projeto para o Congresso, com o objetivo de regulamentar a Lei da Anistia, fruto das mobilizações e reivindicações das classes subalternas. De dentro das prisões, os presos políticos também se mobilizaram através de

¹⁴⁴ NAPOLITANO, Marcos, *Op. Cit.*, 2014, p. 257.

¹⁴⁵ Lei Nº 6.683 de 28 de agosto de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm. Acesso em: 03/02/2024.

¹⁴⁶ Ver: OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*. Aracaju: Edise, 2021.

¹⁴⁷ LEMOS, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Consequência., 2018. p. 246.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Maria Aline Matos, *Op. Cit.*, p. 89-90.

greves de fome em prol da luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita. Diante da batalha para expandir o conteúdo do projeto, houve manifestações de apoio em todo o país, mesmo assim, a lei de anistia foi aprovada em agosto de 1979 sem atender essas reivindicações, apresentando um caráter parcial, e beneficiando os próprios militares. João Figueiredo, garantiu assim a impunidade dos responsáveis pelos crimes cometidos durante a ditadura.

Em novembro de 1979, foi a vez da aprovação da Lei de Reforma Partidária pelo Congresso, o objetivo do governo era partilhar as oposições em várias facções enquanto o partido situacionista permaneceria unido. Essa reforma não surgiu da derrocada da ditadura, mas de uma estratégia para tentar reprocessa-la e longa-la¹⁴⁹. Por meio desta Lei, o governo pretendia dificultar a organização das esquerdas, pois era proibido alianças partidárias, organização de diretórios estaduais pelas federações e nas eleições, apresentar candidatos para todos os níveis.

O partido de situação, Arena, tornou-se o Partido Democrático Social (PDS). Na antiga Arena, a comissão diretora sergipana estava formada por Augusto do Prado Franco, Lourival Batista, Antônio Carlos Valadares, Francisco Guimaraes Rollemberg, Raimundo Diniz, José Rollemberg Leite, Arnaldo Rollemberg Leite, Albano do Prado Franco, Hélio Dantas e Djenal Tavares de Queiroz. Em termos gerais, esses membros já faziam parte do partido situacionista. Com a mudança, apenas João Alves Filho e Celso de Carvalho saíram do PDS migrando para o Partido Popular (PP). Enquanto o PP, foi um novo partido político que surgiu liderado por Tancredo Neves, sendo formado em sua maioria por empresários e bancários, assim como por membros que faziam parte da Arena. Sua comissão executiva inicial contava com João Alves Filho, Gilvan Rocha, Guido Azevedo, Narcísio Machado, Manoel Dórea, Gidenal Francisco dos Santos e Tertuliano Azevedo¹⁵⁰. É importante ressaltar que o Partido Popular (PP) foi criado por estratégia de Portella- Golbery, que objetivava criar um partido com aspecto político de esquerda e direita que englobasse e aderisse às visões do MDB e da ARENA. Para surpresa do governo, os números de filiados da ex-Arena foram superiores que o

¹⁴⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora UFMG, 2008, p. 105.

¹⁵⁰ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 345-346.

esperado¹⁵¹. No entanto, o PP foi inviabilizado pela própria lei criada pelo governo, o partido acabou em dezembro de 1981.

O MDB transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido de oposição ao regime, que acabou perdendo espaço para o PP na política sergipana. É importante destacar que nesse período de distensão política o MDB se esgotou e deixou de ser o abrigo das esquerdas. A Comissão Provisória do PP foi formada por José Carlos Teixeira, Walter Batista, Jonas Amaral, João de Seixas Dórea, Batalha de Góis, Antonio Tavares, Acival Gomes e Balthasar Santos. Pouco tempo depois, Jackson Barreto passou a integrar o partido. Dentro desse novo cenário, o PDS era o partido de maior quantidade de membros na Câmara Federal¹⁵². Foram criados também, outros partidos de esquerda, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), disputado por Ivete Vargas (sobrinha-neta de Getúlio Vargas) e Leonel Brizola, que após recorrer na justiça, o TSE deu ganho de causa a Ivete. O PTB só foi fundado oficialmente em novembro de 1981. Segundo depoimento de Nilton Vieira Lima ao historiador Ibarê Dantas (1997), em Sergipe, Jonas Maciel, Gilvan Rocha e Guido Azevedo simpatizavam com o PTB, mas em virtude da disputa nacional ingressaram no PP¹⁵³. E o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola, que tinha uma ala sergipana na comissão provisória representada por Joaquim Antunes Almeida, José Menezes, Francisco Augusto Ramos, Nilton Vieira Lima e Alcivan Menezes Silveira. Era um grupo formado por padres, advogados e comerciantes.

Para completar este quadro político ocorreu ainda, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Este partido foi fundado em São Paulo em fevereiro de 1980 e teve como figura marcante a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, que saiu como candidato ao governo deste estado nas eleições diretas de 1982. Em Sergipe, este partido foi formado por estudantes, professores, bancários, trabalhadores rurais e ex-militantes do PCB. Em sua composição inicial tinha nomes como de Marcelio Bonfim, Antônio José Gois, Milson Leite Barreto Filho, entre outros, eles formaram a Comissão Executiva Provisória do PT. Os partidos PCdoB e PCB, assim como outras pequenas organizações, continuaram na ilegalidade. Nota-se assim, que com o fim do bipartidarismo houve uma

¹⁵¹ FLEISCHER, David V. Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-84. *Revista de Ciência Política*, v. 29, n. 1, 1986. p. 29.

¹⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Op. Cit.*, p. 105.

¹⁵³ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 407.

série de movimentações para criação de novos partidos, que defendessem os direitos das minorias sociais. Esses partidos foram formados especialmente pelas esquerdas.

Apesar do forte engajamento da sociedade sergipana e dos movimentos de esquerda, o processo de transição política no estado se deu sob forte controle do governador Augusto do Prado Franco (15.02.1979 a 14.05.1982). Sob uma administração, caracterizada como conservadora, o governo usou a máquina estatal para implementar políticas públicas que dificultaram a ampliação de novos partidos políticos¹⁵⁴.

Percebe-se que as eleições de 1982 foram marcadas pela centralização do poder econômico e político à medida em que o governo ainda possuía direitos e privilégios exclusivos. Nessas eleições, o partido situacionista ainda obteve forte vitória contra seus opositores. Mesmo Augusto Franco apoiando um sucessor contra sua vontade, João Alves Filho, conseguiu uma importante vitória. O mesmo assumiu o governo, mas manteve a política conservadora e dificultosa para a oposição. Nesse cenário de crise foi que se iniciou o novo governo estadual, pouco tempo depois vieram as eleições diretas para presidente da República.

Desse modo, a flexibilização por parte dos órgãos de repressão (1978), a Reforma Partidária e a Lei de Anistia (ambas de 1979) foram conquistas decorrentes das pressões das esquerdas e movimentos de massas, que contribuíram para o processo de “abertura política”. No entanto, cabe ressaltar que as dinâmicas das eleições foram um fator importante para a alteração do projeto político dos militares, pelo menos do projeto original. Enquanto os militares, Geisel e Figueiredo, buscavam em seus projetos manter o controle do processo de transição, a sociedade civil queria uma alteração mais rápida, como ocorreu com o movimento “Diretas Já!”. Resumindo, no governo Geisel a “distensão política” deveria existir sob controle dos militares, já no período de “abertura política”, diferenciava-se no sentido em que permitia intervenção das classes sociais e movimentos sociais¹⁵⁵. Mesmo com as eleições tendo um caráter que possibilitou a aceleração da transformação do regime, o processo seguiu nas vias do regime conservador e aos olhos dos generais, marcado pelas ações de perseguição, assassinatos e tortura a grupos opositores.

A década de 1980 consumou assim os sonhos dos generais: uma “democracia relativa”, na curiosa expressão de Geisel. Logo, seria mais correto caracterizar

¹⁵⁴ *Ibid*, p. 403.

¹⁵⁵ CODATO, Adriano Nervo, *Op. Cit.*, p. 94.

o governo Sarney não como um governo “de transição” para a democracia ou um governo “misto” (semidemocrático ou semiditatorial), mas o último governo, no caso, civil, do ciclo de governos não-democráticos no Brasil¹⁵⁶.

A “democracia relativa”¹⁵⁷, como denominada por Geisel, havia sido concretizada com os atendimentos dos anseios dos generais com aprovação da Lei da Anistia no final da década de 70 e início dos anos 80. Nessa perspectiva, é mais adequado caracterizar o governo de José Sarney como o último governo não democrático e não como um governo “semidemocrático” ou “semiditatorial”.

O projeto de “abertura política” foi marcado por questões controversas e sob severo continuísmo do autoritarismo e controle da extrema-direita. Ambos projetos políticos, de distensão e “abertura política”, caracterizaram-se por uma política negociada e compactuada com os setores da elite, que dominavam o campo político e econômico¹⁵⁸. Como já mencionado, os anos finais do regime militar se caracterizam pelo controle e atendimento dos anseios dos generais. Dessa maneira, com uma transição marcada por uma “democracia relativa”, onde a figura de José Sarney representou a continuidade de práticas antidemocráticas herdadas do regime anterior.

Nesse sentido, os governos de Geisel e Figueiredo caracterizaram-se pelo comprometimento com a manutenção do poder militar e a não punição dos crimes cometidos durante o regime. Não havia um projeto democrático autêntico, pelo contrário, a dita “abertura política”, foi um projeto político estratégico para evitar rupturas. A democracia foi conquistada pela pressão dos verdadeiros agentes de transformação: os movimentos sociais, sindicatos, políticos de oposição, entre outros, e não de forma voluntária pelos militares. Ainda, na atualidade o país enfrenta resquícios do autoritarismo militar.

¹⁵⁶ *Ibid*, p. 99.

¹⁵⁷ Entende-se por “democracia relativa”, regimes que possuem elementos democráticos e ao mesmo tempo resíduos de autoritarismo. Ver: MOISÉS, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião pública*, v. 16, p. 269-309, 2010.

¹⁵⁸ CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (Ed.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. SciELO-EDUFBA, 2017. p. 21.

2.5 Reconfiguração do cenário político das esquerdas em Sergipe

A derrocada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) após a Operação Cajueiro ocasionou na atmosfera nacional, e estadual, uma transformação na paisagem política. A partir da dispersão deste partido de esquerda, outros partidos políticos e movimentos sociais se beneficiaram do contexto de desestruturação do PCB. Desse modo, percebe-se que a dispersão provocou alterações significativas na dinâmica e conjuntura vivenciada, com isso, possibilitando o surgimento de novos atores políticos e adaptações na reconfiguração de sua dispersão¹⁵⁹.

O PCB só conseguiu iniciar sua reorganização a partir de 1979, com a aprovação da Lei de Anistia, apesar de ainda o partido retomar recrutamentos com bastante cautela e cuidado devido às regras de exceção impostas pelo regime. No entanto, essa reorganização não era realizada abertamente, muitos dos militantes comunistas usavam codinomes e mantinham sua identidade verdadeira apenas dentro da rede partidária, ainda receosas com o regime. Ao mesmo tempo, muitos dos militantes que estavam no PCB, lutavam dentro do PMDB. Além disso, o forte movimento sindical e o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), absorveu boa parte da militância do PCB no processo de reconfiguração das esquerdas, apesar de não ser o único partido beneficiado. Nesse sentido, enfraqueceu e dificultou o partido em sua reorganização partidária¹⁶⁰.

Um dos casos mais emblemáticos da dispersão do PCB na política sergipana é o caso envolvendo o militante Marcelo Bomfim, que foi detido, torturado e processado durante a Operação Cajueiro. Marcelo, após a Operação Cajueiro, saiu do PCB e mudou para o PT, tendo participado de sua fundação. Era um dos principais dirigentes do PCB, tendo dentro do partido a nível estadual um papel proeminente. Na época, desempenhou militância significativa durante o regime civil-militar, sendo um dos principais integrantes da direção do partido. Consta-se no relatório do Inquérito Policial Militar (IPM), que as atividades de Marcelo estavam sendo observadas pelos militares desde 1964, ano em que foi estabelecida a ditadura com o lançamento de Ato Institucional. Esta vigilância destaca-se não apenas pela militância exercida no PCB, mas também por ter

¹⁵⁹ NUNES, R. J, *Op. Cit.*, p. 68.

¹⁶⁰ FIGUEIREDO, César Alessandro. Partido Comunista Brasileiro versus ditadura militar: 1964-1985—a clandestinidade também mata. *Textos e Debates*, n. 25, 2014. p. 178-179.

sido um personagem da resistência importante contra o regime autoritário. De acordo com depoimento do ex-pecebista, Marcelo Bomfim:

Lembro que todo o partido [Partido Comunista Brasileiro], a direção inteira, foi desmantelada. Todos foram presos, processados, e não havia mais quem pudesse reorganizar o partido. Um companheiro do sul do país, do PCB, localizou Milton Coelho de Carvalho, que, durante a Operação Cajueiro, perdeu o direito de ver os filhos que estavam nascendo. Ele acabou ficando cego. Começamos a reorganizar o partido e, em 1966, o partido decidiu me retirar de Sergipe e me enviar para Moscou. Eu já estava ficando não apenas “queimado”, mas “tostado”, e podia ser preso a qualquer momento. Passei três anos em Moscou e, quando voltei, a ditadura estava ainda mais violenta¹⁶¹.

Nesse cenário, com a dispersão do PCB, outros partidos viram a oportunidade de ampliar sua base eleitoral, inclusive com os ex-pecebistas, ou seja, havia um vácuo com a derrocada do PCB. É importante enfatizar que neste processo de “abertura política”, os partidos que foram mais beneficiados possuíam uma diversidade de orientação política, com maior ênfase para os partidos de esquerda. Nessa perspectiva, duas foram as formas de conquistar novos adeptos: 1- atraindo os pecebistas que possuíam simpatias com determinado partido em virtude de sua ideologia; 2- atraindo aqueles que pudessem se sentir representados pelo PCB, mas em decorrência de sua dispersão migraram para outros partidos.

Essa dispersão não beneficiou apenas partidos políticos, mas também alguns movimentos sociais, que ganharam um maior apoio e visibilidade. Neste contexto, alguns grupos específicos, partidários e/ou das lutas populares, que tinham como objetivo representar a sociedade, puderam ocupar o espaço deixado pelo PCB. Da mesma forma, a participação de novos adeptos possibilitou maior legitimidade em decorrência das demandas sociais existentes.

Com a repressão à Operação Cajueiro e a posterior dispersão dos membros do PCB, o retorno do pluripartidarismo possibilitou uma nova configuração nas organizações das esquerdas sergipanas. Grande parte dos militantes encontrava-se sem uma organização formal, afinal o Partido Comunista Brasileiro havia sofrido uma completa dispersão. Assim, diante deste cenário de “abertura política”, ocorreram movimentações políticas que possibilitaram aos ex-pecebistas se organizarem dentro de

¹⁶¹ Entrevista realizada com Marcelo Bomfim, cedida ao autor, em 10.10.2022, Centro de Turismo, Aracaju-SE. O entrevistado forneceu a carta de cessão. Grifo do autor.

outros partidos. Desse modo, mesmo com a derrocada do PCB, os comunistas não deixaram de participar ativamente da política brasileira.

Prestes percorreu todo o Brasil a convite das mais diversas entidades sociais, de trabalhadores, de estudantes, de intelectuais, de políticos e de numerosos admiradores. Participou das principais campanhas eleitorais, procurando sempre dar apoio aos candidatos comprometidos com as causas populares e dispostos a contribuir para o avanço real da democratização do país¹⁶².

Luís Carlos Prestes¹⁶³, a convite de alguns movimentos sociais e populares, como estudantes e trabalhadores, andou por todo país. Ao longo dessa caminhada, Prestes apoiou candidatos de esquerda durante o processo de campanhas e eleições, particularmente aqueles envolvidos com causas populares e a redemocratização do Brasil. Nesse sentido, o ex-pecebista privilegiou as forças que desenvolviam ações com viés democrático, uma causa já desenvolvida anteriormente.

Manifestando-se defensor de uma constante preocupação com a unidade das oposições, Prestes colocou-se não só a favor da participação de todos os partidos em formação – PTB, PT e PP, com suas características específicas – na frente de luta contra o regime, como também da “unificação da classe operária para atuar num partido revolucionário”. Com isso, a classe operária interviria como fator decisivo na “frente única de luta contra a ditadura”, formada não apenas com os quadros da esquerda, mas com “todos os que desejarem ser nossos aliados nessa luta¹⁶⁴.”

Desse modo, Prestes defendeu a “unificação da classe operária”, que para ele deveria atuar dentro de um partido revolucionário. Da mesma forma, procurou apoiar todos os partidos políticos que estavam em formação, como o PT, PTB e o PP. Sua proposta era criar uma frente que englobasse não apenas membros de esquerda, mas todos

¹⁶² COSTA, Rodrigo José da. O socialismo possível: o PCB, os estertores da Ditadura Militar e a Nova República em Alagoas (1980-1991). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018. p. 42.

¹⁶³ Prestes, nasceu em 1898, na cidade de Porto Alegre, filho de Antônio Pereira Prestes e Maria Leocádio Felizardo Prestes. Na década de 1920, atuou como um dos líderes do movimento de oposição à organização do sistema republicano e do governo de Artur Bernardes. Posteriormente, em 1930 aderiu ao comunismo, sobretudo após o período passado na União Soviética. Nesse mesmo período ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Quando retornou para o Brasil, participou efetivamente em 1935 do Movimento Comunista. Com a derrota deste movimento, sofreu prisão por alguns anos, mais tarde, passou a emergir como uma liderança a partir de meados da década de 40, apresentando-se como a principal liderança do PCB após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o PCB, passou por uma nova onda de perseguições, e teve o seu registro cassado. Participou ativamente dos debates acerca das Reformas de Base do governo João Goulart. Com a instauração da ditadura civil-militar, passou a viver em exílio na União Soviética, acompanhando e protagonizando a crise orgânica do “partidão”. Em 79, retorna para o Brasil, participando de forma direta ou indireta dos movimentos pela redemocratização. Prestes faleceu em março de 1990. Ver mais em: REIS, Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos. Editora Companhia das Letras, 2014.

¹⁶⁴ COSTA, Rodrigo José da, *Op. Cit.*, p. 33.

aqueles que sonhavam com o fim do regime autoritário. Nesse sentido, reunir pessoas que desejavam, independente de filiação partidária ou ideologia política, lutar em prol da redemocratização do País. Se não bastasse o cenário difícil enfrentado pelo PCB, em 1981 o “partidão” perde sua maior referência Luís Carlos Prestes, sua saída foi motivada por uma briga interna dentro do partido que ocasionou ainda em um maior esvaziamento dos militantes do PCB¹⁶⁵. Percebe-se assim que começa a se mobilizar uma nova frente diferente atrás de um partido legal. O MDB, que não era de esquerda, foi um instrumento de dispersão das esquerdas nos anos iniciais da ditadura, funcionou como abrigo, mas se esgotou nos anos 1970.

Nessa atmosfera, com o “partidão” sem força política e o surgimento de outros partidos ainda em consolidação, a política sergipana ganha novos contornos. Os pecebistas, imobilizados pelos setores de repressão, garantiram inicialmente a sua participação em entidades trabalhistas, sindicatos e outras, como também promoveram o diálogo com setores não conservadores da Igreja Católica e com grupos ligados ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A gravidade da crise partidária do PCB levou seus membros a lutarem e fazerem acordos com outros partidos e movimentos sociais, mesmo ainda estando na condição de ilegalidade. Sob esse olhar, os pecebistas procuraram formar estratégias e alianças com outros movimentos sociais.

Desse modo, a ausência de uma direção nacional que conseguisse reanimar o partido fez com que houvesse uma dispersão. E assim, interrompeu-se o desenvolvimento do trabalho feito junto ao movimento estudantil, sindical e camponês, como era realizado anteriormente. Em Sergipe, observa-se que não houve uma política de inserção de novos integrantes ao PCB, como se caracterizava o PMDB com a Ala Jovem.

Durante esses anos e no contexto de ascensão política vivenciada pelo PMDB, este se constituiu como uma força hegemônica de esquerda a nível estadual. Junto ao PMDB, observa-se a atuação do PT, que absorveu alguns dos pecebistas. Eles foram fundamentais na fundação e organização do partido no estado. Apesar da participação dos ex-integrantes do PCB, na fundação do núcleo estadual do PT, não ser uma exclusividade de Sergipe, esse fenômeno apresentou-se de forma importante aqui. Isso ocorreu em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Maranhão e outros estados.

¹⁶⁵ FIGUEIREDO, César Alessandro, *Op. Cit.*, p. 179-180.

Estes militantes passaram a integrar-se sobretudo aos novos partidos de esquerda que estavam surgindo. Desse modo, tiveram uma participação importante nos processos eleitorais, assim como, em movimentos mais amplos, como a luta pela Anistia e as “Diretas Já”. Entrevista com Antônio Gois,

Estávamos no final dos anos 70, e toda a esquerda tinha sido presa. O último partido que eles desorganizaram foi o “partidão”, em 1976. Eles queriam dismantelar o restante para poder falar da tal abertura. Em 79, houve a questão da Lei da Anistia, que foi, na verdade, uma anistia para torturadores. Nos anos 70, surgiu um novo sindicalismo no Brasil, e eu comecei a participar desse movimento nessa época. [...] Passei cerca de dois anos no sindicato e, em 76, fui preso na Operação Cajueiro, o que desorientou tudo. Na década de 70, essas prisões afetaram tanto militantes quanto pessoas que não estavam envolvidas. Após esse período, houve uma dispersão na universidade, sem espaços para debates. No Movimento Estudantil, o pessoal estava começando a reorganizar o Diretório Central e alguns diretórios menores, mas era só isso. Não havia fóruns de discussão, e Aracaju parecia algo impressionante de tão paralisado¹⁶⁶.

Com relação ao Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em depoimento coletado pela historiadora Maria Aline Oliveira, Núbia Nascimento Marques, que era militante e uma das fundadoras deste movimento em Sergipe, relatou que “a campanha pela anistia em Sergipe não poderia ser oficialmente liderada por “meninos”, se não seria chamado o movimento dos presos pela anistia”. Nessa perspectiva, a defesa de um movimento liderado por mulheres foi uma estratégia usada para estar vinculado ao movimento nacional. É importante lembrar que a questão da Anistia já fazia parte do programa proposto pelo PCB, desde 1967. Segundo depoimento de Zelita Correia a pesquisadora Maria Aline:

Esse Comitê Feminino pela Anistia, eu vou lhe dar um exemplo, foi mais para a gente abrir mão dos meninos por estarem feridos, porque ainda tinha gente presa, quer dizer, Milton foi torturado demais, Marcélio também foi, Pedro Hilário morreu das consequências da prisão, quer dizer eles não podiam botar a cara, porque se não seria o movimento dos presos pela anistia. Então, a gente, que estava solta, pegou a obrigação¹⁶⁷.

O MFPA assumiu a responsabilidade de lutar também pelos militantes que estavam presos, principalmente em decorrência da Operação Cajueiro. Ademais, a presença na linha de frente desses homens poderia trazer consequências negativas para o

¹⁶⁶ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida ao autor, em 13.02.2023, Atalaia, Aracaju-SE. Grifo do autor.

¹⁶⁷ *Apud* Entrevista com Zelita Rodrigues Correia, cedida à pesquisadora Maria Aline Matos Oliveira, 29.01.2019, Aracaju-SE. In: OLIVEIRA, Maria Aline Matos. Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979). Aracaju: Edise, 2021. p. 98.

movimento. Para além disso, as principais lideranças eram mulheres livres, o que possibilitava uma maior legitimidade ao movimento. Na época dos julgamentos dos presos da Operação Cajueiro, ocorrido em Salvador, o MFPA organizou uma caravana formada por 70 pessoas para irem assistir o julgamento. Dentre esse grupo de pessoas estavam membros do movimento, familiares e crianças. O fato de o comitê levar crianças e pessoas mais simples da zona rural fez parte de uma “estratégia de gênero” do movimento¹⁶⁸. Entretanto, a questão mais importante é que o comitê conseguiu mobilizar a população, o que se caracterizou como um fator em destaque nos julgamentos. Em 1979 foi aprovada a Lei da Anistia, mas uma anistia parcial, esta Lei está combinada também com a reforma da Lei de Segurança Nacional, permitindo o retorno dos exilados políticos¹⁶⁹. No entanto, a Lei da Anistia permitiu a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura, mas não a criminalização de seus agentes. Essa foi a decisão da interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da Anistia.

Em 1982, o PCB tentou realizar o VII Congresso em São Paulo, mas, sob a Lei de Segurança Nacional foram impedidos pela repressão. Nas eleições do mesmo ano, o PMDB teve forte apoio e engajamento do “partidão” a favor dos candidatos lançados pelo PMDB, pois vale lembrar que nas eleições de 1982 a relação entre o PCB e o PMDB estava bem estabelecida. Convém ressaltar ainda, que os militantes comunistas que tinham uma proximidade com o PMDB, acabaram ficando no PMDB, quando o partido foi legalizado em 1985, especialmente em virtude da dupla militância realizada nos anos anteriores¹⁷⁰.

O PCB também participou da campanha intitulada “Diretas Já”, essa campanha teve início em junho de 1983, seu primeiro ato foi um comício realizado em Goiânia, que contou com a presença de cerca de 5 mil pessoas. Neste comício, o principal objetivo era pressionar o Congresso Nacional para aprovação da Emenda Dante de Oliveira¹⁷¹, proposta pelo PMDB e o PT. Essa proposta não foi aprovada pelo Congresso Nacional,

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Maria Aline Matos, *Op. Cit.*, p. 99.

¹⁶⁹ ROLLEMBERG, Denise & CORDEIRO, Janaína Martins. *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador – BA, Saga Editora, 2021. p. 456.

¹⁷⁰ FIGUEIREDO, César Alessandro, *Op. Cit.*, p. 179. Ver também: Senado Federal. Proposta de Emenda Constitucional nº 5 de 1983 Dante de Oliveira. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>. Acesso em: 25/06/2024.

¹⁷¹ Essa emenda foi formalizada pelo Deputado mato-grossense, Dante de Oliveira, do PMDB, em 1983. Nela, formou-se uma frente partidária que envolvia o PMDB, PDT, PT, PTB, entidades sindicais e alguns movimentos populares. É importante ressaltar que se transformou em um dos centros de maior mobilização da sociedade civil republicana brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*. Editora Companhia das Letras, 2015. p. 482.

em 1983, mas contribuiu de forma significativa para as dinâmicas relacionadas às organizações e movimentos grevistas, assim como para a consolidação do processo de transição democrática¹⁷².

De acordo com Lucila Delgado (2007), “a Campanha pelas Diretas Já” foi resultado de um movimento suprapartidário, que tinha como objetivo o retorno das eleições diretas para presidente da República. Dentro desse movimento estavam envolvidos os principais partidos que faziam oposição ao regime, como o PT, PDT e o PMDB, esses constituíram-se o Comitê Nacional Partidário Pró Diretas. Cabe lembrar que o PCB e o PCdoB também participaram das lutas e manifestações pelas diretas através de acordos políticos com outros partidos e movimentos sociais. Essa campanha também contou com o forte apoio das esquerdas, dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), União Nacional dos Estudantes (UNE), Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Comissão de Justiça e Paz de São Paulo (CJP-SP) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É importante ressaltar que o PDS, era contra a Campanha pelas Diretas-Já. Em depoimento A. Gois relatou que:

Particpei das Diretas, junto com o próprio Lula, que também estava presente no dia do comício. Eu não estava no comando da organização. É uma situação muito complicada, muitos “caciques para poucos índios”. Mas eu estava lá. No dia seguinte pela manhã, fomos à televisão e encontramos Ulisses. Ele tinha uma forte relação comigo, e nos encontrávamos com frequência, tanto aqui quanto em São Paulo. Na época, eu viajava muito para São Paulo por causa do movimento sindical e também por conta da direção do PT¹⁷³.

A. Gois, foi outro militante político que deixou o PCB e fundou o primeiro núcleo estadual do PT-Sergipe. Participou ativamente da campanha “Diretas Já” no estado, mesmo não estando na comissão organizadora, teve um papel fundamental nas manifestações a favor de eleições diretas para presidência. Na época, Goisinho, como é mais conhecido, encontrou-se e acompanhou Lula no comício das diretas no estado. Nesta passagem de Lula por aqui, foram feitos alguns registros fotográficos, neste, abaixo, aparece no primeiro plano, Lula e Marcelio Bomfim.

¹⁷² ROLLEMBERG, Denise & CORDEIRO, Janaína Martins, *Op. Cit.*, p. 456.

¹⁷³ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida ao autor, em 13.02.2023, Atalaia, Aracaju-SE. Grifo do autor.

Figura 16: Marcelio Bomfim recebendo Lula e Ulysses Guimarães para comício das “Diretas Já” em Aracaju.



Fonte: Arquivo pessoal de Marcelio Bomfim, s/d.

Nesse sentido, independente dos esforços feitos para se conseguir equilibrar o partido a nível nacional, o PCB não conseguiu acompanhar as lutas sociais contemporâneas. Aparentemente, ao tentar buscar respostas, afastava-se cada vez mais de suas bases. E nesse cenário, o PT acabou ganhando expressivo reconhecimento em virtude das lutas dos trabalhadores e da classe operária, ou seja, o PT obteve sucesso porque conseguiu captar as novas demandas, construiu uma base forte e uma organização partidária inovadora. Além disso, absorveu boa parte da base operária antes ligada ao PCB¹⁷⁴. Contudo, mesmo entrando no PT, há tendência que alguns se mantinham ligados aos ideais do PCB em relação à União Soviética.

Portanto, o contexto de desestruturação partidária do PCB possibilitou uma reconfiguração política que beneficiou em massa as esquerdas. Aqueles que saíram do PCB acabaram ingressando nas alas jovem do PMDB, PT, PP, PDT e PTB, mas os dois primeiros partidos foram os que se beneficiam em maior número com a presença dos ex-militantes do “partidão”, apesar do esgotamento do MDB, durante a década de 1970. É importante destacar ainda, que para a configuração do Partido dos Trabalhadores (PT) a

¹⁷⁴ FIGUEIREDO, César Alessandro, *Op. Cit.*, p. 180.

presença dos ex-pecebistas foi fundamental, desde a fundação do partido no estado. Desse modo, revisitar a história da Operação Cajueiro e compreender as suas consequências para esta gente que lutou tanto por um país melhor, nos possibilita refletir sobre os impactos que essa ação militar ocasionou na vida dos atingidos e para a política no geral. Nesse sentido, esse capítulo centrado no cenário político do final da década de 1970 e nos anos 1980 buscou dar uma nova significação à Operação Cajueiro, centrando na análise das trajetórias dos militantes do PCB. Este episódio de repressão política, que atingiu os membros do PCB provocando desorganização, trouxe assim, uma nova reconfiguração essencial para o entendimento do surgimento do Partido dos Trabalhadores em Sergipe, uma história a ser contada no próximo capítulo.

3. DESAFIANDO O ESTADO DE ORIGEM: A GÊNESE DO PRIMEIRO NÚCLEO DO PT EM SERGIPE

A Emancipação da classe trabalhadora deverá ser obra da própria classe trabalhadora.

Karl Marx, *Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores*, 1871.

A instauração da ditadura brasileira (1964-1985) foi resultado de um golpe de estado, civil-militar, que contou com apoio de amplos setores da classe média urbana, da imprensa e da Igreja Católica, tal período tem sido evento chave da história recente do Brasil. Este apoio se deu sob a justificativa de suposta ameaça à democracia por avanço do comunismo, da corrupção e do sindicalismo. No entanto, as instituições que apoiaram o golpe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) tornaram-se opositoras ao decorrer do regime¹⁷⁵. Ao tempo em que as principais lideranças de esquerda eram presas, assassinadas ou exiladas do país, parcela da oposição em crescimento, incluindo liberais democratas, resistiram ao regime ditatorial e fizeram frente ao pacto de um novo governo. De maneira que, ainda em meio a censura e repressão, ecoava nas ruas, entre os anos de 1983-1984, o movimento das “Diretas Já!”. Movimento popular histórico que defendia as eleições diretas para presidente.

Os partidos políticos de esquerda e os trabalhadores organizados em sindicatos foram os principais atingidos durante a ditadura¹⁷⁶. Em muitas organizações de classe e em alguns movimentos sociais ocorreram substituições de lideranças, por conta das perseguições, e/ou elas foram trocadas por interventores, isto no caso dos sindicatos, que também perderam em sua função de representação¹⁷⁷. Nesse processo de luta, destacaram-se algumas figuras importantes, como o nordestino Luiz Inácio da Silva (Lula), um metalúrgico que transformou o sindicalismo brasileiro, moldando-lhe a partir de sua personalidade de traços libertários, um caminho diferente daquele tradicionalmente seguidos pelas lideranças sindicais obedientes aos governos. Apelidado e conhecido por “Lula”¹⁷⁸, Luiz Inácio Lula da Silva é nordestino, natural de Garanhuns

¹⁷⁵ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Editora FGV, 2014.

¹⁷⁶ RIDENTI, Marcelo, *Op. Cit.*, p. 2.

¹⁷⁷ BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica marxista*, v. 17, p. 10-36, 2003. p. 18.

¹⁷⁸ É importante lembrar que o apelido “Lula”, só foi definido em 1982, em virtude de questões eleitorais.

(Pernambuco), onde nasceu em 27 de outubro de 1945. Filho de Eurídice Ferreira de Melo e Aristides Inácio da Silva. Durante parte de sua infância viveu em uma família com onze irmãos, em uma propriedade de oito hectares de terra, onde plantavam milho, feijão, mandioca para o consumo de todos. Em 1952, aos 7 anos de idade, Lula, irmãos e sua mãe viajaram ao encontro de seu pai que trabalhava no porto de Santos, como estivador. A viagem durou cerca de treze dias na carroceria de um caminhão, denominado de pau-de-arara, de Pernambuco, no Nordeste, com destino ao Sudeste, São Paulo. Em Santos, cursou o primário no grupo escolar Marcílio Dias e ao mesmo tempo, vendia tapioca e laranja para completar o orçamento da família na estação de barcas de Santos. Aos 12 anos mudou, junto com a sua mãe e seus irmãos, para São Paulo, onde teve a sua primeira carteira assinada como ajudante em uma tinturaria. Em 1956 entrou em uma metalúrgica e conseguiu adquirir, como torneiro-mecânico, um diploma pelo Serviço Nacional de Indústria (SENAI).

Em 1967 Lula pisou pela primeira vez no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, na época trabalhava nas indústrias Villares. Era o início de sua participação no sindicato, e mais tarde, em 1969, foi suplente de direção do sindicato, tendo em 1972 participado como membro da diretoria, assumindo a presidência do sindicato em 1975. Reeleito em 1978, com mais de 90% dos votos, liderou as diversas greves no ABC paulista, nos anos 1979-80, que levaram a classe trabalhadora a protagonizar o cenário político brasileiro. Idealizador e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), contribuiu também para criação da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi o deputado mais bem votado nas eleições de 1986, foi casado com Marisa Letícia Lula da Silva (Marisa faleceu em 2017, aos 66 anos), pai de cinco filhos (Lurian Cordeiro, Marcos Cláudio, Fábio Luís, Sandro Luís e Luís Cláudio). Atualmente é casado com a socióloga Rosângela da Silva, mais conhecida por “Janja”, primeira-dama do seu terceiro mandato de presidente da República, empossado em janeiro de 2023. Considerado como o primeiro presidente da história do Brasil a ser escolhido para o cargo três vezes (2003– 2006 e 2007- 2010) e por voto direto, iniciado em 2023¹⁷⁹.

Lula passou a incomodar a ditadura em virtude de sua liderança e carisma, agregando cada vez mais trabalhadores, estudantes e profissionais liberais ao seu lado,

¹⁷⁹ MALDOS, Celso Renato. *Presidente Lula, operário em construção: discursos dos anos 1980*. 1º ed. São Paulo: Terra Redonda, 2020. p. 30-31.

umentando os atritos com o governo militar de Geisel. O engajamento de vários setores na luta sindical acarretou ao sindicalismo paulista uma forte vigilância promovida pelo regime. Entretanto, à medida em que a opressão era constante, Lula ganhava um maior prestígio dentro e fora de São Paulo, assim como em alguns países do mundo, entre aqueles que defendiam a luta pela democracia. A aglomeração em torno de Lula o fez vê na política a válvula para organização dos trabalhadores e das grandes massas, criando o PT em 10 de fevereiro de 1980¹⁸⁰.

Transformado em líder popular, Lula recebeu apoio de alguns setores sociais e políticos importantes, como uma parte da intelectualidade brasileira e da Igreja progressista. O PT surgiu assim, para ser um partido diferente daqueles já existentes e com características próprias que o diferenciava tanto na forma da organização, como na linguagem utilizada com os trabalhadores¹⁸¹. Para o partido, não foi difícil encontrar pessoas que aderissem ao PT em São Paulo e em outros estados, tendo em vista a crescente luta contra a ditadura e a favor dos direitos das classes subalternas. Surgiram assim no final da década de 70 e início dos anos 1980, alguns expoentes nacionais como Jacó Bittar, em São Paulo, Waldir Pires, na Bahia, Marcelo Bomfim e Antônio José Gois, ambos de Sergipe, e outros que aderiram ao partido depois e ajudaram a fundar núcleos estaduais.

Este capítulo visa contribuir com a história e historiografia política do PT/SE, ao ampliar e diversificar o universo de fontes, traçando como objetivo a análise da gênese do primeiro núcleo do Partido dos Trabalhadores (PT) em Sergipe. De modo que, exploraremos suas principais lideranças, motivações e os ideais que levaram os fundadores a organizar o partido, assim como, desvendar os desafios enfrentados inicialmente, incluindo a resistência de outros partidos, preconceitos políticos e barreiras institucionais. De maneira que, também buscaremos compreender a transformação ideológica sofrida pelo próprio partido, afinal, o PT surgiu com uma posição de esquerda, com ideais alinhados ao socialismo, e ao longo de sua história, adota uma linha centrada na social-democracia? Nesse sentido, compreenderemos o seu surgimento, transformação, os desafios enfrentados e as conquistas políticas, como nas eleições de 1982 para representantes a cargos públicos.

¹⁸⁰ *Ibid.*

¹⁸¹ MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

3.1 Do movimento sindical a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)

A partir da década de 1970 o sindicalismo, enquanto movimento social e político, passou por um processo intenso de transformação no país. Esse período ficou caracterizado pela crise do sindicalismo e ao mesmo tempo, por sua posterior ascensão¹⁸². Os sindicalistas reivindicavam melhores condições de trabalho, direitos trabalhistas e a participação dos trabalhadores nas decisões políticas e econômicas do país. No caso específico do Brasil, a década de 1970 foi marcada pelo profundo engajamento e organização deste movimento. O contexto aqui discutido foi aquele denominado de “milagre econômico”, período esse em que o país passava pelo crescimento econômico, porém junto com ele permaneceram as condições precárias de trabalho, a ausência de direitos trabalhistas e a precariedade dos salários aos trabalhadores. Desse modo, essa década ficou marcada pelo crescimento do chamado “novo sindicalismo”, concepção essa em contraposição ao sindicalismo mais assistencialista anterior à ditadura¹⁸³.

O crescimento do “novo sindicalismo” significava aos que propunham a criação de partidos representativos das massas populares que os trabalhadores não mais podiam ser referidos por eles no abstrato, como componentes das bases desse tipo de partido, mas, ao contrário, tinham de entrar em negociações diretas com eles¹⁸⁴.

Os anos finais da década de 1970 foram palco de transformações que beneficiaram o desenvolvimento de partidos políticos com raízes populares e com um olhar diferenciado para a classe trabalhadora. Esse cenário culminou nas grandes greves de 1978 e 1979 e na transformação do sindicalismo em um sujeito político¹⁸⁵. Quando essas greves se iniciaram, dois fatos surpreenderam as lideranças sindicais:

Em primeiro lugar, ficaram espantados com a reação repressiva violenta e decidida da ditadura militar. Conforme o próprio Lula declarou, ele nunca imaginara que o Exército Nacional pudesse ser mobilizado contra os trabalhadores. O segundo evento foi a iniciativa das associações e movimentos populares, dos mais variados tipos e – literalmente – de todos os cantos do

¹⁸² ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e política*, p. 111-124, 2000. p. 111.

¹⁸³ RODRIGUES, Iram Jácome. *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1993. p. 49.

¹⁸⁴ KECK, Margaret E. *PT-A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. 2010. p. 93.

¹⁸⁵ MENEGUELLO, Rachel, *Op. Cit.*, p. 53.

Brasil, que se mobilizaram para garantir material e politicamente a greve dos operários do ABC¹⁸⁶.

A repressão dos governos militares e a rede de apoio nacional, criada de forma informal, sustentaram as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, de São Bernardo, Diadema, Santo André, Mauá, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e São Caetano do Sul, elas se transformaram em referência política para vários movimentos da classe trabalhadora existentes no país¹⁸⁷.

A classe operária desta região apregoava de modo vibrante e a todos os cantos que era preciso muita coragem e ousadia para prosseguir na luta. Os dirigentes sindicais não se intimidavam com as ameaças e interditos: assumiam corajosamente todos os riscos. Sabiam que os empregos estavam ameaçados, sabiam da fome que cercava suas famílias, sabiam dos tormentos que os esperavam. Ousaram destemidamente, dentro de seus limites¹⁸⁸.

Desse modo, em 1978, evidenciou-se a participação ativa da classe operária de estudantes e de profissionais liberais como professores, advogados, comerciantes, bancários, etc. De acordo com Ricardo Antunes (1995), todos os grupos sociais da base do PT pertenciam ao mundo do trabalho, ou tinham em comum a questão de viver do trabalho. Nesse sentido, o cenário político e social de 1978 foi marcado pela organização da classe trabalhadora no país, centrado na experiência de luta contra os governos autoritários e os detentores do poder econômico, os patrões. Esse movimento social e político de luta a favor dos direitos trabalhistas deflagrado nas ruas do ABC paulista, resultou na criação de uma nova esquerda que, em parte, ligou-se anos mais tarde ao Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁸⁹.

Em 1978, Luiz Inácio Lula da Silva já era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, aos seus 32 anos de idade, nesta época surgia, ainda de forma vaga, a ideia de criação de um partido político que atendesse as demandas trabalhistas e os direitos dos trabalhadores. Apesar de no início desse mesmo ano Lula ter participado de reuniões com objetivo de fundar um partido, ainda demonstrava pouco entusiasmo com a ideia. Lula, foi assim, convencido a fundar o PT, em 1º de agosto de 1978, o militante Mário Xavier

¹⁸⁶ BOITO JR, Armando, *Op. Cit.*, p. 18.

¹⁸⁷ AARÃO REIS, Daniel. *O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas*. 2007.

¹⁸⁸ RAGO FILHO, Antonio, *Op. Cit.*, p. 153.

¹⁸⁹ ALVES, Giovanni, *Op. Cit.*, p. 112.

de Andrade Pedrosa¹⁹⁰, envia uma carta para Lula, intitulada “Carta aberta a um líder operário”¹⁹¹. Mário Pedrosa, nasceu em Pernambuco, filho de Pedro da Cunha Pedrosa, oriundo de uma família de senhores de engenho, que posteriormente, dedicaram-se à administração pública. Em 1913, mudou-se para a Europa, onde permaneceu até 1916 dedicando-se aos estudos. Formado pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, entre os anos de 1920-1923, durante esse período aprofundou-se nas ideias socialistas e marxistas, a partir de então passou a dedicar sua vida intelectual e política à classe trabalhadora, integrando o grupo dos primeiros comunistas do Brasil, após a Revolução Russa (1917). No ano de 1925, por meio do jornal A Classe Operária, aproximou-se do PCB, partido este que se filiou em 1926. Durante esse período atuou como agente fiscal, em João Pessoa (Paraíba) e posteriormente, em São Paulo, onde organizou o Socorro Vermelho, esta organização tinha como objetivo apoiar prisioneiros políticos do PCB. Ao mesmo tempo, escreveu para revista do partido e atuou como jornalista no jornal Folha da Manhã.

No ano seguinte, através de um convite feito pela direção do partido, fez um curso de formação de militantes promovido pela III Internacional, na Escola Leninista, localizada em Moscou. Com as crises políticas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), a partir de novembro de 1927, Mário Pedrosa permaneceu na Europa até 1929, onde aderiu à esquerda russa. Retornou para o Brasil em 1929, engajado em estabelecer um núcleo da Oposição de Esquerda, dentro do PCB encontrou um partido dividido, de um lado Rodolpho Coutinho, do outro a maioria da direção. Então, Mário Pedrosa organizou em 1930, junto ao jornal Luta de Classes, o Grupo Comunista Lênin (GCL). Um ano depois, com a formação da Oposição Internacional de Esquerda, seu grupo político troca o nome do partido, agora intitulado Liga Comunista do Brasil (LCB). Sua atuação passa a partir de então ao combate do stalinismo dentro da III Internacional. Na perspectiva do PCB esses ideais afastaram-se da luta democrática e revolucionária. Aqui no Brasil, Mário Pedrosa liderou a resistência antifascista, defendendo a unidade entre a

¹⁹⁰ Aos 79 anos de idade, Mário Pedrosa publicou o livro “Sobre o PT”, neste mesmo ano foi homenageado e tornou-se o primeiro filiado do Partido dos Trabalhadores (PT), assinando em 10 de fevereiro de 1980 o livro de atas, data do registro oficial da fundação do PT. No momento fez um breve discurso enfatizando a originalidade do novo partido no caminho para a luta da classe trabalhadora. Mário Xavier de Andrade Pedrosa, faleceu em 5 de novembro de 1981, no Rio de Janeiro. In: ANDRADE, E. O. Mário Pedrosa, o golpe de 1964 e a crítica ao desenvolvimentismo. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 11, 2016.

¹⁹¹ Ver conteúdo da carta completa em: Carta a um líder operário, 1 de agosto de 1978, in: MARQUES NETO, Castilho (org.), Mário Pedrosa e o Brasil, São Paulo: fundação Perseu Abramo, p. 169-172. Ver também: PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched editorial, 1980.

classe trabalhadora. No estado de São Paulo participou da criação da Frente Única Antifascista (FUA) e do jornal O Homem Livre.

Nos anos seguintes, em virtude de suas críticas à aliança entre Aliança Nacional Libertadora (ALN) e à burguesia em 1937, na tentativa de escapar da repressão exilou-se na França, passando a integrar o movimento pela IV Internacional e sendo eleito representante da América Latina. Em 1939, mudou-se para Nova Iorque e dois anos depois, 1941, por discordâncias políticas afastou-se da IV Internacional. De volta ao Brasil, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), dirigiu o jornal Vanguarda Socialista, que em 1947 levou à fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Anos depois, 1956, juntamente com Raquel Queiroz fundou a Ação Democrática e continuou atuando na militância jornalista, escrevendo para os principais jornais do Brasil¹⁹².

No ano de 1966, ingressou no MDB, no mesmo período, divulgou os livros *Opção Brasileira* (1966) e *Opção Imperialista* (1966). Ainda neste período, realizou militância clandestina. A partir de 1970, após os órgãos repressivos descobrirem suas atividades clandestinas, exilou-se na China, e posteriormente em Paris, onde permaneceu até 1977. Ao voltar para o Brasil, em outubro de 1977, já em um cenário de “abertura”, Mário Pedrosa se deparou com o movimento pela criação do PT, onde passou a ter um papel proeminente na luta política dos trabalhadores¹⁹³.

No segundo semestre, de 1978, já estava convicta a ideia de que não havia possibilidade da participação dos trabalhadores no cenário político sem um partido formal que lhes representassem e atendessem os interesses das classes subalternas¹⁹⁴.

Lula percorreu o Brasil para convencer a classe trabalhadora de que era inútil esperar que um Congresso Nacional repleto de empresários fizesse leis favoráveis aos assalariados. A primeira reunião histórica do PT realizou-se em fevereiro de 1980, paradoxalmente num antigo reduto da burguesia paulista, o Colégio Sion. Intelectuais como Mário Pedrosa, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, logo aderiram à nova proposta partidária¹⁹⁵.

¹⁹² ANDRADE, 2016, *Op. Cit.*

¹⁹³ A obra Mário Pedrosa: Revolução sensível, organizada pelos professores Everaldo de Oliveira Andrade, Francisco Alambert e Marcelo Mari, reuni uma série de textos com visões multifacetados de Mário Pedrosa. Abordando Pedrosa enquanto militante político, intelectual, e em sua dimensão pessoal. Ver mais: ANDRADE, Everaldo de Oliveira; ALAMBERT, Francisco; MARI, Marcelo. *Mário Pedrosa: revolução sensível*. Edições Sesc. 2023.

¹⁹⁴ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. Cortez. 1989. p. 20.

¹⁹⁵ MALDOS, Celso Renato, *Op. Cit.*, p. 33.

A proposta de criação do PT surgiu em 15 de julho de 1978, em declaração feita à imprensa por Luiz Inácio Lula da Silva: “chegara a hora de a classe trabalhadora criar o seu próprio partido político”. Ressaltando a ideia de que a questão sindical, também era uma questão política e não tinha como dissociá-las¹⁹⁶. Como expressado em sua Carta de Princípios, de 1 de maio de 1979:

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo.

Carta de Princípios (1º de maio de 1979)¹⁹⁷.

O movimento pró-PT, teve início em 13 de outubro de 1979, no Restaurante São Judas Tadeu, neste encontro foram definidas as normas transitórias, a carta de princípios e uma declaração política¹⁹⁸, assim como foi formado a comissão provisória do partido, que contava com os seguintes integrantes:

QUADRO VIII COMISSÃO PROVISÓRIA DO PT- 1979

NOME	PROFISSÃO
Luiz Inácio Lula da Silva	Sindicalista dos metalúrgicos
Carlos Borges	Gráfico
Arnóbio Silva	Sindicalista dos bananeiros
Francisco Auto	Jornalista
Edson Khair	Deputado Federal
Jacó Bittar	Sindicalista dos petroleiros
Firmo Trindade	Economiário
Ignacio Hernandez	Metalúrgico
Henos Amorina	Sindicalista dos metalúrgicos
Godofredo Pinto	Professor
Wagner Benevides	Sindicalista dos metalúrgicos

¹⁹⁶ *Ibid.*

¹⁹⁷ Carta de Princípios. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf. Acesso em: 03/01/2024.

¹⁹⁸ Ver a declaração política em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/1958>.

Olívio Dutra	Sindicalista dos bancários
José Ibrahim	Sindicalista dos metalúrgicos
Manoel da Conceição	Sindicalista dos trabalhadores rurais
Sidney Lianza	-
Luiz Soares Dulci	Professor
Paulo Skromov	Sindicalista dos trabalhadores de couro e luva

Fonte: Quadro montado pelo autor a partir das fontes consultadas¹⁹⁹.

Apesar de todas essas lideranças formarem a comissão provisória do partido, poucos deles deram seguimento ou chegaram a constituir uma carreira política no PT. Esse encontro colaborou para a fundação oficial do partido em 10 de fevereiro de 1980, ocorrida no Colégio de Sion, escola localizada em um bairro de classe média alta em São Paulo, Higienópolis²⁰⁰. O local de sua fundação chamou a atenção pelo fato de o partido defender a luta da classe operária, mas ser organizado em um bairro de classe média alta. Na ocasião, contudo, contou com a participação de estudantes, líderes de movimentos sindicais populares, intelectuais, revolucionários marxistas-leninistas e cristãos radicais, vale ressaltar que, segundo alguns estudiosos, contou apenas com uma pequena parcela de trabalhadores²⁰¹.

O partido estruturou-se com representantes das esquerdas de 18 estados, incluindo o Distrito Federal, totalizando um público de 700 a 1200 pessoas na fundação²⁰². Apesar de não constar representantes do estado de Sergipe no documento oficial, dois sergipanos estavam presentes: Antônio Samarone e José Costa²⁰³. Esse encontro político marcou a fundação do PT formalmente, assim como a criação do Manifesto do PT.

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-lo. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou ela não virá. A grande maioria de nossa população trabalhadora, das

¹⁹⁹ Executiva da Comissão Diretora Nacional Provisória. Comissão Nacional Provisória, Acervo/PTDN-DP_1980_0023-0006.

²⁰⁰ MORAIS, Fernando. *LULA, biografia*. Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

²⁰¹ SECCO, Lincoln, *Op. Cit.*, p. 35.

²⁰² Dentre os estados estão: Amazonas, Ceará, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal. Documentos Dossiê, domingo, 10 de fevereiro de 1980. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-P1_Dossiê-Doctos.pdf. Acesso: 23/01/2024.

²⁰³ Entrevista realizada pela Profª. Dra. Célia Costa Cardoso com Dr. Antônio Samarone, 07/10/2022, Edifício Benjamin Carvalho, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

idades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias²⁰⁴.

Como expresso no manifesto, o partido nasceu das lutas sociais e se caracterizou por ser um partido de massas, de participação política dos trabalhadores. Desse modo, “o PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados”²⁰⁵. Uma das primeiras ações, gravada na constituição do partido, foi a de tornar pública a Carta de Princípios²⁰⁶, e posteriormente, iniciou-se o processo de legalização do partido²⁰⁷. Desde o início, tanto da aprovação do Manifesto, como do Programa do Partido dos Trabalhadores, Lula enfatizou sua defesa pela democracia, reiterando seu posicionamento de rejeição a uma ideologia pronta para o partido. No que tange à pressão sofrida pelas tendências políticas dentro do grupo, optou-se por permanecer e seguir de forma lenta, mas segura na construção do projeto do partido²⁰⁸.

O PT é um partido de massas, amplo, aberto, que faz absoluta questão de exercer e aperfeiçoar a sua democracia interna. O PT não acha que precisa partir de uma homogeneidade ideológica para atingir seus objetivos, principalmente porque, de fato, não existe essa homogeneidade ideológica entre a massa, entre os trabalhadores, entre o povo. O PT parte de uma unidade política – expressa em seu programa e seu estatuto – e busca uma unidade de ação política, sabendo que, dentro dele, poderão conviver opiniões ideológicas diferentes, embora todas com o mínimo denominador comum: a participação política dos trabalhadores para a mudança da estrutura da sociedade brasileira²⁰⁹.

Para os petistas, a construção do partido ocorreu concomitante às lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida. Seu programa passaria por grandes transformações, sobretudo em função da heterogeneidade de grupos em que o partido foi formado. Sendo um grupo constituído por sindicalistas, movimentos sociais urbanos e

²⁰⁴ Manifesto da Fundação do Partido dos Trabalhadores, Colégio Sion (SP), 10 de fevereiro de 1980. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/acervo-historico-2/>. Acesso em: 01/02/2024.

²⁰⁵ Documentos Dossiê, *Op. Cit.*

²⁰⁶ MENEGUELLO, Rachel. *Op. Cit.*, p. 63.

²⁰⁷ Documentos Dossiê, *Op. Cit.*

²⁰⁸ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano, *Op. Cit.*, p. 21.

²⁰⁹ *Apud* Entrevista com Lula, realizada pelo Jornal L’Unitá, Itália – 1980. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-5.documentos.trabalhadores70.pdf>. Acesso em: 23/01/2024.

rurais, indivíduos ligados aos movimentos da Igreja Católica, intelectuais, agrupamentos marxistas e parlamentares do MDB entre outros²¹⁰.

Um dos principais aspectos enfatizados pelos seus primeiros documentos sobre a história do PT é a questão do pioneirismo, ou seja, um partido construído de baixo para cima e dando ênfase às diferenças entre as esquerdas já existentes. Segundo Lincoln Secco (2011), o PCB apresentava características e requisitos para enquadramento em um partido de massas²¹¹. No entanto, pode-se observar, que embora atendesse alguns requisitos para este enquadramento, os desafios e obstáculos sofridos ao longo de sua história política não permitiram que o PCB alcançasse de forma plena a ambição de ser um partido de massa.

O PT nasceu assim, fora da esfera do comunismo e tentou se distanciar do “populismo”. Os seus fundadores viam o socialismo enquanto um horizonte distante e procuravam negar a herança do legado social-democrata, afirmando-se enquanto um partido de esquerda. Dessa forma, eles buscavam defender um “programa para a democracia”, o que indica que os documentos iniciais traziam uma mescla entre ideias trotskistas amparadas por subsídios sindicalistas²¹². Ademais, a premissa da forte presença de intelectuais dentro do partido, especialmente daqueles que defendiam o comunismo, o trotskismo ou uma visão liberal clássica radical, que em conjunto com os sindicalistas, eram vistos como uma provocação à ditadura e ao domínio do capital transnacional. Oriundo das greves ocorridas nesse contexto, o PT se mostrou para o que veio, expandindo sua influência em todos os espaços públicos.

Dessa maneira, observa-se que inicialmente o partido possuía raízes no movimento sindical e adotou uma linha política socialista, reconhecida como um partido de esquerda. No entanto, ao passar do tempo, sobretudo, durante o período que esteve no poder (2003-2016), essa linha política foi se alterando. Segundo José de Souza Martins (2016), “O Partido dos Trabalhadores, para vencer as eleições presidenciais de 2002, abriu mão de valores e orientações ‘pétreas’ de seu ideário, fez alianças heréticas e desviou-se de seu eixo doutrinário de esquerda”²¹³, e mais precisamente, na transição do governo Lula para Dilma Rousseff, adotou políticas que promoveram significativa mudança na orientação do PT, enquadrando-se como um partido social-democrático.

²¹⁰ BEZERRA, Carla de Paiva. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. e3410016, 2019. p. 6.

²¹¹ SECCO, Lincoln, *Op. Cit.*, p. 31.

²¹² *Ibid*, p. 36-37.

²¹³ SOUZA, José Martins. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. Editora Contexto, 2016.

Apesar de tais políticas ainda se caracterizassem como progressistas, concomitantemente eram pragmáticas e moderadas, permitindo assim aliar o crescimento econômico juntamente com os programas sociais. O que conforme Celso Rocha de BARROS (2022), “a história do PT deve ser entendida como parte do movimento global de formação de partidos operários, que, quando não foi interrompido por ditaduras de direita ou de esquerda, gerou grandes legendas social-democratas”²¹⁴. Dessa maneira, percebe-se que o contexto de interrupções em que o partido surgiu, ou melhor, de ditadura, não permitiu que o PT alcançasse uma forma plena de social-democracia, como ocorreu em outros partidos operários em diferentes países.

3.2 Fundadores do PT Sergipano: política de liderança, caminhos trilhados e desafios

O núcleo estadual do PT foi fundado com o lema: “Pela Liberdade de organização dos trabalhadores, por um governo dos trabalhadores e por uma reforma agrária com a participação dos trabalhadores, obedecendo às peculiaridades de cada região”²¹⁵. O primeiro encontro sergipano ocorreu em 28 de julho de 1980, no Clube Cotinguiba, localizado na avenida Augusto Maynard²¹⁶. O PT surgiu com o desejo emancipatório, ou seja, de se libertar de antigos clientelismos políticos, muitas vezes baseados em prestígios social e político, e com características diferentes dos partidos políticos já existentes. A principal singularidade era a defesa de um estado com representatividade entre os trabalhadores, ou seja, uma alternativa popular²¹⁷.

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi, nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo²¹⁸.

²¹⁴ BARROS, Celso Rocha. *PT, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 64.

²¹⁵ Gazeta de Sergipe, Aracaju-SE, 29 de julho de 1980, p. 01.

²¹⁶ MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes, Op. Cit.

²¹⁷ ARAÚJO, Ciro Alcântara de. A origem do Partido dos Trabalhadores no Ceará: uma alternativa popular (1979 - 1989). 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

²¹⁸ Manifesto da Fundação do Partido dos Trabalhadores, Colégio Sion (SP), 10 de fevereiro de 1980. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/acervo-historico-2/>. Acesso em: 01/02/2024.

O surgimento do PT se deu a partir da necessidade de promover uma intervenção direta na vida política e social das classes subalternas do país. Este pensamento parte do princípio de que a democracia deveria ser reconstruída pela classe trabalhadora. Dessa forma, o PT representava grande parte da classe trabalhadora, seja da área urbana ou rural, e tinha como objetivo apoiar os movimentos populares, mas reiterando sempre sua independência enquanto partido. Procurava ainda, defender as lutas autênticas de associações profissionais e sindicais, engajar-se nas lutas dos trabalhadores e na defesa de uma reforma agrária com participação dos trabalhadores. Para Marcelio Bomfim, membro fundador do PT/SE:

Tínhamos que encontrar formas de nos organizar, e vários companheiros discutiam essa possibilidade [criação do PT/SE]. No meu caso, quando tomei conhecimento de que havia um movimento Pró-PT, que ainda não era o partido, eu estava no Rio de Janeiro e procurei Prestes. Ele me disse:

- É preciso construir uma alternativa partidária para os trabalhadores, e o caminho é o Partido dos Trabalhadores (PT). É necessário construir um novo movimento sindical.

Nessa época, já se discutia a sigla CUT. Entendi isso como um sinal verde e me desliguei do PCB aqui em Sergipe. Prestes também já havia se afastado, pois a direção do partido estava buscando alianças com qualquer grupo, incluindo a direita e os conservadores. Houve conflitos internos, e Prestes foi retirado da Secretaria-Geral do partido.

Quando voltei para Sergipe, começamos a discutir a formação do PT: eu, Goisinho, Carlos Alberto e outros companheiros²¹⁹.

A fala de Marcelio Bomfim, oriundo do PCB, demonstra a sua proximidade com Luiz Carlos Prestes, um ex-expoente nacional do “partidão”, e a mobilização inicial para a construção do núcleo sergipano do PT. Com a Operação Cajueiro (1976) houve a desorganização das esquerdas em Sergipe e se completou a dispersão do PCB, os militantes que passaram por esta operação militar procuraram formas de se organizar no novo cenário político. Com o PCB não sendo mais uma alternativa de enfrentamento à ditadura, o PT surge como uma alternativa partidária para os trabalhadores e para aqueles militantes políticos de esquerda. Nesse sentido, esta agremiação política nasceu como um agente social de transformação, não apenas como uma entidade política. Conforme depoimento de Antônio José Gois, membro fundador do PT:

Para compreender o nascimento do PT, é necessário entender a conjuntura daquele momento. Estávamos no final dos anos 70, e toda a esquerda havia sido presa. O último partido desorganizado foi o Partidão, em 1976. Eles

²¹⁹ Entrevista realizada com Marcelio Bomfim, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 10/10/2022, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

queriam dismantelar o que restava para poder falar em abertura política. Houve a aprovação da Lei da Anistia, em 1979, que também beneficiava torturadores, e surgiu, nos anos 70, um novo sindicalismo no Brasil. Foi nesse contexto que comecei a participar do movimento. Em 1972, eu estava no Sindicato dos Bancários. Tínhamos muito contato com o pessoal do Sul, os sindicatos que estavam surgindo e as oposições que ganhavam força naquela época. Em 1976, fui preso durante a Operação Cajueiro, e isso desestabilizou tudo aqui no estado. Nos anos 70, as prisões atingiam tanto militantes quanto pessoas que não eram ativas politicamente, incluindo o pessoal das universidades. Aracaju era uma cidade pequena, onde todos se conheciam, o que tornava ainda mais difícil organizar qualquer resistência. Depois disso, começou a se formar uma nova conjuntura. Reabrimos o Diretório Central dos Estudantes (DCE) nos anos 70 e organizamos vários diretórios que estavam fechados desde 1968. Alguns permaneciam abertos, mas sem efetividade. Não havia uma clareza sobre o papel do movimento estudantil naquela época. Após esse período, houve uma dispersão. Na universidade, não havia fóruns de discussão, e o movimento estudantil começou a se reorganizar lentamente, com o DCE e algumas iniciativas menores. Foi então que, junto com alguns colegas, criamos o Centro de Estudos e Investigações Sociais (CEIS).²²⁰.

O contexto de formação do PT foi assim, marcada por uma conjuntura de repressão política ocorrida com a Operação Cajueiro e uma falsa narrativa de transição democrática, com o interesse do governo federal nos anos 1970-80 de impedir o crescimento de partidos não aliados com o regime e com a nova reorganização partidária das esquerdas. Esses eventos emergiram como peças-chave para a formação do PT e melhor compreensão do quebra-cabeça para o entendimento de sua fundação. Através de reuniões do Centro de Estudos e Investigações Sociais (CEIS), que nele reunia sindicalistas, intelectuais, estudantes da UFS e ex-militantes do PCB, que se encontravam para pensar a formação no núcleo estadual ainda sob o regime autoritário. Essa base de formação plural serviu para incorporar diferentes experiências e perspectivas que foram debatidas no grupo de estudos.

O CEIS foi o lugar ideal para realizarmos as primeiras reuniões e começarmos a discutir, ainda com muitas dúvidas na cabeça de todos, a fundação do núcleo estadual. Percorri boa parte do país, conversando com aqueles que, nesse período, surgiam como lideranças e com as diversas tendências políticas. A maioria dessas pessoas havia participado da luta armada. Além disso, tínhamos a Igreja, com suas comunidades de base, especialmente ligadas à Teologia da Libertação, e uma nova tendência representada pelo movimento sindical. Assim, foi se formando o debate que daria origem ao movimento Pró-PT²²¹.

No decorrer dos primeiros anos da “abertura política”, a política sergipana favorável a contestação se transforma, com a atuação do Centro de Estudos e

²²⁰ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE.

O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

²²¹ *Ibid.*

Investigações Sociais (CEIS), a retomada do movimento estudantil e a reabertura do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que também propõem e participam de atividades de apoio ao novo sindicalismo. Ainda segundo depoimento de Antônio José Gois:

O PT em Sergipe tinha algumas referências no movimento sindical, que ainda era incipiente, mas começava a se fortalecer. Havia representação entre os bancários, petroleiros e no movimento dos professores, que na época ainda era uma associação. Além disso, havia atuação no campo, onde já participávamos antes mesmo da fundação do PT, por meio dos CEIS e das lutas dos trabalhadores rurais vinculados à Igreja²²².

Evidencia-se desse modo, que o PT possuía influências no movimento sindical, mas havia poucas referências concretas dentro do núcleo que forma e funda o partido. Sendo um partido político heterogêneo, constituído por sindicalistas, professores, estudantes, bancários, intelectuais e ex- militantes do PCB. Em nível nacional, a adesão ao movimento sindical do partido se deu com maior ênfase pela participação de Olívio Dutra, João Paulo Vasconcelos e Lula. Esses sindicalistas foram fundamentais para a mobilização e formação do PT em São Paulo.

Em relação à classe operária, a crise nacional do setor têxtil de 1957, afetou diretamente a classe operária em Sergipe, neste período uma das fábricas mais importante era a Fábrica Confiança. Esse momento de crise foi aproveitado pelos capitalistas para promover uma demissão em massa de vários operários²²³. Nesse período, a queda do poder aquisitivo da população - sobretudo dos trabalhadores rurais- não permitia que esta classe conseguisse comprar tecidos grossos. Percebe-se que a desindustrialização no estado de Sergipe e a crise econômica da década de 1950 ocasionaram transformações significativas na classe operária. Desse modo, o desemprego, a migração e a busca por alternativas em setores de serviço na informalidade permearam essa classe.

Tentamos incluir alguns operários, como Jovino Pinto, que era operário e chegou a ser candidato a governador. Já estávamos buscando atrair o pessoal que estava chegando à região, incluindo aqueles vindos da Nitrofertil, que mais tarde se transformou em Vale. Em um momento posterior, conseguimos integrar esse grupo ao PT, mas eles não participaram da fundação; entraram em um momento mais à frente²²⁴.

²²²*Ibid.*

²²³ SANTOS, Wagner Emmanoel Menezes. "O paraíso termina quando o trabalho começa": cotidiano operário e poder disciplinador na Fábrica Têxtil Confiança (Sergipe, 1943-1957). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2014, p. 148.

²²⁴ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

Na década de 1970, em Sergipe, a classe operária era representada pelos petroleiros da Petrobrás. Inicialmente, uma parte significativa deles não aderiram ao Partido dos Trabalhadores (PT). A razão pela não adesão, deve-se a dificuldade de mobilização desses operários, que somente ingressaram no PT- Sergipe posteriormente.

A reorganização do movimento estudantil em Sergipe foi essencial, visto que possibilitou que muitos desses estudantes entrassem para formação do partido, da mesma forma como ocorreu no Rio de Janeiro, que foi formado em sua maioria por líderes estudantis²²⁵. Há de se destacar que o Partido dos Trabalhadores em Sergipe possuía uma organização centrada em ações por discentes da Universidade Federal de Sergipe, ligados ao DCE-UFS, que foi sendo aperfeiçoada pela experiência de vivência e militância nos movimentos estudantis. Conforme Clímaco César, presidente do DCE na época:

Para entender o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), é necessário compreender os eventos que ocorreram alguns anos antes, como a Operação Cajueiro, em 1976. Nesse mesmo ano, a oposição que existia foi completamente desarticulada por meio dessa operação. É justamente nesse contexto que se inicia a fase em que ingressamos na universidade. Meu grupo era formado por Milson Leite, Chico Buchinho e Marcelo Déda, sendo que Déda entrou um pouco depois, pois, naquela época, ele fazia parte do movimento secundarista. Foi nesse período que começamos a reestruturar o movimento estudantil. Esse é um ponto fundamental para compreender o surgimento do PT, pois a desarticulação do “partidão” naquele momento impactou profundamente o cenário político. Tenho respeito e solidariedade pela dor que o “partidão” enfrentou durante a Operação Cajueiro²²⁶.

Considera-se que a desarticulação do PCB, ocasionado pela Operação Cajueiro, possibilitou uma significativa perda para a luta das esquerdas sergipanas. Segundo Clímaco César (2023), essa desarticulação possibilitou que outras lideranças de esquerda tivessem uma maior mobilização, ocupando o vácuo deixado pelo PCB²²⁷. A partir da operação e da subsequente reestruturação do Movimento Estudantil (ME) dentro da universidade feita por ele e seu grupo, alguns dos militantes comunistas e estudantes acrescentaram à sua força oposicionista contra a ditadura a luta pela construção do PT. Apesar da reestruturação do ME, alguns problemas continuavam, como o medo de participação e mobilização, de obtenção de espaços físicos para os eventos e de recursos, pois este movimento ainda detinha vestígios da intervenção e de outras práticas

²²⁵ SECCO, Lincoln, *Op. Cit.*, p. 44.

²²⁶ Entrevista realizada com Clímaco César Siqueira Dias, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, via Google Meet, 13/02/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

²²⁷ *Ibid.*

autoritárias sofridas desde as prisões de 1968, no Congresso estudantil de Ibiúna- SP²²⁸. Não obstante, a crescente oposição contra o regime, contando com a presença de novos protagonistas após a Operação Cajueiro, persistia. Divergências existiram dentro do ME acerca do ingresso ou não dos estudantes nas discussões voltadas à participação em um partido político, mas independente disso, havia um desejo maior de apoio a um partido com raízes voltadas para os trabalhadores.

Queríamos um partido que fosse genuinamente dos trabalhadores. Houve uma divergência sobre se seria um partido radical ou mais moderado. [...] Sempre foi plantada em nossa mente a ideia de que o partido é como uma planta: uma semente que gera outras, vai crescendo e fazendo com que a estrela de cinco pontas se torne o nosso grande jardim. Na região do ABC, havia uma configuração muito forte do trabalhador brasileiro, e, a partir dessa visão, o movimento se diversificou por todo o país. Nós praticamente tivemos os estudantes da Universidade Federal de Sergipe, o DCE, um agrupamento de estudantes secundaristas, professores e intelectuais. Contamos também com o pessoal do PCB, já que o “partidão” estava na clandestinidade. Assim, trouxemos todo esse pessoal, como Goisinho, Marcelio, entre outros. A partir disso, fizemos a junção e decidimos criar o partido. Diziam até que o partido cabia dentro de um fusca²²⁹.

Da mesma forma que o ME possuiu uma significativa participação na fundação do núcleo estadual, outro movimento importante foi o “novo sindicalismo”. Em relação à área sindical, nota-se que os trabalhadores estavam divididos entre a adesão ao PT ou ao PMDB. Entretanto, o PT tinha a preferência entre a maioria dos simpatizantes, na região do Baixo São Francisco. A presença sindical na formação do PT, núcleo sergipano, acompanhou a tendência do partido no plano nacional, com sindicalistas aderindo cada vez mais e participando de comissões. Alguns desses sindicalistas eram bastantes atuantes, verdadeiras lideranças em seus sindicatos e alguns integraram as comissões do partido. A atuação desses sindicalistas na fundação dos primeiros núcleos do PT sergipano, caracterizou-se como um ponto importante.

²²⁸ O XXX Congresso Nacional da UNE ocorreu em 12 de outubro de 1968, na cidade de Ibiúna, interior de São Paulo. Esse evento contou com a participação de mais de 700 estudantes e tinha como objetivo eleger o presidente da UNE. A grande movimentação dos estudantes por todo país chamou atenção do DEOPS, que na manhã do dia 12 prendeu 719 estudantes, que posteriormente foram indiciados em inquéritos baseados na LSN (Mota, 2015, p. 19-20). Ver mais: MOTA, Maurício Quadros da. A UNE volta à cena: a reorganização do movimento estudantil baiano e o processo de reconstrução da UNE (1969-1979). 2016.

²²⁹ Entrevista realizada com Milton Alves, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 04/05/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT)²³⁰ atuou fortemente na mobilização e organização dos trabalhadores a favor do partido, principalmente nos momentos eleitorais²³¹. No entanto, o PT e a CUT não chegaram a estabelecer um programa de construção para o socialismo, pelo contrário, ao decorrer da década de 1980 procuraram lutar pela defesa do estado de bem-estar social²³². Vale ressaltar que havia certas divergências entre a parte sindicalista e as demais alas de formação do PT. Mas, apesar das divergências existentes e da heterogeneidade com que foi formado, tornou-se um partido diferente dos outros. É importante destacar ainda que a CUT, criada em 1983, não teve apoio do PCB e do PCdoB, eles defendiam a criação da CONCLAT. De acordo com o programa do PT,

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas em época de eleições. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o partido dos trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base²³³.

O grupo inicial, formado pelos CEIS, tentava estabelecer um diálogo com a direção do DCE. Desse modo, as discussões a respeito do PT se deram em dois âmbitos principais: 1- a partir das reuniões promovidas pelo CEIS. 2 – e no movimento estudantil a partir da necessidade de inserção nas lutas sociais contra a ditadura²³⁴.

A composição era formada por estudantes, pessoal de sindicato, classe média e trabalhadores do campo. O campo já tinha uma base formada pela Igreja, mas nem todos aderiram. A primeira base foi em Glória e Poço Redondo, e depois começamos a ter muitas divergências com a Igreja. Houve o afastamento de muitos, que viam o papel da Igreja como um tanto complicado, mas não foi a Igreja como um todo. Algumas pessoas continuaram participando até o final²³⁵.

²³⁰ A CUT foi criada no estado de Sergipe em 1983 e teve como primeiro presidente Manuel Dionísio da Cruz. Veja mais em: JESUS, Givaldo Santos de. Terra e trabalho: uma abordagem da memória do espaço e da história rural do sertão sergipano (1960-2018). 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15516>. Acesso em: 03/01/2024.

²³¹ RODRIGUES, Iram Jácome, *Op. Cit.*

²³² BOITO JR, Armando, *Op. Cit.*, p. 18.

²³³ Programa do Partido dos Trabalhadores (PT), *Op. Cit.*, p. 1.

²³⁴ MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes, *Op. Cit.*, p. 46-48.

²³⁵ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

Desse modo, o movimento estudantil universitário, formado pela tendência “atuação”, socialista, composta por Zé Luís, Milson Barreto, Clímaco César, Chico Buchinho, Joel Santos, Zé Amaral, Rui Belém, Antônio Amaral, entre outros, estudantes secundaristas, sindicalistas, professores, profissionais liberais e os membros do CEIS, todos eles formaram o movimento pró-PT. Dentro desse movimento, segundo Milson Leite, existiram duas pessoas chaves: Marcelio Bomfim e Antônio José Gois, principais articuladores do partido²³⁶. Após o surgimento, as reuniões do movimento pró-PT passaram a ocorrer com mais frequência, visando discutir as estratégias para atrair, principalmente, a classe trabalhadora²³⁷.

Assim, diversas manifestações foram realizadas, como a do grupo de teatro livre “Imbuça”, em 28 de fevereiro de 1980, realizada no bairro América/Aracaju. Na ocasião, alguns membros do comitê Pró-PT distribuíram à população o manifesto do partido. No mês seguinte, o comitê realizou uma reunião aberta à população, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), o objetivo era apresentar ao público a existência, ainda embrionária, do Partido dos Trabalhadores no estado, bem como, esclarecer o perfil do partido e suas finalidades²³⁸. Para além dessas manifestações, o movimento Pró-PT, viabilizando formar núcleos de base na capital, foi a atos públicos nos bairros Siqueira Campos, América e São Conrado. Observe a imagem de integrantes do partido promovendo uma de suas manifestações.

²³⁶ Entrevista realizada com Milson Barreto, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, videoconferencia, 23/10/2023, Aracaju/SE.

²³⁷ MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes, *Op. Cit.*, p. 48-49.

²³⁸ *Ibid*, p. 50.

Figura 17: Manifestação em Ato Público, à frente da imagem Marcelo Bomfim.



Fonte: Menezes, 2000.

A busca dos integrantes do movimento Pró-PT para a criação de núcleos nos bairros periféricos teve maior efeito nos bairros São Conrado e América. Nestes bairros formaram-se os primeiros núcleos do partido na capital, mas ambos não tiveram vida longa. Em contrapartida, no Siqueira Campos, o movimento teve maior apoio da classe média, bairro esse onde formou outro núcleo do partido que teve maior ênfase²³⁹. Posteriormente, foi criado o núcleo de base no bairro Santo Antônio, onde passaram também a ser desenvolvidas reuniões de base do partido²⁴⁰.

O encontro estadual pró-partido reuniu 5 grupos de militantes, 2 do interior e 3 da capital, convidaram sindicatos rurais do estado de Sergipe e também alguns do Nordeste. Esse encontro teve como objetivo a discussão da atuação do partido no Estado e a eleição para selecionar os membros da comissão provisória do PT²⁴¹.

Antes, tínhamos as pré-convenções, nas quais participavam todos os filiados do município. Nessas reuniões, discutiam-se todas as propostas e elegiam-se o diretório municipal e os delegados para a convenção estadual. As comissões provisórias, determinadas por lei, forneciam os documentos para homologar o que havia sido decidido nas pré-convenções, tanto em nível municipal quanto estadual. Na pré-convenção estadual, os delegados eram eleitos entre todos os filiados da base, organizados em duplas. A partir disso, a comissão estadual, da qual eu participei, homologava as decisões. Você podia contestar durante a pré-convenção; todos tinham a sua opinião, mas o que fosse discutido na pré-

²³⁹ *Ibid*, p. 51.

²⁴⁰ Entrevista realizada com Tereza Cristina Cerqueira da Graça, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 13/02/2023, Atalaia, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

²⁴¹ Gazeta de Sergipe, Aracaju-SE, 20 de julho de 1980, p.1.

convenção precisava ser homologado na convenção. Isso era a base da democratização do partido²⁴².

A pré-convenção do partido foi realizada na sede do Cotinguiba Esporte Clube, localizado na avenida Augusto Maynard- bairro São José, na ocasião contou com a participação dos filiados dos municípios. Essas convenções eram importantes para reafirmar o caráter e natureza representativa do partido. Nesse momento, foram discutidas as propostas do partido e montada a comissão provisória, assim como feita a escolha dos delegados estaduais. A Comissão Executiva provisória foi montada por estudantes, professores, bancários, trabalhadores rurais e ex-militantes do PCB.

QUADRO IX

COMISSÃO PROVISÓRIA DO PT-SE DE 1980

MEMBRO	PROFISSÃO	CARGO
Antônio José de Gois	Bancário	Secretário
Clímaco César Siqueira Dias	Estudante	-
José da Silva Farias	-	-
José Costa de Almeida	Professor	1º Secretário
José Morais Filho	Professor	-
José dos Santos	Trabalhador Rural	-
Marcelio Bomfim Rocha	Funcionário Público	Presidente
Mary Pascoalim	Professora	Tesoureira
Milson Leite Barreto Filho	Estudante	Vice-presidente
Luciano Correa dos Santos	Estudante	-

Fonte: Gazeta de Sergipe, 20 de julho de 1980.

A diretoria da comissão regional provisória do partido dos trabalhadores só foi decidida na reunião de 7 de maio de 1981. Neste encontro, no edifício do Cine Palace, na

²⁴² Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Atalaia, Aracaju/SE SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

sala 13, que fica localizado na rua João Pessoa – centro, o objetivo principal foi eleger os cargos de presidente, vice-presidente, secretário, 1º secretário e tesoureiro.

A chapa única, anteriormente elaborada, foi eleita por unanimidade de votos dos presentes, assim constituída: Presidente Marcelo Bomfim Rocha, Vice-presidente Milson Leite Barreto Filho, Secretário Antônio José de Gois, 1º secretário José Costa Almeida e tesoureiro Mary Pascoalim²⁴³.

As atividades do PT foram divididas em comissões, denominadas: imprensa e divulgação, educação de base nos bairros, cultura e comissões do interior. A atuação passou a ser desenvolvida tanto na capital, como no interior, que envolvia cidades como Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha, Itabi e Poço Redondo. Apesar de haver uma resistência maior por parte da população interiorana em se organizar em torno de um partido, a discussão e o diálogo apresentaram evolução significativa. De acordo com Antônio Gois:

Tivemos contato com o pessoal do interior e começamos a discutir o PT nas regiões de Glória, Itabi, Porto da Folha, Poço Redondo, entre outras. Aqui está a importância do PT: primeiro veio o movimento, depois a formação dos núcleos do partido. Você tem o local de moradia, o local de trabalho, e assim por diante. Eu já tinha muita experiência em organização; havia o movimento sindical, o movimento de oposição sindical, e isso aglutinou muita gente²⁴⁴.

Inicialmente, o movimento pró-PT levou as ideias e os debates políticos defendidos pelo partido às comunidades periféricas ou de classe média, da capital e do interior, em busca de apoio político. Mas, o partido passou a ter um maior engajamento após o apoio da igreja católica e dos grupos sindicais. No entanto, foi com o seu primeiro núcleo formado no sertão, que o partido passou a ter uma maior representação no estado. Essas primeiras iniciativas possibilitaram a construção de organizações e estruturas mais sólidas, que garantiram o envolvimento e a formalização de um grupo político mais consistente e participativo.

²⁴³ Ata de Reunião, 7 de maio de 1981. In: MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes. Origem e Formação do Partido dos Trabalhadores no Estado de Sergipe (1980 - 1982) 2000. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano.

²⁴⁴ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

3.3 Participação da Igreja e dos trabalhadores rurais

A composição do PT foi marcada pela diversidade regional e social²⁴⁵. A partir dos anos de 1970 e 1980 houve, em maior proporção, uma aproximação entre alguns movimentos sociais e a Igreja Católica. Apesar do apoio da igreja ao golpe civil-militar de 1964, uma parcela da mesma se contrapôs às arbitrariedades praticadas pelo regime, posteriormente²⁴⁶. Desses movimentos ou entidades que a igreja passou a ter mais ligação foram com os sindicatos urbanos e rurais e movimentos cristãos de base. O principal objetivo dessa articulação entre os membros da igreja e os trabalhadores era unir a luta pela transformação política e pela justiça social com a fé cristã. A igreja do baixo São Francisco teve um papel fundamental, mesmo que de forma indireta, abrindo espaço para o diálogo entre os dirigentes do Partido dos Trabalhadores e a população. Para A. Gois:

O bispo ficava em cima do muro, não se metia na briga política, mas deixava você agir. Eu visitei a maioria dos povoados de Poço Redondo e Porto da Folha, que são municípios enormes. Em Poço Redondo, já havíamos conquistado a oposição, que era representada por Frei Enoque. Em Porto da Folha, havia uma resistência liderada por Manuel Dionísio, que era o presidente do sindicato e muito “igrejeiro”. Mesmo com essa resistência, nós discutíamos com os trabalhadores. Depois, eles escreviam para o bispo, que respondia. Eles mostravam a resposta para a gente, e, no fundo, o bispo dizia que, se a proposta fosse para organizar os trabalhadores, era válida²⁴⁷.

O Bispo Dom José Brandão de Castro adotava uma postura discreta em relação às disputas políticas, na cidade de Porto da Folha, a oposição já havia sido conquistada independente da igreja, enquanto em Poço Redondo havia uma resistência liderada por Manuel Dionísio, que era presidente do sindicato. No entanto, mesmo com essa resistência de uma liderança dos trabalhadores rurais, o PT continuou a discutir assuntos políticos com os trabalhadores. Em Propriá, conquistaram o apoio da Igreja através de sua diocese, liderada pelo Bispo D. José Brandão de Castro, sua atuação se desenvolveu

²⁴⁵ SECCO, Lincoln, *Op. Cit.*, p. 43.

²⁴⁶ A princípio, a participação da Igreja Católica durante a ditadura leva em consideração a aproximação do clero com os movimentos de massas. Entende-se também, que a partir das ações repressivas e autoritárias do regime contra as classes dominadas houve uma maior ação do clero progressista de apoio à luta dos trabalhadores. Nesta perspectiva, o autoritarismo, a censura, e a exploração dos trabalhadores foram fatores que contribuíram para que a parcela da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se tornasse opositora do regime. Ver mais em: GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem. Editora Record, 2014.

²⁴⁷ O entrevistado forneceu carta de cessão. Os nomes citados por A. Gois foram Frei Enoque Salvador de Melo e Manuel Dionísio da Cruz, ambos representantes do sindicato de Poço Redondo. Entrevista com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. Grifo do autor.

para além da sacristia e do altar, junto a defesa da reforma agrária, dos trabalhadores e por aqueles menos favorecidos da região²⁴⁸. Suas atividades de luta ocorreram, principalmente, no Baixo São Francisco, no entanto, a importância de seu compromisso social fez com que sua atuação marcasse todo estado de Sergipe. Esta instituição representava uma importante fonte de apoio religioso e político para o Partido dos Trabalhadores, colaborando com o trabalho de base. Dessa forma, evidencia-se que ocorreu uma participação ativa da igreja do baixo São Francisco, principalmente de alguns padres, frades e missionários que contribuíram na organização do PT.

A mesma simpatia não foi encontrada na diocese de Poço Redondo, liderada por Frei Enoque, pois a medida em que os militantes do partido tentavam promover um diálogo com a comunidade eram barrados pelo Bispo²⁴⁹. Para Milton Alves, mais especificamente, com o Bispo Dom José Brandão de Castro e com todo aquele conjunto religioso da diocese de Propriá, o PT apresentava-se como um partido de representação religiosa e política no sertão, contando com o apoio da igreja²⁵⁰. Conforme depoimento de Clímaco César, “o apoio da Igreja de Propriá foi importantíssimo, porque o movimento dos trabalhadores que era mais forte, que eu lembro, eram os movimentos vinculados à igreja da diocese de Propriá”²⁵¹.

A igreja de Propriá conseguiu promover uma intensa mobilização dos trabalhadores rurais em torno do partido. Essa mobilização ocorreu devido ao contexto de “distensão política”, propiciado por uma liberdade relativa. De acordo com o historiador Fernando Sá (2006), a luta pela terra se intensificou com o início da luta dos pequenos proprietários do Betume, em Propriá, em contrariedade com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e pelos índios Xocó da Ilha de São Pedro, localizada em Porto da Folha, que travaram um conflito contra a família dos Brito²⁵². Esses movimentos contaram com a participação de trabalhadores rurais e de membros da Igreja católica. Os dois conflitos tiveram apoio do Bispo da Diocese de Propriá, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

²⁴⁸ SILVA, Rosana Oliveira, *Op. Cit.*, p. 82.

²⁴⁹ MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes, *Op. Cit.*, p. 44.

²⁵⁰ Entrevista realizada com Milton Alves, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 04/05/ 2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

²⁵¹ Entrevista com Clímaco César, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, via Google Meet, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

²⁵² A família Brito, conhecida como um dos principais colonos da região de Porto da Folha, estabeleceu-se como fazendeiros, criadores de gado e desenvolveu atividades econômicas da região. Ver mais: DANTAS, Beatriz Góis. Xokó: Grupo indígena de Sergipe. SEED/NEI. Aracaju, 1997.

Diante destes conflitos o Baixo São Francisco passou a ser o foco das principais questões em torno da terra e das lutas dos trabalhadores rurais. Esses conflitos foram ocasionados pelas condições de extrema pobreza e exploração dos povos dessa região. A Diocese de Propriá teve um papel fundamental na luta contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais, que passaram a atuar através do Movimento de Educação de Base (MEB), em parceria com a CPT e a cooperação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR's). O MEB, sob a direção do arcebispo Dom José de Távora, surgiu no estado através do Sistema Católico Educativo de Sergipe, no final da década de 1950, com objetivo de combater o analfabetismo na zona rural. Inicialmente, visou uma educação de base, com ênfase aos conteúdos escolares, a partir de 1963, passou a priorizar a conscientização dos camponeses, por meio de cursos de formação sindical. No entanto, apesar do MEB assumir o processo hegemônico de organização dos trabalhadores rurais em 1960, com um modelo sindical assistencialista, em meados de 1970 a igreja católica, especialmente, a partir da influência da Teologia da Libertação, tornou-se mais combativo a reorganização dos sindicatos rurais²⁵³. A CPT e o MEB atuavam nos municípios de Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo, que passaram a lutar contra as desigualdades sociais e as condições de exploração nessa região de Sergipe²⁵⁴.

Na trajetória desses atores sociais, suas experiências na igreja (CPT e MEB) vão ganhando dimensões mais políticas quanto ao processo de organização dos trabalhadores rurais. O silêncio, no período de linha dura, da igreja católica foi quebrado no caso de Betume (Neópolis), dos índios Xocó (Porto da Folha), dos posseiros de Santana dos Frades (Pacatuba), descolando-se, num segundo momento os depoentes Michel, Raimundo, João Santana, Madalena, Enoque, Dionísio para formação do PT, do Pólo Sindical, da CUT, de STRs, sempre em movimentos de acomodação e ruptura²⁵⁵.

Foi com a chegada do Bispo D. José Brandão de Castro na região que se deu início a uma intensa campanha de sindicalização rural através da utilização da Rádio Cultura e do jornal A Cruzada, esses dois meios de comunicação foram fundamentais nesse processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Além de inibir o avanço das ideias

²⁵³ SOBRAL, Maria Neide. História oral da vida camponesa: assentamento de reforma agrária em Sergipe (da prática social à prática de alfabetização). Editora UFS. 2006. p. 57-58.

²⁵⁴ SÁ, Antônio Fernando Araújo. História Oral da luta dos trabalhadores rurais sem-terra em Sergipe (1985-1996). Combates entre história e memórias. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. p. 3.

²⁵⁵ Para uma melhor compreensão dos nomes citados por Maria Neide Sobral: Michel Dessy (Fundador CPT), Raimundo Eliete Cavalcante (Fundador CPT), Manuel Dionísio da Cruz (Fundador CPT), João Rodrigues de Santana (Diretor STR de Nossa Senhora da Glória), Maria Madalena de Santana (Participou da formação do polo sindical), Frei Enoque Salvador de Melo (Padre da Paróquia de Porto da Folha) e Manuel Dionísio da Cruz (Fundador do polo sindical). SOBRAL, Maria Neide. *Op. Cit.*, p. 90.

comunistas nessa região, essa campanha resultou em um programa de alfabetização através de escolas radiofônicas²⁵⁶. Como fruto das primeiras iniciativas da Diocese surgiram os primeiros sindicatos rurais, registrados pela Delegacia Estadual do Ministério do Trabalho. Após o registro oficial desses sindicatos eles foram instalados em diversas localidades como: Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Itaporanga, Simão Dias, Aquidabã e Japarutuba. Esse trabalho de base foi crucial para constituir esses primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais, na defesa de seus direitos²⁵⁷.

Foram colocados diversos desafios para tentar organizar os trabalhadores rurais em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), em Sergipe. Em contrapartida, o apoio e o suporte dos trabalhadores rurais serviram para fortalecer o partido nos diretórios de Poço Redondo e Propriá, que passou a ter maior influência nessas regiões e uma boa representação para o partido no estado²⁵⁸. Para Antônio Samarone²⁵⁹ (2023), havia na formação do PT uma numerosa quantidade de trabalhadores rurais, e essa mediação entre esses trabalhadores havia sido feita pela igreja católica, que teve um papel importante na origem e formação do PT, assim como no engajamento da luta pelos direitos dos trabalhadores²⁶⁰.

É importante ressaltar que quando ocorreu a fundação do partido no estado, os seus organizadores, em sua maioria da capital, não contaram com uma forte participação dos trabalhadores rurais. Segundo José Valdomiro Menezes (2000), “neste primeiro momento, o partido surge, realmente, no seio da classe média. Tinham apenas alguns trabalhadores rurais que estavam começando a discutir, mas só posteriormente é que eles participaram de fato do movimento”²⁶¹. Pelo contrário, havia várias divergências dentro do próprio grupo dos trabalhadores rurais em se organizar em torno de um partido. O apoio desses trabalhadores só ocorre posteriormente ao primeiro ano de sua fundação.

²⁵⁶ O objetivo dessa escola radiofônica era trazer palestras e cursos para os trabalhadores rurais visando capacitá-los a respeito da questão agrária e sobre a questão do sindicalismo. SÁ, Antônio Fernando Araújo, *Op. Cit.*, p. 5.

²⁵⁷ Ver mais em: CRUZ, Marta Vieira. Igreja Católica e Sindicato no Campo: conservadorismo ou transformação? São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992 (Tese de Doutorado em Educação); BARROS, Francisca A. G. - Alfabetização de Jovens e Adultos: A Experiência das Escolas Radiofônicas em Sergipe (1959-1964). In: Educar-Se. Aracaju, ano 1, n. 1, setembro de 1996.

²⁵⁸ SÁ, Antônio Fernando Araújo, *Op. Cit.*, p. 11.

²⁵⁹ Antônio Samarone participou da fundação do PT nacional, assim como também das primeiras reuniões de fundação do PT/SE. Entrevista realizada pela Prof^a. Dra. Célia Costa Cardoso com Dr. Antônio Samarone, 07/10/2022, Edifício Benjamin Carvalho, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

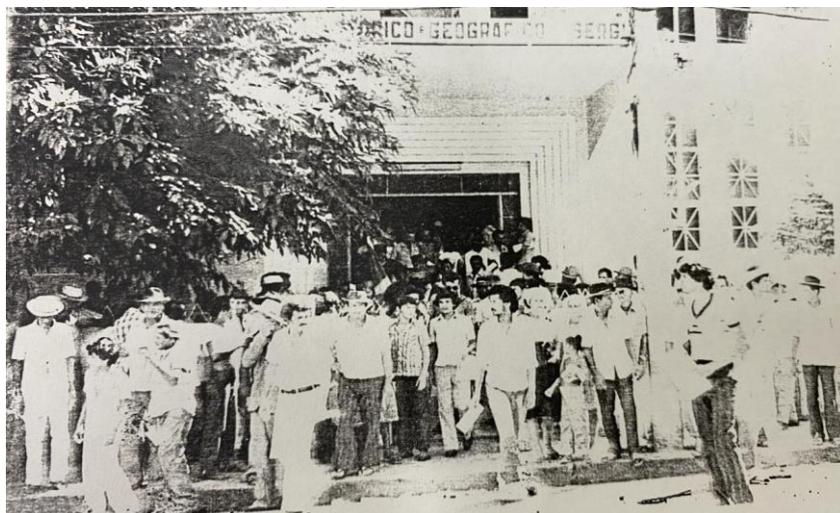
²⁶⁰ Ver: NOBRE, Gismário Ferreira. Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na relação com o Estado e a sociedade: entre a autonomia e a institucionalização do caso de Sergipe. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, 2008.

²⁶¹ MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes, *Op. Cit.*, p. 49.

Inicialmente o partido passou a desenvolver e apoiar uma série de manifestações, tanto na própria capital, como no interior.

Um dos principais apoios foi ao ato do Primeiro de Maio, segundo Gois, “nós fizemos o grande primeiro de maio, de encher aquele Instituto Histórico, de lotar com trabalhadores do campo e da cidade”²⁶². O tradicional evento praticamente não recebia participação da sociedade. A partir da iniciativa do partido, a manifestação atraiu massiva participação, chegando a lotar o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe²⁶³. Observe as imagens de manifestação dos trabalhadores rurais junto ao PT.

Figura 18: Manifestação dos trabalhadores rurais junto aos petistas.



Fonte: Menezes, s/d.

Durante o período de organização desses trabalhadores, ainda quando as reuniões eram realizadas embaixo de um pé de umbuzeiro, já existia a participação nessas reuniões de integrantes que representavam o partido no estado. No entanto, é preciso enfatizar que houve uma forte resistência de organizar os trabalhadores rurais em torno de um partido político. Havia uma resistência à proposta imposta pelos membros do PT, especialmente pelo fato de se constituírem em sua grande maioria de classe média. À medida em que os sindicatos iam se instalando nessas regiões os trabalhadores passaram a ver o PT como uma alternativa política para os trabalhadores.

²⁶² Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

²⁶³ MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes, *Op. Cit.*, p. 50.

Os sindicatos estavam em sintonia com os ideais do “novo sindicalismo”, ou seja, estavam alinhados com as tendências do movimento de forma mais ampla. Nesse cenário, os integrantes do sindicalismo acompanhavam o contexto do sindicalismo nacional, que viam através dos sindicatos uma forma de instrumento capaz de transformar a luta dos trabalhadores rurais²⁶⁴. Apesar disso, a luta dos sindicatos só conseguiu uma maior ascensão com a criação da CUT. Os sindicatos no estado em sua grande maioria tinham pouca atuação, seja o sindicato dos professores, bancários ou petroleiros, todos ganharam um fortalecimento maior após a criação da CUT²⁶⁵. O apoio da CUT foi de suma importância em todo esse processo de construção e fortalecimento, principalmente, pelo engajamento na luta pela terra dos trabalhadores rurais do sertão sergipano.

Desse modo, o PT iniciou seu trabalho de filiação partidária que tinha como objetivo o fortalecimento de suas bases para a sustentação do partido. Inicialmente, foi desenvolvida entre amigos e pessoas simpatizantes do programa, posteriormente, foi ampliado por todo estado. O intuito era atingir diversos setores da classe trabalhadora, mas vale ressaltar que no interior os resultados são mais positivos, visto que essa população de trabalhadores estava cansada da política tradicional, de serem lembrados apenas em momentos eleitorais²⁶⁶. O que segundo Antônio Gois (2023), diferentemente dos outros partidos, inicialmente o objetivo do PT não era a filiação máxima de pessoas que conseguisse, mas um número suficiente que atendesse às exigências da lei e o partido conseguisse seu registro.

3.4 Representações midiáticas do PT/SE nos jornais Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade

As mídias foram meios de comunicação importantes no contexto da ditadura civil-militar, apesar do enfrentamento da censura nas décadas de 1960-70. Conforme Carlos Fico (2007), “nunca foi difícil censurar no Brasil”, mesmo antes de 1964, a censura esteve presente e de formas diferenciadas, persistindo até hoje. Nos primeiros quatro anos (1964-

²⁶⁴ SÁ, Antônio Fernando Araújo, *Op. Cit.*, p. 7.

²⁶⁵ JESUS, Givaldo Santos de. Terra e trabalho: uma abordagem da memória do espaço e da história rural do sertão sergipano (1960-2018). Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021. p. 185.

²⁶⁶ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 04 de janeiro de 1981, p.2.

1968) a censura à imprensa ocorreu com menor intensidade, o que para Fico (2002), essa primeira fase “não demandava tanto esses serviços, haja vista a impressão geral de que a intervenção poderia ser breve”. No período pós AI-5, a censura intensificou e atingiu também a grande imprensa, fazendo com que as atividades políticas nos jornais tivessem uma baixa produtividade em torno das questões políticas²⁶⁷. No entanto, foi um período em que a imprensa evoluiu durante esse processo e se ampliou a partir da posse de Ernesto Geisel, em 1974, através da ascensão da televisão, expansão de revistas e pela concentração e modernização dos jornais diários²⁶⁸. Segundo Célia Costa Cardoso (2017), “Ernesto Geisel e João Figueiredo consolidaram estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado ditatorial a longo prazo”²⁶⁹, o que possibilitou aos jornais se adaptarem às temáticas abordadas e políticas adotadas.

Durante o processo de “abertura política” em Sergipe, os jornais *Gazeta de Sergipe*²⁷⁰ e o *Jornal da Cidade*²⁷¹, deram conta de divulgar inúmeras matérias e manchetes sobre essa nova agremiação política que surgia no estado²⁷². Segundo Antônio Gois,

Dentro do meio jornalístico quem militava na fundação do PT, tínhamos Eugênio Nascimento, que até hoje é diretor de jornal. Tinha também Gilvan; eles militavam e já participavam das reuniões, sendo jornalistas. Outro jornalista importante foi Milton Alves. Assim, tínhamos uma penetração forte

²⁶⁷ FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. Topoi (Rio de Janeiro), v. 3, p. 251-286, 2002. p. 253.

²⁶⁸ AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v. 12, p. 88-113, 2006. p. 103-104.

²⁶⁹ CARDOSO, Celia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p. 22.

²⁷⁰ *Gazeta de Sergipe*, foi fundada pelo jornalista Orlando Vieira Dantas e circulou de 1956 a 2003, sendo considerada uma das mais importantes fontes jornalísticas durante a ditadura. Orlando Dantas, teve grande influência sobre a sociedade sergipana, especialmente, em virtude de sua carreira como usineiro, jornalista, intelectual, Deputado Federal e Estadual. Apesar de defender o socialismo, compreendido de maneira diferente da visão marxista, e apoiar as reformas de base de João Goulart, em 1969 passou a apoiar a ARENA. Sua redação estava localizada no bairro do centro, Avenida Rio Branco, nº 310. No jornal eram abordadas temáticas como: dívida externa, inflação, denúncias de corrupção (essas denúncias se restringiam ao governo local e era uma forma de continuar com a circulação do jornal), assistência pública, roubos, crimes, reclamações da população a respeito de pavimentação, saneamento, infestações de insetos, anúncios profissionais, publicações de atos administrativos, dentre outros. No entanto, por um período pós AI-5 funcionou submetido à censura direta. Ver mais: BARRETO, Mayra Ferreira. *Abordagem de temáticas da ditadura civil-militar no Jornal “Gazeta de Sergipe” (1968–1978)*. 2020.

²⁷¹ O *Jornal da Cidade* foi fundado pelo jornalista Ivan Valença e o empresário Nazário Pimentel em dezembro de 1970, inicialmente era semanal, com apenas um exemplar por semana. Em 1976 foi vendido ao empresário e ex-governador Augusto Franco. Augusto Franco durante a ditadura apoiou a ARENA e no ano de 1980, mudou para o PDS. Ver mais em: DIAS, Deise Ribeiro. *A mídia impressa sergipana nas eleições para governador em 2006: cobertura do Cinform, Correio de Sergipe e Jornal da Cidade*. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13608/1/M%c3%addiaImpressaSergipana_Dias_2010.pdf. Acesso em: 02/02/2024.

²⁷² MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes, *Op. Cit.*, p. 50.

nesse meio, incluindo os profissionais da TV Sergipe, que nos ajudavam, já que na época não tínhamos quem fizesse esse trabalho. Eles gravavam e tudo mais. [...] Eu dei muitas entrevistas à Gazeta de Sergipe. Não posso reclamar da imprensa, pois tivemos muito apoio. Lógico que eles atrapalhavam quando tinham seus próprios interesses, mas tivemos uma boa penetração no jornalismo, e isso também a nível nacional. O PT estava dentro das redações, como na Folha de São Paulo, e até dizíamos que a Folha era nossa²⁷³.

A presença de jornalistas militantes e simpatizantes do PT contribuiu de forma significativa para a divulgação das ações e atividades do partido nos meios de comunicação. Percebe-se que a cooperação da Gazeta de Sergipe possibilitou uma penetração maior de interessados no partido no campo jornalístico. Apesar disso, era comum existirem divergências entre os interesses do partido e da imprensa. No entanto, a presença de conflitos entre a imprensa e o PT é uma característica comum diante das relações que envolvem mídia e política. O fato é que, a Gazeta de Sergipe, promoveu a divulgação das ações do partido, garantindo uma maior inserção de simpatizantes ou militantes no campo jornalístico sergipano, apesar de atender aos seus interesses. O jornalista Milton Alves, em depoimento relatou:

Sou jornalista e sei o que é sofrer. Muitas matérias que escrevi sobre a fundação do PT, a formação do Partido dos Trabalhadores e denúncias relacionadas ao sindicato foram vetadas nas redações. O único jornal em que trabalhei e que me deu sustentação em Sergipe foi a Gazeta de Sergipe, graças a Orlando Vieira Dantas, um usineiro que tinha uma postura liberal²⁷⁴.

Em seu depoimento Milton Alves relatou ainda, que a censura nos anos finais da ditadura era muito dura e a Gazeta de Sergipe, foi o único jornal que conseguiu publicar sobre a formação do PT. A independência do material publicado foi atribuída a postura liberal do proprietário Orlando Dantas, mas mesmo assim publicar sobre temas sensíveis como fundação de um partido de esquerda e assuntos ligados ao sindicalismo era uma exceção dentro da imprensa sergipana²⁷⁵. Figuras como Gilvan Manuel, Adiberto Souza, Milton Alves e Eugênio Nascimento possibilitaram a circulação das ações do PT na imprensa e garantiram, em parte, uma imagem positiva do partido junto à sociedade. Apesar dos depoimentos apontarem, sobretudo o jornal Gazeta de Sergipe, como

²⁷³ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Para melhor compreensão: Eugênio Nascimento (Gazeta de Sergipe e Jornal da Cidade), Gilvan Manuel e Milton Alves (Gazeta de Sergipe).

²⁷⁴ Entrevista realizada com Milton Alves, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 04/05/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

²⁷⁵ Entrevista realizada com Milton Alves, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 04/05/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

progressista, o mesmo aliou-se à ditadura, no momento de sua consolidação²⁷⁶. Durante este regime político o jornal adotou uma postura conservadora, alinhando seus periódicos aos interesses do governo. Nesse cenário, incluía a censura e repressão política aos movimentos e as ideias que eram consideradas subversivas ou prejudiciais ao regime.

O jornal Gazeta de Sergipe destacava em seus editoriais naquele momento, de que o PT “não frutificará”, enquanto o Jornal da Cidade, informava que “O PT não passou de um sonho”²⁷⁷. Segundo o jornalista Adiberto de Souza, os jornais, na sua grande maioria, procuravam atender seus próprios interesses aliados às classes tradicionais da política, mas mesmo assim, foram veículos importante para a divulgação e popularização do partido²⁷⁸. A tentativa de desqualificação do PT- Sergipe nas manchetes dos jornais, diverge das versões dos fundadores, e contribui, de forma inversa, para reforçar a identidade do partido enquanto uma alternativa política das classes subalternas e uma frente política às elites dominantes. Essa tensão discursiva, reforça ainda, as dificuldades enfrentadas pelos petistas, na tentativa de romper com hegemonias local e nacional.

Apesar da baixa aceitação de um partido dos trabalhadores, o jornal Gazeta de Sergipe era o mais sensível na propagação de matérias sobre o PT. E durante todo o período militar foi um dos poucos jornais que continuaram em atividade, apesar de sofrer a censura diária em sua redação por um certo período²⁷⁹. Para o PT de Sergipe, este foi o veículo de maior circulação e exerceu um papel importante para a expansão do partido. Em depoimento Tereza Cristina, relatou:

Meu ex-marido, Eugênio Nascimento, era jornalista da Gazeta de Sergipe. Adiberto Souza também era jornalista da Gazeta, assim como Gilvan Manuel. Havia, portanto, um grupo jovem e crítico, que, embora não necessariamente de esquerda, era bastante engajado e oferecia espaço para o PT. Eles eram simpatizantes e permitiam esse espaço tanto no Jornal da Cidade quanto na Gazeta de Sergipe. Esses dois jornais foram, pelo que me lembro, os que mais deram suporte ao partido. Essa relação era muito fomentada por esse grupo de jornalistas que, de alguma forma, militavam, seja na universidade ou em outros âmbitos. Meu ex-marido já estava na universidade e, em 1981, era militante. Esse envolvimento fortaleceu ainda mais o vínculo entre o jornalismo e o partido. Ele também cresceu dentro do jornal, transferiu-se depois para o Jornal

²⁷⁶ REIS, Darlem Silva dos. Ditadura, política e censura: Gazeta de Sergipe e Rádio Liberdade (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

²⁷⁷ Jornal da Cidade, Aracaju/SE, 06 e 07 de abril de 1980, p. 1.

²⁷⁸ Entrevista realizada com Adiberto de Souza, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 14/02/2023, Ponto Novo, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

²⁷⁹ REIS, Darlem Silva dos, *Op. Cit.* p. 14.

da Cidade. Todos os jornalistas mencionados contribuíram muito para a divulgação do partido²⁸⁰.

Muito embora, esses jornalistas não se apresentassem como de esquerda, mas eram simpatizantes das ideias e atividades promovidas pelo partido, eles possibilitaram a aproximação entre mídia e fundadores do PT ²⁸¹. Para esses profissionais da imprensa, a militância política era um meio de contribuição na construção de um cenário político democrático em Sergipe. Ainda segundo depoimento de Tereza Cristina,

Era esse grupo que fazia a ponte entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e os meios de comunicação. Além disso, era necessário dar voz aos intelectuais que compunham esse grupo. Na universidade, por exemplo, havia Tânia Magno, que já era professora, além de outros docentes simpatizantes. Talvez não fossem filiados ao partido, mas tinham afinidade com suas ideias. Essas pessoas davam visibilidade ao PT e divulgavam suas ações. Muitas informações sobre o núcleo de bairro do Siqueira Campos, por exemplo, eram divulgadas pelo meu ex-marido²⁸².

Para além dos jornalistas e da mídia, Tereza Cristina citou a participação de alguns intelectuais e professores da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que logo simpatizaram com o partido. Esses profissionais da educação se somaram aos outros e se envolveram na divulgação das atividades do partido²⁸³. Desse modo, formando uma rede diversificada que incluía desde jornalistas críticos a pessoas ligadas à esfera acadêmica, mas todos representavam e promoviam a diversidade de vozes do Partido dos Trabalhadores.

3.5 O PT nas eleições: ascensão e conflitos políticos

Com a criação do PT e a sua entrada nas disputas eleitorais de 1982, o quadro político brasileiro ficou completo, após a volta do pluripartidarismo. Apesar do partido apresentar-se como uma ameaça aos governos do período militar, para eles, o PT teria uma vida curta. Com o passar do tempo, houve uma mudança a respeito da concepção do

²⁸⁰ Entrevista realizada com Tereza Cristina Cerqueira da Graça, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 13/02/2023, Atalaia, Aracaju/SE. A entrevistada forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

²⁸¹ *Ibid.*

²⁸² *Ibid.*

²⁸³ *Ibid.*

governo, em vez de enxergar o partido como uma ameaça, passou a ver a possibilidade de tirar votos da esquerda trabalhista e socialista²⁸⁴.

Já no quadro político sergipano, as mudanças legislativas para eleições diretas de 1982, para chefe do poder executivo e poder legislativo, mostraram a predominância positiva do PMDB. Embora o revés oposicionista favorável e a nova estrutura do partido fizeram com que suas lideranças se apresentassem animadas para o pleito de 1982. Na época, duas forças apresentavam-se maiores expectativas, o ex-governador deposto em 1964, Seixas Dória, apoiado por José Carlos Teixeira, por outro lado aparecia o senador Gilvan Rocha, que seria o candidato ao cargo de governador pelo PMDB, apoiado pelo político Jackson Barreto. No caso do PDS, a escolha também ocorreu de forma acirrada, entre Antônio Carlos Valadares, que vinha sendo preparado por Augusto Franco, mas em virtude de seu baixo desempenho como Secretário da Educação, foi escolhido João Alves Filho, uma escolha que para muitos foi surpreendente. Nessa corrida política, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), também procurou pleitear cargos públicos e como candidato a governador escolheu Manuel Ferreira dos Santos, um ex-funcionário público. Enquanto para o Partidos dos Trabalhadores (PT) a situação não se deu de forma tranquila, chegando a questionar se a chapa seria apenas para cumprir o regulamento da legislação eleitoral. No entanto, para o cargo de candidato a governador, o partido escolheu o funcionário público e ex-militante do PCB Marcelo Bomfim²⁸⁵.

Na preparação para concorrer à primeira eleição direta, após a instauração da ditadura, para o governo do estado pelo PT, Marcelo Bomfim, então presidente do núcleo sergipano, afirmou que o PT em Sergipe apresentaria candidatos para todos os cargos eletivos nas eleições de 1982. Para Marcelo, a participação do PT e as suas candidaturas para todos os níveis seriam uma resposta para aqueles que duvidavam da organização dos trabalhadores enquanto partido político organizado. O presidente do núcleo garantiu assim que o partido lançaria candidatos de vereador a governador, apesar de todas as dificuldades iniciais enfrentadas, foi o que aconteceu. Em entrevista Antônio Gois, revelou as dificuldades pelas quais o partido enfrentou:

Durante o processo de campanha, não tínhamos material, foi logo na época em que as estrelinhas começaram a fazer tanto sucesso. Outro aspecto importante é que todos trabalhavam de forma voluntária; ninguém recebia pagamento

²⁸⁴ NAPOLITANO, Marcos, *Op. Cit.*, p. 270-271.

²⁸⁵ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 366-369.

dentro do partido. Era, de fato, a militância do PT que sustentava as atividades. Hoje, infelizmente, não se vê mais essa militância ativa dentro do partido²⁸⁶.

Nessa conjuntura, percebe-se que a partir do relato de Goisinho, que o partido passou por diversas dificuldades e desafios nos anos iniciais de sua formação. Primeiro que toda campanha realizada foi feita de forma voluntária pelos seus integrantes. Para além disso, contava com a escassez de materiais, apesar disso, foram feitas as “estrelinhas”, que simbolizava o partido e tornou-se ainda nos dias atuais uma marca visual do PT²⁸⁷. Na verdade, o que motivava esse trabalho voluntário era a crença que transcendia recompensas de bens materiais ou incentivos financeiros. Em entrevista com Milton Alves, ele relatou que,

Realizávamos reuniões, festas e confraternizações. Em muitos desses encontros, organizávamos caranguejadas e feijoadas, que reuniam mais de 650 pessoas. O objetivo principal desses eventos não era apenas beber e comer, mas discutir política e fortalecer o partido. Muitos desses encontros contaram com a presença do querido presidente Luiz Inácio Lula da Silva²⁸⁸.

Desse modo, foram realizadas reuniões de discussões políticas, eventos sociais e confraternizações, e alguns desses encontros tinham como objetivo a arrecadação de verbas para o partido. As caranguejadas e feijoadas realizadas pelo PT podem ser caracterizadas como elementos típicos da cultura local e de certa forma, elemento cultural de representação que conecta a população sergipana de todas as camadas sociais. Para além disso, os eventos tinham o objetivo de reunir seus filiados, mas também com propósito de arrecadar fundos para o partido. Outro componente chave era a participação de Lula nesses encontros, sendo que garantia maior credibilidade a esses eventos promovidos pelo partido.

O presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou as cidades de Propriá e Itabaiana durante os dias 18, 19 e 20 de setembro de 1981. Em seu discurso enfatizou que não estavam criando o partido para brincar de política. As eleições de 1982 mostrariam que os trabalhadores também tinham condições de se organizar na vida política partidária, naturalmente fugindo dos padrões dos chamados “grandes partidos”, que efetivamente surgem de cima para baixo, “nós, do PT, invertemos a ordem”²⁸⁹. Os

²⁸⁶ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

²⁸⁷ *Ibid.*

²⁸⁸ Entrevista realizada com Milton Alves, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 04/05/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

²⁸⁹ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 29 de agosto de 1981, p. 1 e 5.

números crescentes de filiações mostravam que a cada dia as propostas do partido ganhavam mais simpatizantes.

O PT realizou sua pré-convenção em 21 de março de 1982, visando discutir o que o partido desejava. Entre os pontos mais importantes estavam: 1- o PT realizaria campanha juntamente com o povo para arrecadação de fundos para trabalhar. 2- aquele que se elegeesse pela sigla do PT o mandato não seria dele, mas do partido, teria que destinar parte do seu salário para o partido. 3- todos deveria sair às ruas para conscientização de que voto útil é demagogia, invenção da oposição política, visto que o voto do trabalhador seria útil para o mesmo. Nessa pré-convenção também foi formada a chapa do diretório estadual e apresentado o nome do candidato a vereador Milton Coelho, preso e torturado em 1976 pelos órgãos repressivos da ditadura²⁹⁰.

O PT também definiu em um encontro no IHGSE, seus candidatos aos cargos majoritários para as eleições de 1982, visando apresentação na convenção do partido. O candidato do partido a governador manteria o nome de Marcelo Bomfim Rocha, que teve como vice Adelmo Galvão Ribeiro, para candidato ao Senado Jovino Pinto e suplente Jairo Andrade. Foram definidos também os nomes de Luiz Alberto Santos para Deputado Federal e Marcelo Déda Chagas para Deputado Estadual. Logo o partido, conforme seus dirigentes, já chegou na convenção para registro de candidatos com todos os nomes definidos²⁹¹.

A convenção foi realizada na Assembleia Legislativa e teve início às 10 horas da manhã, o encontro reuniu cerca de 2.000 pessoas, com a presença de 25, dos 36 convidados. O encontro contou com faixas com algumas frases como “Trabalhador vota em trabalhador”, “A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, “Opte pelos trabalhadores”, gritos “PT! PT! PT”, assim como canções sergipanas que tornaram da convenção uma festa.

²⁹⁰ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 09 de março de 1982, p. 1 e 5.

²⁹¹ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 25 de maio de 1982, p. 1 e 5.

Figura 19: Pré-Convenção do PT-Sergipe.



Fonte: Gazeta de Sergipe, 1982.

Na pré-convenção faltaram, entretanto, delegados dos municípios de Graccho Cardoso, Muribeca, São Domingos e São Cristóvão, que não apresentaram candidatos e nem compareceram os integrantes do Diretório Estadual. O resultado foi a eleição, por unanimidade, da chapa formada anteriormente visando as eleições de 1982. Conforme os quadros apresentados abaixo:

QUADRO X

CANDIDATOS DO PT PARA OS NÍVEIS FEDERAL E ESTADUAL

CANDIDATO	CARGO	NÚMERO
Marcelio Bomfim Rocha	Governador	3
Adelmo Galvão Ribeiro	Vice-Governador	3
Jovino Pinto	Senador	30
Jairo de Araujo Andrade	1º Suplente	-
Genita Dantas Santana	2º Suplente	-
Avilete Silva Cruz	Deputada Federal	311
Joel Santos da Silva	Deputado Federal	333

Carlos Alberto Matos de Oliveira	Deputado Federal	301
Carivaldo Lima Santos	Deputado Estadual	3101
Marcelo Déda Chagas	Deputado Estadual	3111
José Costa Almeida	Deputado Estadual	3103
Pereira Neto	Deputado Estadual	3110
David Dantas de Santana	Deputado Estadual	3117
Michel Dessy	Deputado Estadual	3109
Antônio Jorge Pires da Silva	Deputado Estadual	3113
Francisco de Assis Bonfim Rocha	Deputado Estadual	3107

Fonte: Gazeta de Sergipe, 1982.

QUADRO XI

CANDIDATOS MUNICIPAIS A PREFEITURA PELO PT

CANDIDATOS A PREFEITURA	CIDADE/ MUNICÍPIO
João Francisco dos Santos	Aquidabã
Manoel Luiz Feitosa	Gararu
João Rodrigues de Santana	Nossa Senhora da Glória
José Antônio dos Santos	Moita Bonita
Antônio França	Nossa Senhora do Socorro
José Dilson Tavares	Ilhas das Flores
Lefé de Souza Santos	Própria
José Cláudio Santos	Itabaiana
Antônio José Rocha	Nossa Senhora de Lourdes

Albínio Vieira de Matos	Malhador
-	Barras dos Coqueiros

Fonte: Gazeta de Sergipe, 1982.

É importante ressaltar que as mulheres tiveram um papel importante na formação do partido. Durante a realização das entrevistas foram citadas algumas dessas mulheres, como Mary Pascoalim, Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Tania Elias Magno da Silva, Ofélia Freire Onias, Márcia Farias Barreto e Maria Madalena de Santana²⁹². Como observado nos quadros acima, para as eleições de 1982, o quadro político do partido foi constituído majoritariamente de homens. Apenas duas mulheres concorreram ao cargo municipal, Edna Maira Ribeiro e Virginia Lucia da Fonseca Meneses.

QUADRO XII

CANDIDATOS AO CARGO DE VEREADORES PELO PT

CANDIDATOS PT	CARGO	NÚMERO
José Alberto Damacena	Vereador	3603
Valter dos Santos	Vereador	3644
Milson Leite Barreto Filho	Vereador	3666
Edna Maira Ribeiro	Vereadora	3606
Milton Coelho de Carvalho	Vereador	3611
Agamenon Coutinho	Vereador	3610
Givaldo Antonio dos Santos	Vereador	3622
Heleno José Aristides da Silva	Vereador	3636

²⁹² Entrevista realizada com Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Milton Alves, Adiberto de Souza, Antônio José Gois, Clímaco César Siqueira Dias, José Afonso do Nascimento, Marcelo Bomfim, Milson Barreto e Marcos Antônio Araújo Cardoso. Os entrevistados forneceram carta de cessão.

Virginia Lúcia da Fonseca Menezes	Vereadora	3601
Francisco Alves Lima	Vereador	3633
Wilton Walter	Vereador	3613

Fonte: Gazeta de Sergipe, 1982.

É importante ressaltar ainda, que os números de cada candidato não foram definidos na pré-convenção, somente foram sorteados tais números posteriormente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Um marco histórico para o partido foi o registro de seus candidatos junto ao TSE. Com a chapa formada e o registro feito, o PT elegeu seu comitê eleitoral para conduzir a campanha para as eleições de 1982. Para Antônio Gois, a campanha do partido seria difícil, mas mesmo diante de tantas dificuldades os objetivos do PT seriam alcançados. O registro para o partido também era importante em virtude das ações e do trabalho pedagógico que o partido iria desenvolver diante de seu eleitorado, faziam parte de suas demandas também diminuir os votos nulo no estado²⁹³. O PT apresentou nas eleições de 1982 candidatos em 11 municípios, além da capital, o que foi considerado pelo candidato a governador Marcelio Bomfim, um marco histórico para os trabalhadores²⁹⁴. Em declaração ao Jornal a Gazeta de Sergipe o candidato informou:

- Pela primeira vez na história de Sergipe, os trabalhadores vão andar com seus próprios pés, sem precisar pedir carona nos partidos dos patrões.

- Vamos participar das eleições para ganhar. A vitória do PT não será somada pelos números de candidatos eleitos, mas sim pela fortificação das lutas da classe trabalhadora. O trabalhador garante que não existe divisão das posições, a gente não veio para dividir, mas sim para somar e multiplicar a classe trabalhadora²⁹⁵.

O PT passou a desenvolver uma série de atividades em sua campanha tanto no interior como na cidade. Essas ações se desenvolveram através de comícios relâmpagos e panfletagem, que tinham como objetivo apresentar as propostas do partido ao eleitorado sergipano. Outro meio de apresentação foram os debates promovidos entre os candidatos do PT e os moradores dos bairros. De acordo com o comitê de divulgação e propaganda, as manifestações, debates e comícios foram realizadas nos bairros Siqueira Campos,

²⁹³ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 14 de agosto de 1982, p. 5.

²⁹⁴ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 03 de agosto de 1982, p. 5.

²⁹⁵ *Ibid.*

Bugio, Lamarão, Matadouro, Soledade, DRE, Dom Pedro II e bairros adjacentes. Apesar dos poucos recursos disponíveis para a campanha o partido contava com 2 carros de som com alto-falantes, que promoveram a visita a esses locais²⁹⁶. Para além dos problemas ligados à legislação eleitoral, o PT e os demais partidos de oposição encontravam no estado, condições internas que dificultavam a realização de sua campanha.

Na utilização de espaços públicos também se notava uma discriminação. O PDS pode efetuar seu trabalho de propaganda sem limites, nos estúdios e nas ruas, no Palácio e nas igrejas, nas repartições e nos campos de futebol. Na Praça Fausto Cardoso, o local mais tradicional dos grandes encontros populares, a agremiação governamental realizou inclusive um grande comício com atrativo de famosos cantores nacionais. Entretanto, as oposições ficariam proibidas de atuar a menos de 200 metros do palácio, envolvendo tanto a referida praça quanto alguns quarteirões das ruas centrais de Aracaju. Alguns militantes que tentaram desobedecer a decisão foram levados pela polícia²⁹⁷.

Havia uma grande diferenciação dos meios de comunicação a respeito do tratamento dado ao PDS em relação aos demais partidos, com espaços maiores em rádios, televisão ou durante entrevistas em outros meios de comunicação. A Lei Falcão e a atuação do grupo político dos Francos, (Augusto do Prado Franco), contribuíram para o fortalecimento e maior ênfase na campanha do PDS no estado. Diversos comentaristas e repórteres criticavam as ações promovidas pela oposição e enalteciam os situacionistas. Houve também, uma forte contribuição financeira ao PDS do empresariado, especialmente, daqueles de outros estados.

Alguns dos empresários contribuintes foram Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Luiz Eulálio Vidigal, que ocupava a presidência da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), esses empresários contribuíram através de empréstimo de material, brindes e até participando de atos públicos²⁹⁸. Apesar de toda rede de apoio ao governo, os situacionistas ainda se incomodavam com a recepção do grupo Teixeira (José Carlos Teixeira), aos militantes do PMDB. O PDT e o PT, ao contrário dos demais grupos políticos, praticamente não tinham recursos para realizar suas campanhas.

²⁹⁶ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 14 de setembro de 1982, p.5.

²⁹⁷ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997, p. 373.

²⁹⁸ *Ibid, Op. Cit.*, p. 372-376.

O secretário do partido, Antônio Gois, em depoimento ao jornal Gazeta de Sergipe, informou que durante o processo de campanha que estava ocorrendo um crescimento gradual do PT no estado e que em nível nacional, o partido já estava consolidado nas urnas. Ainda conforme o secretário, a visita de Lula a Sergipe era importante em virtude do crescimento do partido na região em que Lula visitava. A visita do presidente nacional do partido em todos os estados em que o PT estava concorrendo a cargos fazia parte de sua agenda e colaborava para o seu fortalecimento²⁹⁹. Em Sergipe, o presidente do PT nacional chegou a participar de um “grande comício”, realizado no bairro São Conrado. Observe a imagem de Lula discursando:

Figura 20: Lula discursando no bairro São Conrado.



Fonte: Menezes, s/d.

Os candidatos do partido empenharam-se ao máximo em sua atuação, Marcelio Bomfim e seu grupo político participaram de diversos debates, palestras em seminários realizados na Universidade Tiradentes (UNIT), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e em cidades do interior. A atuação se deu representada diariamente em diversos locais a fim de levar a proposta do partido para todo o estado. Essas representações ocorriam simultaneamente, como ocorreu no bairro Coroa do Meio, com

²⁹⁹ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 26 de outubro de 1982, p. 5.

pronunciamentos dos membros do partido e a exibição de um filme realizado no momento da expulsão dos posseiros. Esse encontro contou com a participação dos candidatos a vereador Milson Barreto, Francisco Alves, Virginia Lúcia, Valter Ribeiro, Heleno José, Givaldo dos Santos, assim como com a presença dos candidatos a Deputado Estadual Francisco Bomfim, Marcelo Déda e David Dantas. No mesmo dia, o candidato a governador e seu vice realizaram comícios em Gararu, Nossa Senhora da Glória e Ilha de São Pedro. Ademais, foram realizadas atividades na região do Baixo São Francisco e nas cidades de Itabaiana, Frei Paulo, Moita Bonita e Carira³⁰⁰.

Na fase final da campanha pelos partidos políticos, o PT e seu grupo político saíram às ruas da capital, assim como também em alguns municípios pedindo apoio do trabalhador para as eleições de 15 de novembro de 1982. Na mesma semana o partido já havia promovido nas ruas da capital uma carreata, que contou com a participação de vários veículos com altos falantes, distribuindo folhetos nos bairros periféricos de Aracaju. Para finalizar a campanha na capital foi realizado um comício pelas ruas do centro de Aracaju. Observe a imagem abaixo.

Figura 21: Caminhada de encerramento da campanha.



Fonte: Autoria desconhecida, s/d.

Ações também foram desenvolvidas no interior, como os comícios realizados nas cidades de Aquidabã e Ilha das Flores³⁰¹. Concluindo atividades de campanha na capital,

³⁰⁰ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 09 de outubro de 1982, p. 5.

³⁰¹ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 09 de novembro de 1982, p. 5.

na sexta-feira (13), os petistas saíram às ruas distribuindo panfletos e levando a proposta do PT. Dessa forma, terminou a primeira campanha do Partido dos Trabalhadores (PT), para as eleições de 1982.

Dito isso, a formação do PT em Sergipe apresenta características específicas que o diferencia da organização do PT nacional, expressivamente formado no estado de São Paulo. A ausência de sindicatos no estado dificultou de certa forma a aderência e mobilização de grupos sociais a aderirem ao partido, como é o caso dos trabalhadores rurais, apesar do engajamento de alguns trabalhadores e do papel crucial desenvolvido pela igreja, inicialmente pouco se conquistou com sua proposta. Por ser um partido constituído por um pequeno grupo de pessoas, de classe média, quando comparado aos demais estados, as dificuldades e obstáculos aqui foram muitos. Por não existir ainda tendências políticas formalizadas dentro do grupo, as ações, atividades e decisões eram tomadas em conjunto, isso era característica marcante, pois enquanto no PT nacional havia várias tendências, no caso sergipano “todo mundo era PT”³⁰², ou seja, inicialmente predominava um senso de unidade política e ideológica entre os membros fundadores do partido. Diferente de outros estados onde a formação dos núcleos estaduais abrigava diversas correntes ideológicas, como socialistas democráticos, trotskistas e outras, no caso sergipano, havia uma maior hegemonia ideológica entre seus membros. Para a articulação política de 1982, sua primeira eleição organizou-se através de um trabalho de integração vinculado ao grupo político inicial da fundação do partido, antes mesmo do início das campanhas eleitorais, promovendo festas, reuniões, encontros para arrecadar contribuição de seus apoiadores e divulgando suas propostas nos meios de comunicação. Os resultados das eleições de 1982 talvez não importassem tanto, afinal o objetivo, segundo eles, não era tanto ganhar, mas conseguir seu registro. Esse assunto e o processo de consolidação do partido será apresentado no próximo capítulo.

³⁰² Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

4. DA BASE À CONSOLIDAÇÃO PARTIDÁRIA: O MOVIMENTO PRÓ-PT E A SUA HEGEMONIA POLÍTICA EM SERGIPE

Os comunistas não formaram um partido à parte dos outros partidos operários.
Não têm interesses separados dos interesses do proletariado como um todo.

Marx e Engels, *Manifesto Comunista*.

Na década de 1980, a grande maioria dos países da América Latina passava por transições para regimes democráticos. Como foi o caso do Brasil, Argentina, Uruguai e Bolívia, uma mudança pressionada por reivindicações de algumas manifestações populares contrárias às práticas autoritárias, simbolizadas pelas campanhas brasileiras da Anistia, por eleições livres e Assembleia Nacional Constituinte. O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu em meio a esse contexto nacional de efervescência política e social, e no plano internacional, com a Revolução dos Cravos (1974), em Portugal, e o Movimento Solidariedade, na Polônia, em 1980, ambos se tornaram referências de luta em outros países. Desenvolvendo no Brasil, dessa forma, ações importantes na defesa dos interesses das classes subalternas e lutando pelo reestabelecimento da democracia.

Em Sergipe, o caminho traçado pelo PT até a sua consolidação e hegemonia política não foi isento de obstáculos, caracterizando-se como um dos principais episódios da história política do estado. No momento de seu surgimento, o regime ditatorial perdia o apoio daqueles grupos que o sustentava³⁰³, tendo sido fundado em um período de intensa mobilização social e resistência à ditadura, impulsionados por ideais de justiça, transformação social e democracia. É evidente que se o período de transição democrática tivesse ocorrido de forma tranquila, o PT teria desaparecido³⁰⁴, pois em um quadro de transição tranquila, com as elites políticas no controle da redemocratização, moldando o novo sistema político e atendendo seus próprios interesses neutralizaria as forças de oposição. Nesse cenário, o PT, que representava os interesses das classes subalternas, poderia ser marginalizado ou até mesmo perder sua relevância sem apoio da sociedade civil. No entanto, o processo de transição política não se deu de forma tranquila e ordenada. Pelo contrário, a transição deu-se sob tensões e instabilidade política. Nessas condições, esse processo foi marcado por disputas sociais, políticas e econômicas. Por exemplo as greves operárias, o movimento pela anistia e as mobilizações em torno das

³⁰³ SECCO, Lincoln, *Op. Cit.*

³⁰⁴ BARROS, Celso Rocha. *Op. Cit.*

eleições Diretas. Além disso, a conjuntura de crise econômica, o esfacelamento da ditadura alinhado às pressões populares possibilitou um campo volátil, assentindo o fortalecimento de forças políticas das esquerdas, como é o caso do PT. Nesse sentido, o cenário do fim da ditadura foi protagonizado por meio de ações conscientes conduzidas pelas organizações e movimentos de esquerda (movimento operário, estudantis, sindicais, populares entre outros)³⁰⁵.

Considerando a complexidade do fim da ditadura, com crise econômica, pressão dos grupos financeiros internacionais e com a atuação de várias forças políticas opositoras, e os movimentos sociais. O PT emerge inserido nesse quadro como um dos principais movimentos articuladores da resistência à ditadura. Apresentando-se através de um projeto político e econômico, que contrastava com aquele que vigorou durante o regime militar. O projeto político do PT, propunha dar voz aqueles, historicamente marginalizados, colocando as classes subalternas no centro, na tentativa de construção de uma contra-hegemonia³⁰⁶. Desse modo, o PT pode ser considerado, não o único, mas um acelerador para o fim da ditadura através de sua mobilização popular, seus discursos alternativos e a legitimação das demandas populares.

Como já discutido, formado por um grupo heterogêneo, com integrantes de amplo espectro político e classe social, incluindo estudantes, sindicalistas, trabalhadores rurais, intelectuais, artistas, religiosos, metalúrgicos, funcionários públicos, bancários, indígenas, ex-integrantes do PCB, jornalistas e outros. Unidos por um único ideal, “a transformação social, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a democracia”³⁰⁷, ou como disse Marcelo Bomfim, “o PT nasceu com o objetivo de ser uma alternativa, de ser um porta voz da luta pela independência e de melhora das condições dos trabalhadores”³⁰⁸, as suas lideranças e militantes realizaram atos públicos, promoveram campanhas de conscientização nas comunidades, organizaram-se de diferentes formas e a partir de diversos segmentos da sociedade.

As eleições de 1982 mostraram o quanto o PT ainda era um partido fraco diante das urnas. Já em 1985, ocorreram eleições para diversas capitais dos estados, mas os

³⁰⁵ ANDRADE, *Op. Cit.*, 2009, p. 69.

³⁰⁶ GRAMSCI, *Op. Cit.*, 2000.

³⁰⁷ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

³⁰⁸ Entrevista realizada com Marcelo Bomfim, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 10/10/2022, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

prefeitos das capitais continuavam a ser indicados pelos governadores dos estados³⁰⁹. Mesmo assim, os resultados em nível nacional apresentaram significativa melhora, experimentando um certo crescimento do PT e prenunciando uma possível ascensão dos próximos caminhos a seguir.

Esse capítulo se propõe a analisar os mecanismos que possibilitaram a consolidação e a hegemonia eleitoral, do Partido dos Trabalhadores no estado de Sergipe, após 1985. Conforme A. Gramsci (2000), a hegemonia é conquistada por meio de embates que comportam o plano ético-cultural, modos de representação, expressão de saberes, autoridade e formas de legitimar e universalizar, organização política e estrutura política³¹⁰. A respeito da discussão acerca dos embates, Gramsci diferencia a partir de duas esferas: 1- Sociedade política, corresponde ao “domínio direto”, representada por um conjunto de mecanismos, sua função é controlar e assegurar a disciplina dos grupos, nela a classe dominante usa a coerção através da repressão, sobretudo em momentos de crise. E 2- Sociedade civil, possui a função de “direção intelectual moral”, representada por um conjunto de instituições (partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação, igrejas, sistema escolar, universidades, entre outros), que tem como objetivo elaborar e propagar ideologias.

É possível distinguir sociedade política e sociedade civil pelas funções que cada uma delas exerce, uma vez que apresentam diferenças na forma de organização da vida cotidiana, assim como em sua reprodução nas relações de poder. Na sociedade política, ocorre a imposição da dominação por meio da coerção, enquanto na sociedade civil, buscam ganhar aliados por meio da direção e consenso.

Sob a perspectiva da teoria gramsciana, ao olhar sobre o desenvolvimento do PT, observa-se que o partido conseguiu encaixar-se nas duas esferas do poder: Sociedade civil e política. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o PT usou dos movimentos sociais para construção do consenso de suas propostas, adentrou o campo da política institucional. O PT transformou a sociedade civil em uma área de organização política e de resistência. No entanto, ao longo dessa transformação sofreu concessões e adaptações, em parte, isso corroborou na intensificação de tensões quase que permanentes, entre a dualidade de manter sua identidade original e/ou adaptar-se ao jogo político institucional.

³⁰⁹ Lei nº 7.332, de 1º de julho de 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7332.htm. Acesso em: 05/04/2024.

³¹⁰ GRAMSCI, *Op. Cit.*, 2000, p. 11.

O fato é que o PT ao se consolidar passou a reproduzir a sua própria hegemonia, ao mesmo tempo, tornando-se parte da política das elites. Fato este que gerou críticas severas, em tese, ao adentrar esse campo o partido distanciava-se de suas bases.

A estrutura da sociedade e as relações de hegemonia na história são construídas por meio de interligações de força, que se apresentam de várias formas (força e consenso, violência e civilização, dominação e hegemonia, entre outras). Nessas condições, a hegemonia é uma relação dinâmica que apresenta conflitos sociais e condutas no modo de pensar e conduzir na política. Essa relação entre a sociedade política e civil e o desenvolvimento da luta pela hegemonia formam o delineamento do Estado.

Na concepção liberal do Estado, suas funções limitavam-se à aplicação de leis e proteção da ordem pública. Esse tipo de pensamento estava ligado estritamente ao “corporativo-econômico”. Apesar disso, as funções do estado, na prática, são mais amplas, uma vez que sociedade política e civil não se separam. Por meio de um exercício comum da hegemonia, a combinação de consenso e força no regime parlamentar, essa medida procura equilibrar, dando sustentação a força apoiada no consenso da maioria pela opinião pública³¹¹. Dessa maneira, essas esferas distinguem-se em virtude do papel exercido na organização e na reprodução das relações de poder. Assim, a hegemonia perpassa o entendimento de limites de uma coerção simples, uma vez que permeia o consentimento social e a direção cultural a um universo de convicções, que em partes, promove a superação de sentimentos e crenças de vida, variando de acordo com a força daqueles que exercem.

A pesquisa, assim, aprofunda a discussão desse conceito, investigando como o PT estruturou um projeto político mobilizador dos vários setores da sociedade sergipana, se consagrando e se consolidando em uma posição política hegemônica no estado. Outrossim, para compreender este processo de consolidação e hegemonia política buscamos avaliar as primeiras eleições em que o partido participou, nos níveis dos poderes legislativo e executivo estaduais, como também, o municipal, restrito a capital de Aracaju e as estratégias adotadas para aumentar a representação política em todo o estado. Além disso, procuraremos examinar as razões pessoais e políticas que levaram ex-militantes do PCB a se unirem ao PT, incluindo ideais compartilhados, aspirações políticas e visões de futuro para o PT/SE. Por fim, refletir sobre o legado deixado pelo

³¹¹ GRAMSCI, *Op. Cit.*, 2002.

movimento pró-PT e explorar as perspectivas futuras do movimento e sua influência contínua na política local.

4.1 Eleições e resultados políticos: o impacto das ações iniciais para o fortalecimento do PT no Estado

Quando abertas as urnas eleitorais de 1982, eleições estas que o PT participou pela primeira vez, os resultados mostravam o quanto o partido ainda era fraco, mostrando-se ausente na política. Elegeu apenas dois prefeitos, Gilson Menezes, pela cidade de Diadema, e Manuel da Silva Costa, pela prefeitura de Santa Quitéria (MA)³¹². Em Sergipe, o candidato Marcelo Bomfim e seu vice Adelmo Galvão Ribeiro receberam 987 votos na capital e 362 no interior, ou seja, um total de 1.349 votos no estado. Um percentual de 0,40% dos votos válidos³¹³. O governador eleito, João Alves Filho, pelo PDS teve um total de 76,11% dos votos. O PMDB teve 23,15% dos votos e o PDT 0,34%. Os candidatos do PT para o Senado receberam 1.322 votos, um total de 0,41%, o senador eleito com 76,18% dos votos foi Albano Prado Pimentel Franco, do PDS³¹⁴. Para ocupação das vagas na câmara de deputados o PDS ocupou 5 vagas e o PMDB com 2 parlamentares. Já para deputados estaduais, os resultados não foram muito diferentes, o PDS conquistou 19 cadeiras e o PMDB apenas 5. Dessa maneira, o PT ainda se mostrava ausente na política sergipana³¹⁵.

Em boletim publicado pelo PT, o partido afirmou que não sentiu derrota nas eleições, no entanto, dentre as causas de sua derrota foram apontadas a compra de votos, aluguel de carros, compra de gasolina para locomoção de táxis e as promessas exageradas feitas aos eleitores sergipanos. O partido considerou os resultados positivos tendo em vista que a dependência do eleitorado ainda era muito grande. Não elegeu ninguém, mas os filiados tinham consciência de que estavam lançando candidatos não para ganhar, mas porque a legislação eleitoral exigia que o partido participasse para deferir o registro

³¹² SECCO, Lincoln, *Op. Cit.*

³¹³ Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/?q=1982>. Acesso em 08/01/2024.

³¹⁴ Ver mais em: DANTAS, José Ibarê Costa. A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário. Tempo Brasileiro, 1997.

³¹⁵ DANTAS, *Op. Cit.*, 1997.

provisório³¹⁶. Para Milton Alves, “nas eleições de 1982 o objetivo não era você ter o mandato, mas era você divulgar a existência do partido, dizer olhe só chegamos, onde vamos chegar não sabemos, mas existimos”³¹⁷.

Percebe-se assim, que em 1982 os petistas ainda não tinham como foco os cargos políticos, tendo adotado uma estratégia de conscientização popular, na tentativa de divulgar sua proposta e aproximar-se de organizações e movimentos sociais. As eleições de 1982 foram assim marcadas pelo monopólio do poder econômico junto ao político, subordinando políticas públicas e dificultando a abertura de espaço para os novos grupos políticos. Nesse início da década de 1980, o partido situacionista obteve importante vitória elegendo pela sigla do Partido Democrático Social (PDS), antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), João Alves Filho (1983-1987). Nesse governo, João Alves tentou promover o desenvolvimento econômico junto às demandas do processo de redemocratização. Ainda nesse período, o governo implementou algumas políticas de modernização e rompeu com o grupo dos Francos. No entanto, recusava-se a dar espaço para os novos partidos políticos.

Em dezembro de 1982, os petistas realizaram um encontro estadual com objetivo de analisar a campanha eleitoral daquele ano. Neste encontro, participaram cerca de 100 militantes que discutiram e planejaram as próximas ações do partido³¹⁸. O vice-presidente do partido nacional, Apolônio de Carvalho, esteve presente e destacou que um dos pontos debatidos foi a formação de coligações com outros partidos políticos. Em entrevista à imprensa ele disse:

Não acredito, nem sou a favor de uma coligação do Partido dos Trabalhadores-PT, com nenhum dos outros partidos de oposição. O PT é contra essa coligação por saber que é o único partido que tem uma proposta genuinamente oposicionista e que vem atender os seios da classe trabalhadora³¹⁹.

O vice-presidente afirmou que o PT era o único partido que possuía, genuinamente, uma proposta para a classe trabalhadora. Reafirmando assim, a autonomia do PT frente a outros partidos políticos de oposição. Marcelio Bomfim, um dos líderes do núcleo estadual, em seu balanço referente ainda às eleições de 1982, apontou nesse

³¹⁶ Entrevista de Marcelio Bomfim, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 10 de outubro de 2022, Aracaju-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

³¹⁷ Entrevista realizada com Milton Alves, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 04/05/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

³¹⁸ *Apud* Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 18 de dezembro de 1982. p. 5.

³¹⁹ *Ibid.*

encontro a falta de recursos, inexperiência dos candidatos do partido e ausência de um plano governamental claro que contemplasse os interesses dos trabalhadores³²⁰.

No encontro, ainda, foram definidas as ações estratégicas a serem adotadas pelos petistas para fortalecer o partido no estado. Para 1983, tinham como prioridade a criação de novos núcleos de base, sendo responsabilidade da Secretaria de Educação política. Outra ação discutida, foi o trabalho político a ser desenvolvido na capital sergipana, centrado na situação econômica, política e social do município. A partir do levantamento desses dados, criou-se um programa, com ênfase em questões culturais, visando o fortalecimento do trabalho de imprensa e dos movimentos sociais. O objetivo era preparar o terreno a partir do trabalho de base e conseguir o apoio popular para as próximas eleições.

O PT vai priorizar a criação de núcleos de base do partido, seja através de categorias profissionais ou bairros. Para isso a Secretária da Educação Política irá elaborar um plano de nucleação:

1- O trabalho político em Aracaju será realizado a partir de um levantamento de situação política, econômica e social do município e baseado na elaboração de um programa mínimo, dando-se ênfase a questão cultural, trabalho de imprensa e ao fortalecimento dos movimentos sociais.

2- Discutir com os militantes do partido em cada setor profissional no sentido de criar uma linha sindical, estudantil, de bairros, etc.

3- Para a realização das convenções municipais e regional o PT de Sergipe solicitará à Direção Nacional que tente, com os demais partidos políticos de oposição, adiar o prazo de realização da Convenção Nacional, adiando também as regionais e municipais, oferecendo ao partido maior condição para a formação de Diretórios em outros municípios sergipanos onde o PT ainda não está legalizado.

4- Fortalecimento das Secretarias de: Educação política, cultura, imprensa, finanças e dos movimentos populares³²¹.

Como já discutido, o ano de 1984 foi marcado pela concentração da população em torno da campanha pelas Eleições Diretas. A frente da campanha pelo PT-Sergipe, estava Marcélio Bomfim e Marcelo Déda Chagas. Déda nasceu em 11 de março de 1960 na cidade de Simão Dias, filho de Zilda Déda Chagas e Manoel Celestino Chagas. Em 1969 mudou-se com sua família para Aracaju, em busca de melhores condições. Ingressou no Colégio Estadual Atheneu Sergipense e depois no Colégio 8 de julho. Retornou no segundo grau para o Atheneu, colégio este que despertou seu interesse pela militância

³²⁰ *Ibid.*

³²¹ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 21 de dezembro de 1982. p. 5.

política no movimento estudantil contra a ditadura. Em 1979 participou ativamente da formação do núcleo estadual do PT-Sergipe. Formou-se em Direito pela UFS, onde também participou do Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFS). Déda lançou sua primeira candidatura em 1982 pelo partido dos trabalhadores como deputado estadual, mas não obteve a vitória. Em 1984 lutou contra a ditadura, participando dos comícios das Diretas, discursou no comício que reuniu mais de 30 mil pessoas³²². Este evento, como já mencionado anteriormente, contou com a presença de figuras como Ulisses Guimarães e Luiz Inácio Lula da Silva, tornando um dos principais locutores na campanha pelas “Diretas-Já”. No ano de 1985, lança sua campanha a candidatura para prefeito de Aracaju, consegue um grande êxito, ficando em segundo lugar com 19 mil votos. Em 1986, foi eleito pelo PT como deputado estadual com votação inédita, obteve mais de 32 mil votos. Nas eleições de 1990 tenta reeleição, mas é derrotado. Já nos anos de 1994 e 1998 é eleito como deputado federal, vale ressaltar que em 1994 recebeu 83 mil votos. Ganha as eleições de 2000 como candidato a prefeito de Aracaju e se reelege em 2003 com 71,380% dos votos no primeiro turno. Renuncia em 31 de março de 2003 para se candidatar a governador. É eleito com 52,48% dos votos ainda no primeiro turno³²³. Em 2010 consegue se reeleger, mas não completa o mandato, Déda faleceu de câncer em 02 de dezembro de 2013, aos 53 anos³²⁴.

É importante lembrar que a Emenda Dante de Oliveira, que reivindicava eleições diretas foi derrotada, para aprovação precisava de 320 votos, mas recebeu apenas 298. Um dos membros à frente da campanha no estado, Marcelio Bomfim relatou em depoimento a escassez de recursos em que foi realizada a campanha pelas “Diretas Já”. Conforme seu depoimento, “Nós tínhamos em 84 as eleições diretas e fizemos a campanha, lembro que não tinha trio elétrico, não tinha carro de som para realizarmos a mobilização dos comícios, apesar da escassez de recursos”³²⁵. Apesar disso, o mesmo enfatiza que o “Comício das Diretas em Aracaju, contou com cerca de 40 mil pessoas”³²⁶. Na época foram feitos alguns registros dessa campanha.

³²² Instituto Marcelo Déda. Disponível em: <https://www.institutomarcelodeda.com.br/acervos-imd/>. Acesso em: 05/09/2024.

³²³ *Ibid.*

³²⁴ Instituto Marcelo Déda. Disponível em: <https://www.institutomarcelodeda.com.br/acervos-imd/>. Acesso em: 05/09/2024. Ver também: DANTAS, Ibarê. Marcelo Déda na construção da democracia. Aracaju: Criação Editora, 2023.

³²⁵ Entrevista realizada com Marcélio Bomfim, cedida ao autor, em 10.10.2022, Centro de Turismo, Aracaju-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

³²⁶ *Ibid.*

Figura 22: Comício pelas “Diretas Já” em Aracaju.



Fonte: Jornal da Cidade, 1984.

Figura 23: Marcelio Bomfim discursando no Comício.



Fonte: Arquivo pessoal de Marcelio Bomfim.

Na fotografia, aparece Marcelio Bomfim, discursando na mobilização pelas eleições diretas. Por meio do seu discurso, procurava sensibilizar a sociedade sergipana da importância do voto direto. Marcelio, teve um papel proeminente, sendo uma das lideranças do movimento no estado que tanto contribuiu na visibilidade da luta

democrática. Outra liderança política com forte participação ativa nessa campanha foi Marcelo Déda, durante seu discurso foram feitos alguns registros, veja um deles abaixo.

Figura 24- Déda discursando pelas Diretas-Já. Figura 25- Faixas pelas Diretas-Já em Sergipe.



Fonte: Instituto Marcelo Déda.

Nesta outra figura, o jovem político Marcelo Déda, conhecido pela sua capacidade de retórica e liderança discursando em prol das “Diretas-Já”. Outro registro fotográfico importante dos comícios das “Diretas-Já”, um momento de mobilização popular pelo fim da ditadura e pela redemocratização do País.

A partir desse movimento o PT ampliou sua dimensão política e conquistou mais filiados. Ao colocar os petistas à frente das “Diretas-Já”, uma das maiores mobilizações da história do país, permitiu ao PT ganhar força e visibilidade nacional. Em Sergipe, manifestações como esta mobilizaram estudantes, lideranças políticas, militantes, trabalhadores e outros setores da sociedade sergipana, que fez uma ampla frente pelo direito do voto direto e em oposição à ditadura. Dessa forma, essa campanha apresentou-se como um catalisador no processo de consolidação do PT, partido político de esquerda e enquanto defensor da redemocratização.

Ainda em 1984, o PT/SE elegeu uma nova diretoria estadual, com José Costa na presidência e Michel Decy na vice-presidência. O ano de 1984 foi marcado por uma série de debates internos em relação ao colégio eleitoral e à candidatura de Tancredo Neves. Nesse encontro os petistas aprovam a proposta do economista Paul Singer em defesa da participação do partido no Colégio Eleitoral e rejeitam a assinada por Airton Soares, de

envolvimento sistemático na campanha de Tancredo Neves. Na época, aqueles que defendiam essa proposta de Airton Soares já haviam se afastado do partido ou não compareceram à reunião.

São três propostas encaminhadas pelo partido: a primeira, defendida, atualmente, pelo diretório nacional do Partido, é de total rejeição à ida ao colégio. Uma proposta intermediária, defendida pelo economista Paul Singer, sugere a participação no colégio eleitoral, sem que isso implique qualquer compromisso ou envolvimento com a Aliança Democrática e com seu possível Governo de transição. A última, de autoria do deputado e líder do partido na câmara, Airton Soares, é de total envolvimento do PT com a candidatura Tancredo Neves, antes e depois de sua provável vitória, com participação e influência do partido na elaboração e cumprimento do seu programa de governo³²⁷.

No entanto, posteriormente, a direção nacional reafirmou sua posição contra a participação no Colégio eleitoral, e o PT/SE seguiu a sua orientação, não participando dos trabalhos. Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, os partidos políticos de oposição ao regime uniram-se para a composição e defesa de uma Constituinte. Se inicialmente não existiam tendências organizadas dentro do Partido dos Trabalhadores, o cenário agora era totalmente diferente, pois existiam diferentes lideranças com estratégias e posicionamentos distintos, mas apesar das divergências, os petistas mantinham seu compromisso com uma política autônoma e em defesa da classe trabalhadora. No mesmo ano, o PT apresentava-se como uma oposição extraparlamentar, presente predominantemente dentro dos movimentos sindicais e sociais³²⁸. Tancredo Neves é eleito pelo Colégio eleitoral, mas em virtude de seu falecimento, não chegou a tomar posse, assim José Sarney, seu vice, assumiu a presidência.

O quadro político naquele momento apresentava-se ainda sob o domínio da elite sergipana. O governador João Alves Filho rompeu com Augusto Franco (PDS), vale lembrar que nas eleições de 1982 o apoio do chefe do PDS foi decisivo para a vitória de João Alves. Para as eleições de 1985, primeira eleição para prefeito das capitais após o fim da ditadura, o grupo do governante sergipano, seguindo as orientações nacionais, aliou-se ao PMDB, formando a Aliança Democrática, grupo formado pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Esse grupo apoiou, no campo político local, a candidatura do deputado Jackson Barreto, que possuía apoio do PCB e do PC do B. Já o grupo dos Francos apoiaram a candidatura do

³²⁷ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 03 de dezembro de 1984, p. 5.

³²⁸ SECCO, Lincoln, *Op. Cit.*, 2011, p. 25.

ex-deputado Gilton Garcia, aliança formada entre o PDS e PTB, que formou a Frente Democrática³²⁹. Com essas duas frentes formadas, e sem a participação do PT, a ideia de os petistas formarem uma terceira frente ou fazer coligação com outro partido distanciou-se ainda mais, pelo menos não naquelas eleições. Neste mesmo ano, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), tentou fazer uma possível coligação com o PT, mas após algumas discussões os petistas seguiram sua campanha de forma independente, reforçando para os eleitores a posição de uma alternativa política diferente das existentes³³⁰. Segundo depoimento de A. Gois.

Em 1985, tivemos uma ampla discussão na tentativa de formar uma frente de esquerda para as eleições municipais de Aracaju, com o objetivo de enfrentar o PMDB. Tentamos construir essa frente em torno da candidatura do Dr. Piva, acreditando que seu ambiente na UFS e suas relações na sociedade poderiam atrair outros setores. Também buscamos dialogar com o PDT, que, na época, era composto majoritariamente por militares, baseados nas experiências do movimento estudantil. Apesar das extensas discussões, a frente não se concretizou. Participei de todas as reuniões, mas os interesses individuais acabaram sendo maiores do que os interesses coletivos³³¹.

Sem possibilidade de formar novas frentes, o PL lançou a candidatura do deputado Nelson Araújo, o PDT escolheu o professor Carlos Ayres de Freitas Britto³³², enquanto o PT apostou na candidatura do advogado Marcelo Déda Chagas e para vice Luiz Alberto dos Santos³³³. No seu plano de governo para as eleições de 1985, Déda Chagas defendia a participação popular na administração municipal, melhoria na saúde preventiva, transporte coletivo e na alfabetização de adultos (sobretudo inspirado no ideário de Paulo Freire).

³²⁹ DANTAS, Ibarê, *Op. Cit.*, 2023, p. 43.

³³⁰ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 25 de julho de 1985, p. 2.

³³¹ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor. Nestor Piva foi um renomado patologista, gestor acadêmico e professor em Sergipe. Nasceu em Salvador/BA, em 13 de junho de 1930. Estudou no Colégio do Professor Eufrates, no Ginásio da Bahia, e se graduou no curso de medicina, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (1948). Casou-se com Bernadete Rabello, com quem teve quadro filhos. Formou-se em 1954, e posteriormente, atuou pela Faculdade de Medicina da Paraíba e também assumiu o serviço de patologia do Hospital de Cirurgia em Sergipe. Lecionou na Faculdade de Medicina de Sergipe, atuou como professor adjunto da Universidade de Brasília e foi chefe do departamento de Patologia. Ocupou alguns cargos públicos, como diretor do Hospital Universitário, secretário estadual da educação e vice-reitor da UFS. Dr. Piva, faleceu em 21 de outubro de 2004, vítima de câncer pulmonar.

³³² O candidato dos pedetista nessas eleições de 1985 teve sua candidatura impugnada. Ver também: DANTAS, Ibarê, Marcelo Déda na construção da democracia. Aracaju: Criação Editora, 2023.

³³³ Em relação ao número de filiados sergipanos em cada partido no início de 1985: O PMDB possuía 4.419, o PDS com 1.907, o PFL com 604, o PT com 572, o PDT com 550 e o PTB com 18 filiados. Ver: Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informações. Dossiê: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_86008456_d0001de0001.pdf.

A proposta do PT viabiliza concretamente a participação do povo na administração municipal, enquanto a dos demais partidos não passam de meras saídas burocráticas distanciadas da realidade do município.

Para a questão do transporte coletivo, uma das mais polêmicas e que sempre provocou insatisfação na população, o Partido dos Trabalhadores tem uma proposta concreta e que será viabilizada com a vitória de Marcelo Déda. Trata-se do rompimento do monopólio das “duas irmãs” Fátima e Progresso e a criação de Transporte Coletivos (EMTC) e abertura de concorrência para que outras possam fazer uso das linhas, atendendo melhor a população para solucionar o problema.

No campo da saúde, o Partido dos Trabalhadores, garante Marcelo Déda, priorizara a medicina preventiva e criará um programa de combate à mortalidade infantil, através de um plano de alimentação à gestante e à criança. O PT entende que até agora quase nada foi feito na área de saúde em Aracaju, pois os prefeitos nunca demonstraram interesses em trabalhar com seriedade.

Já em relação à educação, o candidato do PT é o único a enfrentar com coragem e decisão o drama do analfabetismo propondo um plano de alfabetização de adultos com base no método do professor Paulo Freire. Mas, as diferenças entre as propostas do PT e as dos demais partidos são muitas, principalmente quando vemos que temos realmente um plano de governo sério e consequente e que será colocado em prática logo no primeiro dia após a posse³³⁴.

Em 14 de setembro de 1985, Lula participou de uma manifestação no bairro Siqueira Campos. No ato, em entrevista à imprensa sergipana, o presidente nacional do partido pediu que a população apoiasse a candidatura de Marcelo Déda e Luiz Alberto, enfatizando o compromisso dos petistas na defesa de que ambos eram “os melhores e mais sérios”³³⁵. Durante o ato, apoiadores de Jackson Barreto, tentaram atrapalhar os discursos de Lula e Déda, com carros de som de alta potência nas redondezas do evento, mas rapidamente foram interferidos e tiveram que se retirar do local³³⁶. Eles também fizeram uma caminhada pelo bairro, no encontro foram feitos alguns registros da caminhada.

³³⁴ Gazeta de Sergipe. Aracaju/SE, 26 de setembro de 1985, p. 4. E Jornal da Cidade, Aracaju/SE, 26 de setembro de 1985.

³³⁵ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 16 de setembro de 1985, p.1. E Jornal da Cidade, Aracaju/SE, 15 e 16 de setembro de 1985.

³³⁶ Jornal da Cidade, Aracaju/SE, 15 e 16 de setembro de 1985.

Figura 26- Caminhada de Lula e Déda com crianças e correligionários pelo Siqueira Campos.



Fonte: BR SE IMD CJA.

A campanha para as eleições de novembro deu-se, concomitantemente, sob o predomínio da Aliança Democrática e da Frente Democrática, em termos de recursos e personalidades políticas. Os demais partidos, com poucos recursos disponíveis, apostaram nas manifestações de rua e nos debates promovidos pela televisão. Os petistas aproveitaram os momentos dos debates para promover o partido no estado, sem dúvidas, em virtude de sua oratória, Déda apresentava-se como uma revelação naquele momento eleitoral.

De certo modo, os petistas apostaram em uma campanha de forma mais discreta, adotando, estrategicamente, uma proposta dentro de um projeto nacional³³⁷. Os petistas, em sua campanha, tinham apenas a posse de um automóvel Passat, com som e cerca de cinco mil cartazes. É importante salientar que o cenário político sergipano era, ainda, de mobilizações, os petistas passaram a promover discursos mobilizadores, sobretudo para as categorias insatisfeitas (funcionários públicos da UFS, professores, bancários e motoristas de ônibus que estavam em greve). A inflação atingia a marca de 235,1%, enquanto o governo de João Alves promovia reajuste de 100% ao funcionalismo³³⁸. Em

³³⁷ DANTAS, *Op. Cit.*, 2023, p. 44.

³³⁸ *Ibid*, p. 45-46.

virtude do cenário e das movimentações desenvolvidas na capital, o eleitorado dos petistas crescia. Ao final da campanha, Déda enfatizou em uma passeata de encerramento, realizada no centro de Aracaju, que aquela manifestação era um ato de conscientização popular³³⁹. As eleições municipais ocorreram em 15 de novembro de 1985, elegendo Jackson Barreto.

QUADRO XIII

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA PREFEITURA DE ARACAJU- 1985

CANDIDATO	VOTAÇÃO	PORCENTUAL
Gilton Garcia	15.171	11,77%
Jackson Barreto	85.964	66,06%
Marcelo Déda	19.898	15,43%
Nelson Araújo	1.658	1,29%

Fonte: TRE-SE³⁴⁰.

A Aliança Democrática (PFL / PMDB) obteve maior votação em todas as urnas (ao todo foram 437 urnas), consagrando o candidato Jackson Barreto (PMDB) como eleito. Em segundo lugar ficou Marcelo Déda (PT), superando nas urnas a Frente Democrática (PDS / PTB), do ex-deputado Gilton Garcia. Em uma campanha independente, o petista Marcelo Déda consagrava-se como uma personalidade emergente no cenário político sergipano.

Nos anos seguintes, o partido continuou a crescer no estado, com novos diretórios municipais e a ampliação de sua base. Esse “inchaço do PT”, às vezes, sofreu críticas severas, descrito como “absolutamente ilusório e portanto, frágil para conduzir o partido dentro de seus objetivos programáticos”³⁴¹. Em 1986, durante o governo de Sarney, ocorreram eleições para os cargos de governadores, deputados e senadores, e o Partido dos Trabalhadores (PT) lançou o nome de Tânia Elias Magno da Silva (professora universitária, militante do PT, atuante principalmente na luta pelos trabalhadores rurais Sem Terra), como candidata a governador pelo PT/SE. Para vice foi escolhido Antônio

³³⁹ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 13 de novembro de 1985, p. 1.

³⁴⁰ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE. Aracaju: TRE-SE, 2024. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 20/09/ 2024.

³⁴¹ GOIS, A. Reflexões, o PT em campanha. Carta a Luiz Inácio Lula da Silva. 18 de abril de 1989.

Bernardo Silva Lima (militante atuante na área dos movimentos sociais) e o senador Luiz Alberto (professor e militante)³⁴². Abaixo a imagem do panfleto da candidata petista.

Figura 27- Panfleto de Tânia Magno e seu vice Antônio Bernardo na campanha ao governo de Sergipe de 1986.



Fonte: Acervo Sérgio Buarque de Holanda.

O então governador do estado João Alves Filho (PFL) apoiou Antônio Carlos Valadares para governador, juntamente com a composição da coligação (PFL / PL / PSB / PCB e PCdoB). Dessa maneira, nota-se que houve um rompimento na Aliança Democrática, formada no pleito de 1985, uma vez que o PMDB rompeu com o PFL. O PMDB nessas eleições de 1986, juntamente com o apoio dos Francos, apoiou José Carlos Mesquita Teixeira, formando a frente Peemedebista com a coligação entre PMDB / PDT / PTB e PDS.

Nos cargos de deputado federal os petistas lançaram Ismael Silva Santos (engenheiro), Rômulo Rodrigues (sindicalista e petroquímico), Jovino Pinto (metalúrgico), José Antônio dos Santos (trabalhador rural) e Nilson Nascimento

³⁴² Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 14 de abril de 1986. p. 1.

(professor). Para deputado estadual pelo PT concorreram ainda, Marcelo Déda (advogado), Neilza Oliveira (Professora), Antônio Gois (economista e bancário), José Pereira Neto (professor), Virginia Lúcia da Fonseca Menezes (atriz), Marcelo da Silva Ribeiro (médico), Ademir Aragão (advogado), Rubens Bispo dos Santos (trabalhador rural e líder sindical), Enoque Vieira Aragão (geólogo), Alberto de Castro Vieira (sindicalista). E para concorrer a cadeira no senado Luiz Alberto dos Santos (professor)³⁴³.

Na mídia os discursos do grupo político para as eleições de 1986 eram bastante otimistas. O presidente do PT em Sergipe, Francisco Santos, relatava que “a campanha crescente nos leva a reforçar nossa posição de confiança na vitória da campanha Tânia Magno, e não como uma zebra como teimam em afirmar nossos adversários”³⁴⁴. O candidato Rômulo Rodrigues, também reforçava que “a campanha de mãos dadas desenvolvida pelo PT e o equilíbrio demonstrado por todos os candidatos nos programas do rádio e da televisão, são credenciais que levarão o PT a grandes conquistas, uma delas, em novembro, nas urnas”³⁴⁵. Nesta campanha duas questões internas marcaram as estratégias do partido, o enfoque na educação política e a rejeição com coligações partidárias que apresentassem alianças distintas do ideário petista³⁴⁶. Antônio Carlos Valadares foi eleito com 48,24% dos votos, assim a Aliança Democrática se apresentava mais uma vez na predominância do cenário político local.

QUADRO XIV

RESULTADO PARA CARGO DE GOVERNADOR- 1986

CANDIDATOS	VOTAÇÃO	PORCENTUAL
Antônio Carlos Valadares	292.339	48,24%
José Carlos Mesquita Teixeira	240.021	39,60%
Tânia Elias Magno da Silva	18.997	3,13%

Fonte: TRE-SE.

³⁴³ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 14 de julho de 1986, p. 1.

³⁴⁴ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 25 de outubro de 1986. p. 5.

³⁴⁵ *Ibid.*

³⁴⁶ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 12 de junho de 1986, p. 1.

Apesar da candidata petista Tânia Magno, receber votos em todos os municípios, recebeu apenas 3,13%, e José Carlos Teixeira, obteve 39,60% dos votos³⁴⁷. Enquanto o PMDB apresentava-se no cenário político nacional como hegemonia, elegendo 22 dos 23 novos governadores estaduais, aqui destoava, elegendo Antônio Carlos Valadares (PFL), com 48,24%, de um partido atrelado a elite política tradicional, observando-se assim, que Sergipe não acompanhava o movimento de renovação política nacional.

QUADRO XV

DEPUTADO ESTADUAL ELEITOS- 1986

NOME	VOTAÇÃO
Marcelo Déda Chagas (PT)	32.044
Francisco Teles de Mendonça (PDS)	15.284
Djalma Teixeira Lobo (PFL)	14.778
Jerônimo de Oliveira Reis (PFL)	12.231
Nicodemus Correia Falção (PFL)	11.823
José Carlos Machado (PFL)	9.555
Luciano Andrade Prado (PFL)	9.433
Carlos Alberto de Oliveira (PFL)	9.403
Francisco Modesto dos Passos (PFL)	8.982
Reinaldo Moura Ferreira (PFL)	8.578
Nivaldo Silva Carvalho (PFL)	8.516
Guido Azevedo (PFL)	7.727
Rozendo Ribeiro Filho (PMDB)	7.602
Luiz Antônio Mittidieri (PMDB)	7.534
Hildebrando Dias da Costa (PFL)	7.167
Djenal Tavares de Queiroz (PDS)	6.736
Eliziário Silveira Sobral (PMDB)	6.048
Laonete Gama da Silva (PMDB)	5.807
Antônio Arimatéa Rosa (PMDB)	5.635
Abel Jacó dos Santos (PMDB)	5.399
Aroaldo Alves de Santana (PDS)	5.301

³⁴⁷ Conforme dados do TRE-SE: votos brancos (5,63%) e nulos (3,39%). TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE. Aracaju: TRE-SE, 2024. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 20/09/2024.

Dilson Cavalcante Batista (PMDB)	5.227
Joaldo Vieira Barbosa (PDS)	4.537
Marcelo da Silva Ribeiro (PT)	1.291

Fonte: TRE-SE³⁴⁸.

O triunfo nessa eleição para os petistas veio a cargo de nível estadual, elegendo dois deputados estaduais Marcelo Déda e Marcelo da Silva Ribeiro. O advogado Déda, recebeu uma votação histórica de 32.044 votos, que elevou a legenda do PT no estado, permitindo que Marcelo Ribeiro, que recebeu apenas 1.291 votos, fosse eleito³⁴⁹. A coligação peemedebista e a Aliança Democrática elegeram 11 deputados cada para a Assembleia Legislativa, enquanto os demais partidos políticos (PSB, PCB, PCdoB e PDT), não conquistaram nenhuma cadeira.

Figura 28- Grupo petista, 1986.



Fonte: Autor desconhecido.

Em carta escrita por Antônio Gois ao presidente nacional do PT, o petista relatou sua preocupação com o crescimento do partido, especialmente após as eleições de 1985. Após essas eleições o PT passou a “fazer concessões com vistas à cooptação da classe média”³⁵⁰, na tentativa de ser “mais palatável”³⁵¹, com os setores da burguesia. Em síntese, era um alerta, uma vez que, a estratégia adotada pelos petistas poderia “abreviar

³⁴⁸ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE. Aracaju: TRE-SE, 2024. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 20/09/ 2024.

³⁴⁹ RIBEIRO, Marcelo da Silva. PT saudações: (Um depoimento para petistas e não petistas). Aracaju: Sercore, 2003, p. 22.

³⁵⁰ GOIS, A. *Op. Cit.*, 1989.

³⁵¹ *Ibid.*

o caminho para obtenção de cargas no executivo”³⁵², em contrapartida, o partido não teria “uma base de sustentação, notadamente a política, que permitiria colocar em prática a nossa atual proposta de transformação da sociedade”³⁵³.

Após as campanhas de 1985 e 1986, passou a haver dentro do partido discordâncias entre os correligionários do grupo petista. Como demonstrado no quadro 15, o PDS e o PMDB elegeram 11 deputados cada, e o PT 2, ficando assim como fator decisivo da oposição, os petistas. Nessas condições, com a oportunidade de um membro petista compor a mesa diretora, os conflitos internos aumentaram. Quando essa questão foi discutida alguns membros mostraram-se contra, alegando que a “participação em comissões legislativas e até em mesas diretoras sem a reflexão e crítica e denúncias dos procedimentos, mas apenas homologando-a”³⁵⁴ distanciava-se do programa do PT, apesar disso, foi aprovado pela maioria a participação, sob algumas exigências:

1. Participação do PT na constituição da Mesa Diretora da AL, cabendo-lhe a indicação do deputado que irá ocupar a Primeira-Secretaria;
2. Transmissão, ao vivo, através de uma emissora de rádio contratada pela Assembleia, dos trabalhos parlamentares;
3. Alteração do Regimento Interno da Casa, para possibilitar ao Partido dos Trabalhadores participação nas Comissões de Finanças e Constituição e Justiça;
4. Uma composição heterogênea da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, com a participação de todos os partidos que nela terão representação³⁵⁵.

Marcelo Ribeiro, chegou a assumir a 1º Secretaria, mas pouco meses depois renunciou após o não cumprimento das 4 exigências³⁵⁶. Para além da participação na mesa diretora, outra questão que causou controvérsia foi o uso do carro preto pelos membros da mesa diretora, que foi visto como “uso indiscriminado de carros oficiais”³⁵⁷. O uso do opala a álcool, também não foi bem visto pela imprensa, a respeito disso, foi decidido que o carro preto ficaria disponível para a União da Juventude Socialista. A situação ficou ainda pior quando Marcelo Déda, solicitou a instauração de uma CPI, após a notícia de uma possível intervenção no Banese, o que de certa forma, colocou em xeque a credibilidade e a situação financeira do Banco em questão. Dentro do PT, seus correligionários diziam que “a denúncia de fatos e atos sem a prévia comprovação (estudo

³⁵² *Ibid.*

³⁵³ *Ibid.*

³⁵⁴ *Ibid.*

³⁵⁵ RIBEIRO, Marcelo, *Op. Cit.*, p. 26.

³⁵⁶ *Ibid.*

³⁵⁷ GOIS, A, *Op. Cit.*, 1989.

e discussão dentro do partido), como aconteceu, por exemplo, em Sergipe, com a questão do Banese”³⁵⁸ só fragilizava o PT-Sergipe. Ainda para alguns membros “os parlamentares petistas incorporou a si as maneiras e costumes da decadente classe política brasileira”³⁵⁹.

Em 1987 os petistas reuniram-se em um encontro estadual para renovação da Direção Regional. No encontro compareceram representantes e lideranças da capital e do interior. No referido, foi analisada a conjuntura local e nacional e eleita a direção regional. Foi eleito pelos presentes no encontro Luiz Alberto dos Santos para dirigir o partido no estado. Além disso, no plano interno foram criadas e reforçadas as seguintes secretarias: Tania Magno (Sec. Agrária), José Eduardo Barros Dutra (Sec. Sindical), Augusto Sá (Sec. de Formação Política), Neilza Barreto (Sec. de Organização), Ismael Santos (Sec. Financeira), e José Costa (Sec. de Imprensa e Propaganda)³⁶⁰.

4.2 V Encontro Nacional: a bancada petista na Constituição

Entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987, ocorreu em Brasília o V Encontro Nacional do PT. Esse encontro, contou com a participação de 82 militantes do partido, com representantes de vários estados, Marcelo Déda representou Sergipe³⁶¹. Ao longo desse evento, o Partido dos Trabalhadores (PT) aprovou as resoluções que orientam a posição da bancada petista na Assembleia Constituinte e lançou a candidatura de Lula à presidência. Vale lembrar que a principal corrente dentro do PT, a Articulação, tinha menos delegados na Comissão Executiva Nacional, conseqüentemente perdeu força para a ala da esquerda, que conseguia influenciar nos debates. Para Lincoln Secco,

O V Encontro afirmou pela primeira vez de forma oficial como estratégia para o socialismo a constituição dos trabalhadores em "classe hegemônica e dominante no poder de Estado", atacando a distinção entre partido de massas e de quadros e associando construção do poder nas lutas cotidianas com o momento estratégico da tomada do poder político, fato depois reafirmado pelo VII Encontro³⁶².

³⁵⁸ *Ibid.*

³⁵⁹ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

³⁶⁰ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 04 de novembro de 1987, p. 1.

³⁶¹ Composição do Diretório Nacional. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN-DP_1987_0006-0008.pdf. Acesso em: 26/08/2024.

³⁶² SECCO, Lincoln, *Op. Cit.*, 2011, p. 122.

Diferentemente dos encontros anteriores realizados pelo PT, que tinha a questão do socialismo como um dos pontos principais, o foco deste foi organizativo. Nesse encontro foi reforçada a centralização partidária, isto é, as tendências internas do partido não teriam objetivos estratégicos próprios³⁶³. Nesse período, o PT era visto como uma frente parlamentar de esquerda, ou melhor, como um partido tático e transitório. Em suma, a “Articulação”, dentro do partido apresentava-se como tendência, mas na prática era quem ditava as políticas majoritárias do partido. Para A. Gois,

O PT já estava perdendo o controle de sua base. Seu crescimento ocorria de forma superficial, sem uma base sólida de sustentação. Os núcleos já começavam a se desestruturar, e as pré-convenções estavam enfraquecendo. Tudo isso aconteceu em uma conjuntura marcada, nacionalmente, pela formação, principalmente, da tendência à articulação³⁶⁴.

Na medida em que o partido se mesclava entre um pragmatismo nas lutas concretas e uma definição socialista, em parte de forma vaga ele se afastava do seu projeto inicial³⁶⁵. Os parlamentares petistas “esqueceram as propostas e diretrizes do partido para o legislativo”³⁶⁶, adotando práticas da “classe decadente da política brasileira”³⁶⁷. Ao que parece, Antônio Gois, crítica a postura de alguns parlamentaristas petistas, como Déda. As ações como aceitação da mesa diretora e o uso do carro oficial para uso pessoal parecia não serem bem vistas por alguns dos petistas. Apesar disso, o partido não impediu a entrada de grupos que praticavam o “entrismo”. O entrismo é uma prática utilizada por membros de uma organização, que se infiltra em outra, visando influenciar seguindo sua agenda política.

Apesar das divergências existentes a nível estadual, os petistas sergipanos empenharam-se na luta pelos direitos das classes subalternas e em torno da Constituinte. Houve mobilizações, através de ações conjuntas, e na defesa da participação popular direta no texto constitucional. Dessa maneira, ocorreram ações coletivas promovidas pelos petistas em torno da Constituinte, como algumas divergências ocorriam em outros estados representados pela ala mais radical e a outra mais aberta às concessões, Déda,

³⁶³ Em Tempo: Periódico Nacional - Ano XI - n° 229. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_EM_TEMPO_1988_0229.pdf. Acesso em: 11/29/2024.

³⁶⁴ Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

³⁶⁵ Resoluções políticas. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN-DP_1987_0006-0007.pdf. Acesso em: 28/08/2024. Ver também: SECCO, Lincoln. História do PT, 1978-2010. Ateliê editorial, 2011.

³⁶⁶ GOIS, A, *Op. Cit.*, 1989.

³⁶⁷ *Ibid.*

uma das principais lideranças do PT no estado, em entrevista ao jornal Gazeta de Sergipe, enfatiza que:

Eu estarei em cada bairro, em cada cidade ou povoado, em ação conjunta com a liderança do Partido dos Trabalhadores, discutindo com o povo a Constituinte e mobilizando a classe trabalhadora no sentido de intervir na redação da Constituinte. Mobilizar a classe para estar (sic) apresentar em mobilizações, em passeatas, em pressão aos deputados para que os itens de interesse do povo brasileiro sejam apresentados no texto constitucional Fazer com que esta Constituição somente vigore após um plebiscito popular. descentralizar o poder e criar formas alternativas de participação popular³⁶⁸.

A bancada constituinte do PT foi composta majoritariamente por sindicalistas. O PT elegeu dezesseis deputados para representação da classe trabalhadora na Constituinte. Sob a liderança de Lula (como deputado federal mais votado no pleito de 1986), e seu grupo político, formado por: Benedita Souza da Silva Santos, Vladimir Gracindo Soares Palmeira (RJ), Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, Florestan Fernandes, José Genoíno Neto, Luís Gushiken, Gumercindo de Souza Milhomem, Irma Rosseto Passoni, Plínio Soares de Arruda Sampaio (SP), João Paulo Pires de Vasconcelos, Paulo Gabriel Godinho Delgado, Virgílio Guimarães de Paula (MG), Olívio de Oliveira Dutra, Paulo Renato Paim (RS) e Vitor Buaiz (ES). Em relação aos diretórios regionais, SP, PR, MG, MT e SE, os filiados posicionaram-se com o voto “não” ao texto final da Constituinte, em protesto, mas eram favoráveis à assinatura. Enquanto os diretórios do RJ, AC e RS eram contra o voto “sim” ao texto e a sua assinatura³⁶⁹. Apesar das divergências nos diretórios regionais “a posição majoritária na bancada de deputados federais era pela a assinatura diante da nova Constituição”³⁷⁰. Sobre o posicionamento dos petistas sergipanos: O PT votou contra o texto final da constituinte, mas assinou,

O PT/SE entende com pontos primários para que isso aconteça a revogação de todas as leis autoritárias e inibidoras do processo de participação popular. Os pontos relevantes da inibição popular estão nas leis de Segurança Nacional e todas as suas salvaguardas constitucionais, e todas as leis repressivas; Falcão e garantia de igualdade de condições de propaganda e de acesso aos meios de comunicação; voto distrital e obrigatoriedade de domicílio eleitoral para os candidatos e defende participação de todas as entidades partidárias que tenham, pelo menos, o registro provisório, sem discriminação ideológica. Para a Constituinte vir a conquistar uma ação política realmente democrática se faz necessário a participação popular. O PT deseja também que a Constituinte venha a funcionar ao mesmo tempo que o Congresso nacional, preservando-se,

³⁶⁸ *Apud* Depoimento do petista Marcelo Déda. In: Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 20 de novembro de 1986, p. 5.

³⁶⁹ Em Tempo: Periódico Nacional - Ano XII - n° 230. Disponível: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_EM_TEMPO_1988_0230.pdf. Acesso em: 11/09/2024.

³⁷⁰ *Ibid.*

contudo, a liberdade de ambos. O direito ao voto de todos os brasileiros maiores é essencial para garantir a expressão da posição nacional e o caráter democrático e participativo do povo³⁷¹.

Os petistas sergipanos seguiram a orientação da direção nacional do partido. O PT votou contra o texto final da Constituinte, mas assinou³⁷². Os petistas defendiam transformações e mudanças estruturais mais profundas, sobretudo para a classe trabalhadora, direitos estes presentes parcialmente no texto da Constituição. Dessa maneira, algumas demandas como reforma agrária, fim das leis arbitrárias e a garantia de participação popular entraram no texto de forma incipiente, concomitantemente, contra as ideias defendidas pelos petistas em seu Manifesto de fundação³⁷³. Para Margaret Kech,

O PT levou extremamente a sério o processo de elaboração da Constituição. Foi o único partido que formulou um projeto constitucional completo, baseado em discussões de uma proposta de projeto redigida, a pedido da Executiva Nacional, pelo jurista Fábio Konder Comparato. O partido foi um elemento importante na coalizão que abriu o processo de elaboração da constituição às iniciativas populares, através de uma alteração das regras internas da Assembleia Constituinte que possibilitava as emendas populares. Isso provocou um processo de mobilização popular, acabando por gerar 122 emendas com um total de 12.265.854 assinaturas, da qual participou uma ampla gama de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações da sociedade civil³⁷⁴.

Apesar dos avanços no texto da Constituinte no que tange aos direitos sociais, algumas questões ficaram de fora, como a reforma agrária. A respeito dessa questão, o texto não continha nenhum artigo falando de redistribuição de terra. Segundo Thomas Skidmore (1998) “a mensagem conservadora era clara: garantias de direitos humanos eram inofensivas, mas ameaças aos direitos de terra eram outro assunto”³⁷⁵, assim, observa-se que apesar da inclusão de garantias de direitos humanos, a pressão política conservadora não permitiu artigos sobre a redistribuição de terras. Nessas condições, o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães aprovou o texto final da Constituição.

Como mencionado anteriormente, apesar da contrariedade parcial, os petistas assinaram o texto constitucional, que foi promulgado em 5 de outubro de 1988³⁷⁶, estando

³⁷¹ Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 31 de dezembro de 1985, p. 4.

³⁷² Em 22 de setembro de 1988 o texto final da Carta Magna foi para votação no Congresso Constituinte. O texto recebeu 474 votos sim, 15 votos não, e 6 abstenções. O petista João Paulo Pires Vasconcelos (MG) contrariou a orientação da direção nacional do partido e votou sim ao texto da Constituição. Em Tempo: Periódico Nacional - Ano XII - nº 230.

³⁷³ Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, *Op. Cit.*, 1980.

³⁷⁴ KECK, Margaret E, *Op. Cit.*

³⁷⁵ SKIDMORE, Thomas E, *Op. Cit.*, 1989, p. 270.

³⁷⁶ Em Tempo: Periódico Nacional - Ano XII - nº 230, *Op. Cit.*

em vigor até os dias atuais. Embora não contemplasse as ideias petistas e a maioria das propostas terem sido rejeitadas, a Constituição representava um avanço importante em termos democráticos. Além disso, assinar posicionaria o PT no jogo do sistema democrático, emergindo como um dos principais partidos políticos de esquerda na atuação da democratização e na luta pelos direitos sociais. Desse modo, mesmo quando inicialmente, o PT adotou a tática de “deslegitimar o projeto de Constituição”, foi na tentativa de conseguir ampliar os direitos da classe trabalhadora³⁷⁷. O partido diante desse cenário, “lutaria pela manutenção e pela ampliação das pequenas conquistas”³⁷⁸, afinal o PT entendia que o campo jurídico constitucional era um terreno de luta de classes³⁷⁹.

4.3 Contribuições dos ex-militantes do PCB no surgimento e consolidação do PT: uma jornada de transformações políticas

As ações repressivas durante a ditadura contra grupos opositores, marcaram organizações de esquerda, particularmente o PCB, que ao longo do regime sofreu constantemente as consequências das operações de segurança, ocorridas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Sergipe e outros estados. Ações essas que tiveram como características marcantes intensas perseguições, prisões e torturas de seus militantes, simpatizantes e até inocentes. Como alternativa, o caminho foi buscar refúgio em partidos ou organizações políticas legais. Tais experiências adquiridas durante o período de clandestinidade possibilitaram uma compreensão pragmática de organização e resistência.

Em Sergipe, como em diversos outros estados, o surgimento do PT possui uma grande contribuição dos ex-integrantes do PCB. Como já discutido, as práticas repressivas durante a ditadura desarticularam organizações das esquerdas, como foi o caso da Operação Cajueiro de 1976, que se apresentou como um divisor de águas para o cenário político sergipano, possibilitando uma nova reconfiguração das esquerdas, especialmente, com a completa dispersão do PCB. No final da década de 1970, com a

³⁷⁷ Em Tempo: Periódico Nacional - Ano XI - n° 228. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_EM_TEMPO_1988_0228.pdf. Acesso em: 10/09/2024.

³⁷⁸ *Ibid.*

³⁷⁹ Em 1988, em meio às eleições municipais, o cenário político mudou para o PT. Inesperadamente, os petistas conseguiram eleger prefeitos em 36 municípios. Ver também: SECCO, Lincoln. História do PT, 1978-2010. Ateliê editorial, 2011.

possibilidade de reorganização em outras forças políticas, os ex-pecebistas passaram a ingressar em outras agremiações políticas, como ocorreu no caso do PT.

O egresso de ex-militantes do PCB, na formação inicial do PT-SE, foi de suma importância, seja através de sua vasta experiência organizacional, pela sua visão crítica ao sistema capitalista, a familiaridade com a repressão ou pelo comprometimento com as lutas sociais. A visão organizacional deles somado aos demais movimentos sociais, como os movimentos estudantis, que fundaram os núcleos iniciais do PT no estado contribuíram para a construção do alicerce e base prática do partido. Ao mesmo tempo, tais contribuições trouxeram especializações ideológicas. O PCB, durante seu período de clandestinidade operou, em certa medida, de forma mais centralizada. Nessas condições, existiam divergências a respeito da forma de conduzir o PT, aparentemente, em virtude da prática pecebista do entrismo no partido, significando a penetração ativa de alguns dos seus quadros no PT, causando em alguns petistas o temor de que esses membros impusessem uma visão autoritária e radical, fugindo assim da proposta de base popular.

Essa transição de partido, PCB para PT, não pode ser compreendida como uma mudança de espaço político, mas uma adaptação de ideologia, que em partes, contribuiu para a formação da identidade do PT. A prática do entrismo, usada pelos ex-militantes do PCB, tática usada já antes da fundação do PT, geraram debates internos a respeito dos caminhos que o partido deveria seguir. Ao que as fontes indicam, enquanto a presença centralizadora dos ex-pecebista, era vista como uma oportunidade de criar uma base sólida para o partido, outros militantes temiam que a influência dos ex-comunistas dentro do partido levasse a uma postura mais radical.

O processo de transição de partido e a estratégia política adotadas entre os ex-integrantes do PCB pode ser interpretada de diferentes formas. Dessa maneira, seria muita pretensão generalizar e adotar uma resposta para todos os casos. Não há uma única resposta, uma vez que, tais táticas e razões diferenciam de militante para militante. Apesar disso, duas interpretações podem ser levantadas: prática do entrismo e/ou abrigo político.

Essa tática do entrismo já ocorria a tempo e com outros partidos, neste caso, com o PCB na ilegalidade alguns militantes viram no PT a oportunidade de atuação com suas ideias marxistas e revolucionárias. Em muitas situações, eles buscavam se infiltrar no partido para defender suas concepções políticas e ideológicas. Isso ocorreu, principalmente, durante sua fase de clandestinidade, onde os comunistas infiltraram-se em organizações e movimentos sociais legais. Por outro lado, muitos militantes

utilizaram-se de abrigo político legal na tentativa de driblar a repressão da ditadura. O PT surgia no cenário como uma força política de esquerda, defensor das classes subalternas. A ausência de um espaço institucional e seguro para dar continuidade às atividades tornaram o PT uma alternativa. Desse modo, muitos ex-integrantes do PCB viram o PT como um abrigo político e se agruparam neste partido em uma nova reconfiguração.

A contribuição dos ex-militantes comunistas também é notada na mobilização popular do estado, principalmente, de movimentos sindicais, trabalhadores rurais, estudantes e outras camadas populares. Assim, a presença desses militantes foi essencial para construção e consolidação do PT, que se tornou uma referência para as classes subalternas. Um partido que se consolidou através das lutas por direitos sociais e trabalhistas.

Dois dos articuladores do núcleo estadual foram destaques, Marcelo Bomfim Rocha e Antônio José Gois. Ambos militantes, foram presos e torturados durante a Operação Cajueiro. Na grande maioria das entrevistas realizadas com fundadores, jornalistas e membros do partido foi apontada a importância dessas participações para organização e fundação do partido. No entanto, é importante ressaltar que outros presos desta Operação também ingressaram no PT, como é o caso de Milton Coelho. Em depoimento Marcelo Bomfim, relatou:

Não se pode mencionar os nomes dos fundadores do PT sem citar Goisinho, que era bancário e uma liderança sindical. Ele foi preso comigo, na época em que eu era do PCB, durante a Operação Cajueiro. Considero que ele foi uma das figuras mais importantes para o partido, pois trouxe a ideia de construção do PT, já que era dirigente sindical. Outro nome relevante é o de Olívio Dutra, que recentemente perdeu a eleição para senador, sendo derrotado por um político alinhado com Bolsonaro. Olívio Dutra, que era do sindicato dos bancários do Rio Grande do Sul, veio até aqui para discutir a luta sindical no setor bancário, contribuindo significativamente para o fortalecimento do movimento³⁸⁰.

A partir da Operação Cajueiro (1976) e da reorganização das esquerdas, houve a necessidade de se criar um partido alternativo para enfrentamento da ditadura, o MDB já não era mais a alternativa crítica. O MDB era um instrumento de dispersão das esquerdas, funcionou como abrigo, mas se esgotou nos anos 1970. Para entendimento do surgimento do núcleo estadual do PT no estado é preciso compreender o contexto político da época.

³⁸⁰ Entrevista de Marcelo Bomfim, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 10 de outubro de 2022, Aracaju-SE. O entrevistado forneceu carta de cessão.

A Operação Cajueiro marcou não somente um dos casos mais emblemáticos de repressão durante esse período, mas também abriu novos caminhos para as esquerdas.

No início dos anos de 1970, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era um dos principais partidos de apoio e influência no movimento sindical, assim como em outros movimentos populares. Mesmo na ilegalidade desde 1947 e sofrendo forte repressão e violações do regime de 1964, o partido não deixou de atuar. Nessas condições, tanto no período conhecido como experiência democrática (1946-1964), como durante a ditadura (1964-1985), a ilegalidade do PCB foi uma forma de controle da dissidência política, assim como uma forma de validar as ações repressivas do governo. Desse modo, a partir da desarticulação do “partidão” o cenário político acabou sofrendo algumas alterações.

A partir de 1979, aqueles que eram do PCB passaram a adotar novas estratégias, dividindo-se em várias facções e com novas táticas de luta contra a ditadura. No estado de Sergipe, Antônio José Gois e Marcelio Bomfim, ambos participaram ativamente da formação do partido, sendo indispensável nesse processo de formação. Em entrevista ao autor, A. Gois, relatou,

Eu mesmo era militante do “partidão”, assim como Marcelio e Milton Coelho, e lideramos as articulações dentro do PT para organizar o partido em Sergipe. O “partidão” se desintegrou após as prisões. Algumas pessoas, como Rosalvo Alexandre e outros, permaneceram no MDB. Nós, no entanto, saímos para discutir a criação do PT e seu movimento inicial. Posteriormente, continuamos as discussões com Marcelio e, mais tarde, com Milton, ambos integrantes da direção do “partidão”³⁸¹.

Evidencia-se que aqueles que eram da direção do PCB acabaram migrando para o Partido dos Trabalhadores (PT). Toda sua experiência adquirida no “partidão” e seu modo de organização contribuíram de forma significativa para surgimento e legalização do partido, assim como no desenvolvimento das primeiras eleições no estado. Desse modo, os militantes do PCB que mudaram de partido político eram as peças centrais na formação do núcleo do PT sergipano.

Muito do que o PT é hoje deve-se à militância do Partido Comunista, que trouxe para dentro do partido toda a visão baseada nos ensinamentos de Marx. O Manifesto Comunista era uma leitura obrigatória para nós, além de outros documentos que nos ajudaram a compreender o marxismo e o leninismo. Goisinho e Marcelio destacaram-se como militantes pela formação política e pela visão sólida que tinham — e ainda têm — da sociedade. A contribuição de

³⁸¹ Entrevista com Antônio José Gois cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 05 de abril de 2022, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

ambos é inegável e fundamental. Ideologicamente, sempre foram muito consistentes em suas posições políticas. Sobreviveram à repressão da Operação Cajueiro, mesmo marcados pelas torturas que sofreram³⁸².

Com a ilegalidade do PCB nos anos 1960, muitos militantes de esquerda foram para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No entanto, percebe-se que o MDB, já não conseguia atender as demandas defendidas por aqueles militantes que estavam no partido, sobretudo, em relação à defesa dos direitos dos trabalhadores e minorias sociais. Para Igor Santos (2007), “poucas exceções, como o PCB, o PC do B e o MR-8, tentavam expressar o descontentamento popular com votos no MDB”³⁸³. Compreendendo que a defesa do partido em relação aos trabalhadores era apenas verbal, esse ideal foi também defendido nacionalmente.

Em 1979, Prestes, após voltar do exílio rompeu com o “partidão”, partido este que atuava desde agosto de 1934. Segundo Daniel Aarão Reis (2014), Prestes passou a tecer diversas críticas ao PCB, principalmente acusando-o de abandonar a luta revolucionária e unir-se a setores burgueses³⁸⁴. Sua orientação, para aqueles que lhe apoiavam, era de que entrasse em projetos políticos que defendessem o fim da ditadura e a transformação social. As críticas de Prestes não se restringiram apenas ao PCB, mas também à luta das esquerdas e à própria “Nova República”, pois, mesmo com o fim do regime, permaneciam de forma intacta as estruturas de poderes anteriores. O PCB tinha origem revolucionária, mas foi se burocratizando, seguindo a orientação de Moscou. Com isso, muitos trabalhadores discordaram e desgastaram o PCB, eles perderam, na época, o foco do que é comunismo, apesar da bancada se dizer comunista. O fato é que, a prática política do “partidão” se distanciou da classe operária.

O rompimento de Prestes, marcou o declínio e a perda de relevância do partido nacionalmente, uma vez que se aprofundou as divisões dentro do partido. Na década de 1980, o “partidão” tentava se reorganizar, mas com o crescimento de outras forças políticas, a exemplo do PT, alinhado a isso o esvaziamento do modelo comunista tradicional, tornava-se cada vez mais irrelevante no cenário político. Na tentativa de reanimar o partido, mudou de nome para Partido Popular Socialista (PPS), liderado por Roberto Freire, distanciando-se de suas bases marxistas- leninistas. Contudo, essa nova

³⁸² Entrevista realizada com Milton Alves, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 04/05/2023, Aracaju/SE. O entrevistado forneceu carta de cessão. Grifo do autor.

³⁸³ SANTOS, Igor Gomes. Na contramão do sentido: origens e trajetória do PT de Feira de Santana - Bahia (1979-2000). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. 2007. p. 80.

³⁸⁴ REIS, *Op. Cit.*, 2014

reconfiguração não obteve sucesso, posteriormente, uma pequena ala prosseguiu como PCB, na tentativa de preservar a identidade inicial do “partidão”.

O PT-Sergipe possivelmente teria surgido mesmo sem a participação dos ex-militantes do PCB. No entanto, sua trajetória e processo de consolidação certamente seria diferente sem sua presença. A experiência acumulada desses militantes contribuiu para o processo de consolidação do partido do PT no estado. A expertise e o modelo organizacional desenvolvido ainda durante os anos iniciais possibilitaram um preparo para disputar as eleições e os espaços públicos. Em 1985, Marcelo Bomfim deixou o PT, sobretudo por questões ideológicas e divergências políticas. Anos mais tarde, em 1989 foi a vez de Antônio José Gois, que criticava as alianças e o modo como o partido estava crescendo, sem incorporação das ideias dos primeiros tempos do PT.

Desse modo, seja a partir de suas trajetórias, seja pelas suas experiências, o PT se beneficiou de sua construção enquanto partido de uma base mais sólida. É possível ainda notar que houve a incorporação ideológica desses militantes, pelo menos na formação inicial. Além disso, esses militantes contribuíram para moldar e consolidar questões sociais, trabalhistas e democráticas dentro do partido. Nesse sentido, houve um grande apoio desses militantes na configuração e formação do partido do PT-Sergipe, seja pela trajetória de militância e luta contra a ditadura civil-militar, seja pela experiência adquirida durante sua participação no PCB e posteriormente, aplicada dentro do PT.

Dito isso, a Operação Cajueiro, pode ser compreendida como um sintoma para o surgimento do PT-Sergipe. A dispersão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocorrida a partir da Operação Cajueiro, não só marcou o declínio do “partidão” no estado, como também ocasionou uma transformação no cenário político sergipano, permitindo que outros partidos se beneficiassem com a fragmentação do PCB. Assim, a desarticulação do PCB, alinhado ao isolamento das ações repressivas da ditadura e a possibilidade de adentrar em um espaço seguro e legal levou alguns dos seus ex-militantes ao PT, garantido uma linha de formação política marxista e comunista em atuação no interior deste partido político.

Nesse sentido, no caso de Sergipe, a transição entre os partidos foi uma combinação entre as duas práticas, a busca por abrigo político (prática de entrismo) e/ou a tendência à permanência dos ideais do PCB em relação à União Soviética no interior do PT. Contudo, a contribuição desses ex-militantes comunistas transcende a primeira década do Partido dos Trabalhadores (PT), ecoam até os dias atuais. Talvez sua herança

maior seja a permanência de uma tradição marxista dentro do PT. A incorporação desses militantes possibilitou a formação de um partido com múltiplas vertentes das esquerdas brasileiras, inspirados por ideais socialistas, marxistas e democráticos. Em Sergipe, a memória desses militantes na luta contra a ditadura permanece viva. Da mesma forma, a relevância histórica de suas contribuições na luta com as classes subalternas e pela democracia.

4.4 Legado do movimento Pró-PT na política sergipana: um olhar de suas contribuições duradouras

O Partido dos Trabalhadores (PT) é resultado de uma longa história de mobilização e luta pela emancipação das classes subalternas. Ao decorrer dos 44 anos de atuação, consagrou-se como o maior partido de esquerda da América Latina, com mais de 1,6 milhões de filiados. Inicialmente, após a conquista de algumas prefeituras e do governo estadual, sua atuação centrou-se na implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais. Através de uma gestão participativa, marcada pela consulta da população na tomada de ações implementadas. O surgimento do PT na década de 1980, representou um fôlego para os movimentos populares. Através do trabalho organizativo de base passou-se a realizar encontros em associações de bairro e em sindicatos, mobilizando estudantes, trabalhadores, líderes comunitários e outros grupos sociais. Neste período, 1980-1982, a repressão do período militar contra grupos opositoristas estava bastante presente.

Não há como separar o processo de construção do movimento pró-PT em Sergipe dos demais estados. Apesar das singularidades apresentadas aqui, que o diferencia e o caracterizam como único. O “PT nasceu pequeno como era natural, entretanto, cresceu com uma proposta socialista clara, forjada nas lutas do movimento sindical e popular”³⁸⁵. No primeiro teste eleitoral, em 1982, seus candidatos simbolizavam a luta em defesa da classe trabalhadora e o compromisso no combate às práticas do clientelismo e do coronelismo, ainda com seus ecos presentes nos dias atuais. Apesar do resultado eleitoral transparecer um “partido fraco”, essas eleições foram importantes para apresentar o PT

³⁸⁵ GOIS, A, *Op. Cit.*, 1989.

como uma nova força na política estadual. Ainda durante esse período eram realizados eventos e reuniões que objetivavam por meio do trabalho de base a formação política de novos militantes.

O PT/SE, foi também uma resposta a insatisfação contra a ditadura e os partidos políticos tradicionais existentes no período da ditadura civil-militar. A partir de 1983-1985, os petistas intensificaram a atuação nas áreas rurais do estado. Pela defesa e luta dos direitos trabalhistas no campo promovem articulações nessas regiões, trabalhadores estes historicamente invisibilizados e excluídos da política local. Este trabalho de base e as articulações feitas junto ao movimento sindical e aos religiosos da igreja da cidade de Própria, particularmente, de D. José Brandão de Castro, possibilitaram a criação de uma estrutura de mobilização contra o autoritarismo. Posteriormente, esse movimento serviu de base para a formação política de figuras importantes da política local, seguindo uma progressão de cargos a níveis executivo e legislativo. Um exemplo claro, é o de Marcelo Déda, que se elegeu como deputado estadual, federal e posteriormente governador do estado.

O “Movimento Pró-PT” consagrou-se e marcou a história da política sergipana pela articulação e mobilização de grupos sindicais, estudantis, associações de bairros e outros. Os anos iniciais do PT foram assim, caracterizados em suma por um processo de crescimento gradual e consistente. Esse processo, em partes, foi marcado pela ênfase no trabalho de base, na autonomia política e sobretudo na defesa e organização da classe trabalhadora. Esse período, ainda, foi de suma importância para a caracterização do partido enquanto uma força política capaz de influenciar discussões e mobilizar setores da sociedade sergipana.

Após 1985, com o início da “Nova República”, os petistas passaram a expandir sua atuação. Nesse período consolidou-se suas principais lideranças locais, sobretudo, a partir da figura de Marcelo Déda, que simbolizava o compromisso dos petistas com uma proposta de renovação da política sergipana. O PT se estabeleceu assim, como uma oposição à velha política clientelista e coronelista, principalmente baseada no prestígio de famílias poderosas.

O PT adentra o cenário político local como uma força política na defesa e no fortalecimento da democracia, contribuindo na articulação das lutas sindicais e dos movimentos sociais. A exemplo da cidade de Lagarto, onde os petistas atuaram sob forte

centralidade no sindicato dos trabalhadores, com ênfase na mobilização das áreas rurais. O mesmo ocorreu no baixo São Francisco, na luta pela terra do grupo indígena Xokó. Desse modo, a atuação do PT contra as práticas políticas tradicionais, especialmente do grupo do Franco e dos Alves, contribuiu para o fortalecimento de uma cultura de resistência às práticas do clientelismo e do coronelismo.

Uma das figuras políticas mais notórias que contribuiu expressivamente para a consolidação do PT foi Marcelo Déda, que possui uma trajetória marcante para a história política do estado. Como já discutido anteriormente, Déda teve uma vida de militância (Retirar – e) política contra a ditadura, participando ativamente da formação do partido e da luta pela redemocratização do país. Déda também simboliza, em Sergipe, o processo de transição de um partido de oposição para um partido de governo. O papel de Déda dentro do partido é interessante, tendo em vista que ao mesmo tempo que manteve forte a conexão com as bases populares, negociou com as elites, ao mesmo tempo em que fez concessões expressivas. O falecimento de Déda em 2013, deixou uma lacuna dentro do PT/SE, que ainda nos dias atuais os petistas não encontraram uma liderança que consiga unir os movimentos de bases, como ele fazia.

Durante a primeira gestão de Marcelo Déda (2001-2006) no poder executivo do estado sergipano, o petista estabeleceu o “Orçamento Participativo”. Segundo Déda, “o Orçamento Participativo é a essência do meu governo, é um novo conceito de democracia representativa onde ocorre uma intensa contribuição do povo, que se reúne para discutir as necessidades e deliberar seus caminhos”³⁸⁶. Essa iniciativa permitia a população participar da alocação dos recursos da prefeitura, possibilitando a participação e colaboração de mais de 65 mil aracajuanos³⁸⁷. Apesar disso, é importante destacar que o orçamento participativo não foi criação de Marcelo Déda. Esse modelo de gestão pública foi implantado pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, e posteriormente tornou-se referência nacional, sendo adotado por diversos estados.

Outra ação importante foi o programa “Saúde da Família”, beneficiando áreas periféricas de Aracaju e zonas rurais do estado. Em seus discursos, mesmo em tempos de adversidade política, destacava-se a cultura de resistência às tentativas de implementação

³⁸⁶ Instituto Marcelo Déda. Disponível em: <https://www.institutomarcelodeda.com.br/orcamento-participativo-contou-com-a-colaboracao-de-65-mil-aracajuanos/>. Acesso em: 19/09/2024.

³⁸⁷ Ver: CARREGOSA, Antonio Santana. Participação popular e emancipação social: um estudo sobre o planejamento participativo de Sergipe (pp). 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

de políticas neoliberais. Dessa maneira, as manifestações contra as reformas neoliberais propostas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), permitiram que o PT/SE se consolidasse como principal defensor dos direitos dos trabalhadores.

As crises internas no partido ocasionaram a perda de parcela de sua base eleitoral. Apesar de suas contribuições, o Partido dos Trabalhadores (PT), núcleo de Sergipe, enfrentou crises intensas que fragilizaram a sua atuação. Ao decorrer dos anos, os petistas passaram a adotar estratégias e fazer alianças que, em partes, fugiram dos seus princípios iniciais e geraram graves crises internas. Junto à chegada ao poder, veio a necessidade de composição com outros partidos, às vezes, com ideologias diferentes. Muitas vezes vista como “incoerência com o seu programa, ao fazer-se aliança com setores da burguesia, além das constantes concessões e adesões”³⁸⁸. Essas alianças na maioria das vezes foram vistas de forma pragmática e geraram divisões internas, causando o enfraquecimento de sua base. Percebe-se que o partido “cresceu fora de suas bases reais de apoio e não incorporou esse crescimento”³⁸⁹.

Os escândalos de corrupção denunciados pela mídia diariamente, especialmente, o “Mensalão” (2005), maior esquema de corrupção dentro do PT³⁹⁰ e a “Lava Jato” (2014), esquema de lavagem de dinheiro, envolvendo a Petrobras³⁹¹. Esse foi o maior esquema de investigação de corrupção do país, em que os escândalos intensificaram a crise de imagem do PT. Na sua tentativa de reestruturação foram feitas alianças políticas que, por vezes, foram alvo de críticas. Contudo, o PT é uma agremiação que continua relevante no estado de Sergipe, como também no plano nacional, e um reflexo dessa relevância são os resultados das eleições de 2022, apesar do antipetismo, mostrou-se uma agremiação que incomoda qualquer disputa eleitoral. Durante seus anos iniciais, 1980-1987, os petistas não apenas contribuíram para a luta dos direitos trabalhistas, como também atuaram na defesa das classes subalternas, incluindo demandas populares. Essa política de esquerda podia ser evidenciada nos encontros realizados nas áreas rurais e em bairros periféricos, esse era o modelo de política do Partido dos Trabalhadores (PT), e que se opunha à elite local, de tendência conservadora.

³⁸⁸ Gois, A, *Op. Cit.*, 1989.

³⁸⁹ *Ibid.*

³⁹⁰ Sobre o “Mensalão”, ver: Acervo do Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/mensal%C3%A3o/Acervo/acervo>. Acesso em: 22/09/2024.

³⁹¹ Sobre a Operação “Lava Jato”, ver: Acervo do Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/opera%C3%A7%C3%A3o%20lava%20jato/Acervo/acervo//2////>. Acesso em: 22/09/2024.

Nesse sentido, é inegável suas contribuições estruturais, especialmente com as instituições democráticas e as políticas de ampliação voltadas às classes populares que marcaram o legado do partido na política estadual. O “movimento Pró-PT” perpassa os mandatos conquistados ou vitórias eleitorais durante sua trajetória. Talvez o impacto maior esteja concentrado nas práticas políticas, dando visibilidade às transformações promovidas com a participação popular e no aprofundamento do conceito de democracia. Dessa maneira, parte de um conceito de democracia não apenas formal e funcional, pois afinal, para a democracia se efetivar ela precisa ser uma democracia social, cultural e religiosa com a participação de todos. Durante as gestões dos petistas foram realizadas diversas atividades que permitiram a participação popular e assim arrisco a dizer que tal impacto possa ser melhor sentido no modo como as classes subalternas passaram a se verem representadas, seja pelo surgimento de novas lideranças, pelo aumento de espaços públicos participativos e pela institucionalização de várias outras práticas democráticas. É inegável que as marcas do “movimento Pró-PT” permanecem vivas na política sergipana até os dias atuais, e o PT (R) existe em tempos de ameaças constantes de grupos extremistas de direita.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar o surgimento do primeiro núcleo do PT-Sergipe, até a sua consolidação como uma agremiação forte no estado. Para isso, buscamos contextualizar o cenário inicial a partir da Operação Cajueiro, de 1976, que teve como principal objetivo neutralizar o tradicional Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a dispersão do PCB no estado, e após a lei da Anistia e a nova lei partidária de 1979, ocorreu uma nova reconfiguração, com migrações de membros atingidos nessa operação para outras agremiações políticas. Nota-se que outros partidos e movimentos sociais se beneficiaram da desestruturação do PCB, ampliando suas bases. O MDB, que cresceu muito no período de “distensão política”, se esgotou e deixou de ser abrigo das esquerdas. Esse partido era um instrumento de dispersão das esquerdas nos primeiros anos da ditadura, funcionou como abrigo, mas se esgotou nos anos 1970. Nesse sentido, começa a se mobilizar uma nova frente política diferente atrás de um partido legal, o surgimento do PT arrematou o PCB.

A história do PT teve início a partir do “movimento pró-PT”, que surgiu no bojo da efervescência política dos anos 1980. O surgimento e formação do PT-Sergipe, apresentou características específicas que tornaram sua história única. A começar pela unidade e hegemonia política e ideológica dos membros fundadores, predominantes nos anos iniciais. Por ser um partido formado, especialmente por um grupo de classe média, inicialmente houve forte resistência dos trabalhadores rurais em aderirem à sua proposta. Nessas condições, a igreja de Propriá, na figura do bispo D. José Brandão de Castro, apresentou-se como instituição importante nesse processo. Anos mais tarde, com a criação da CUT, houve uma maior aderência ao partido. Os anos iniciais do PT foram assim, trilhados por desafios, sobretudo pela falta de capital, vale lembrar que a legislação não permitia que os sindicatos bancassem a incipiente estrutura organizacional partidária, convivendo ainda com a repressão, Celso Rocha de Barros (2022) diz que, o PT “na sua origem, era fraco”³⁹².

Em 1982 os petistas disputaram as primeiras eleições, mas os resultados das urnas mostraram ainda a fragilidade do partido. Em contrapartida, o partido vinha crescendo de forma sistemática e consistente com sua proposta e programa no âmbito da classe

³⁹² BARROS, Celso Rocha. *Op. Cit.*

trabalhadora. De modo que na segunda metade dos anos 1980, o cenário político para o partido começou a mudar, muitas vezes se apresentando no centro do palco político.

Os principais resultados desta pesquisa demonstraram que o processo de formação do PT, está entrelaçado com as dinâmicas de repressão e resistência do período ditatorial. O PT surgiu em um cenário de reconfiguração política, sendo um espaço alternativo para atuação de militantes continuarem na luta. Ao observar a literatura já produzida até o momento, é possível perceber que essa pesquisa amplia a compreensão de um fenômeno nacional, ao estudar um tema com ênfase no espaço local.

As principais limitações deste estudo, centram-se na dificuldade em acessar documentos históricos referentes ao PT-Sergipe. A maioria dos documentos iniciais do PT estão dispersos em arquivos pessoais e não institucionalizados. Além disso, concentra-se na ausência de figuras chaves que já faleceram, ou que não estão em condições de ceder entrevistas.

Com base nesses resultados, há um campo vasto de pesquisas que emergem como possibilidade para ampliar esse estudo. A começar pela relação política e cultural entre os índios Xokó, grupo indígena localizados na região do Baixo São Francisco, e o Partido dos Trabalhadores (PT), que por vezes, convergem na luta e resistência pelos direitos territoriais. Além disso, caberia também uma ampliação deste estudo na análise da participação dos ex-militantes do PCB e suas contribuições em outros estados. Permitindo compreender as influências em outros contextos locais e políticas regionais. Outra possibilidade, é compreender a trajetória política do PT-Sergipe, no cenário de governança e disputas políticas eleitorais (1989-2024). Buscando analisar a fase de institucionalização do PT, com suas pressões eleitorais e alianças, às vezes pragmáticas. Outrossim, são bem-vindos, estudos comparativos, a exemplo da consolidação do PT-Sergipe, alinhado às dinâmicas e características locais, interligadas a tendências globais de movimentos de resistência similares. Desse modo, destaca-se o Movimento Solidariedade, na Polônia, que possuía uma experiência de mobilização social em torno da resistência a regimes autoritários.

Em conclusão, o estudo do surgimento do PT-Sergipe até a sua consolidação, permitiu evidenciar os processos políticos, culturais e sociais, que deu origem a um dos partidos políticos mais importante da história recente. Por meio de vasta documentação, como relatos orais, jornais, relatórios policiais, documentos oficiais do partido e da

Comissão Estadual da Verdade, permitiu reconstruir a trajetória de atores locais e dos anos iniciais do PT. Desse modo, essa pesquisa traz à luz a complexidade dos protagonistas, articulações locais e as dinâmicas local e nacional. Ao contribuir para a compreensão do PT no estado de Sergipe, a pesquisa amplia os horizontes da historiografia sergipana e brasileira, ao trazer a experiência local na composição política nacional. Além disso, contribui para a história política e do tempo presente, trazendo novas vozes, trajetórias pouco exploradas e de diferentes realidades do país.

REFERÊNCIAS:

A- FONTES:

FONTES ORAIS:

1. Entrevista realizada com Antônio José Gois, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 10/03/2023, Aracaju/SE.
2. Entrevista realizada com Marcelo Bomfim, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 10/10/2022, Atalaia, Aracaju-SE.
3. Entrevista realizada pela Profª. Dra. Célia Costa Cardoso com Dr. Antônio Samarone, 07/10/2022, Edifício Benjamin Carvalho, Aracaju/SE.
4. Entrevista realizada com Milton Alves, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes. 04/05/2023, Aracaju/SE.
5. Entrevista realizada com Clímaco César, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, via Google Meet, Aracaju/SE.
6. Entrevista realizada com Tereza Cristina Cerqueira da Graça, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 13/02/2023, Atalaia, Aracaju/SE.
7. Entrevista realizada com Adiberto de Souza, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 14/02/2023, Ponto Novo, Aracaju/SE.
8. Entrevista realizada com José Afonso do Nascimento, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 08/02/2023, Shopping Riomar, Aracaju/SE.
9. Entrevista realizada com Marcos Antônio Araújo Cardoso, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, 13/02/2023, Rádio UFS, São Cristóvão/SE.
10. Entrevista realizada com Milson Barreto, cedida a Ronaldo de Jesus Nunes, vídeo conferencia, Aracaju/SE.
11. Entrevista com Zelita Rodrigues Correia, cedida a Pesquisadora Maria Aline Matos de Oliveira, 29.01.2019, Aracaju-SE.

ACERVOS CONSULTADOS:

Acervo “Documentação Sergipana”. Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe.

Acervo do Estadão. Disponível em:
<https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/mensal%C3%A3o/Acervo/acervo>. Acesso em:
22/09/2024.

Arquivo público do Estado de Sergipe (APES).

Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Centro Sérgio Buarque de Holanda de Documentação e História política da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/o-centro-de-memoria/>. Acesso em: 30/01/2024.

Instituto Marcelo Déda. Disponível em:
<https://www.institutomarcelodeda.com.br/acervos-imd/>. Acesso em: 05/09/2024.

Acervo do Museu da Gente Sergipana, Aracaju/SE.

DOCUMENTOS OFICIAIS:

Cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro. Disponível em:
https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf. Acesso em: 02/02/2024.

Carta a um líder operário, 1 de agosto de 1978, in: MARQUES NETO, Castilho (org.), Mário Pedrosa e o Brasil, São Paulo: fundação Perseu Abramo, p. 169-172.

Comissão Estadual da Verdade "Paulo Barbosa de Araújo" (Sergipe - Relatório Final). Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (Edise), 2021. Disponível em: <https://segrase.se.gov.br/edise/produto/250/digital>. Acesso em: 02/01/2024.

Executiva da Comissão Diretora Nacional Provisória. Comissão Nacional Provisória. Disponível em: <https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/1958>. Acesso em: 16/09/2024.

Composição do Diretório Nacional. Disponível em:
https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN-DP_1987_0006-0008.pdf. Acesso em: 26/08/2024.

Dossiê Operação Cajueiro. Disponível em:
https://issuu.com/comissaodaverdadedesergipe/docs/asv_ace_3802_82_001. Acesso em:
30/01/2024.

Em Tempo: Periódico Nacional - Ano XI - n° 228. Disponível em:
https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_EM_TEMPO_1988_0228.pdf. Acesso
em: 10/09/2024.

Em Tempo: Periódico Nacional - Ano XI - n° 229. Disponível em:
https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_EM_TEMPO_1988_0229.pdf. Acesso
em: 11/29/2024.

Em Tempo: Periódico Nacional - Ano XII - n° 230. Disponível:
https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/J_EM_TEMPO_1988_0230.pdf. Acesso
em: 11/09/2024.

GOIS, A. Reflexões, o PT em campanha. Carta a Luiz Inácio Lula da Silva. 18 de abril
de 1989. Acervo pessoal.

Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. Disponível em:
[https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-
manifestodelancamento_.pdf](https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_.pdf). Acesso em: 02/01/2024.

Partido dos Trabalhadores. Ata de Reunião, 7 de maio de 1981. In: MENEZES, José
Valdomiro Fernandes. Origem e Formação do Partido dos Trabalhadores no Estado de
Sergipe (1980 - 1982) 2000. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de
História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.
Documento sergipano. Acesso em: 02/02/2024.

Partido dos Trabalhadores. Carta de Princípios. Disponível em:
[https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-
manifestodelancamento_0.pdf](https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-manifestodelancamento_0.pdf). Acesso em: 03/01/2024.

Partido dos Trabalhadores. Documentos Dossiê, domingo, 10 de fevereiro de 1980.
Disponível em: [https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-
P1_Dossie-Doctos.pdf](https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-P1_Dossie-Doctos.pdf). Acesso em: 01/01/2024.

Programa do Partido dos Trabalhadores (PT). In: MENEZES, José Valdomiro Fernandes.
Origem e Formação do Partido dos Trabalhadores no Estado de Sergipe (1980 - 1982)
2000. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de

Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano. Acesso em: 02/01/2024.

Resoluções políticas. Disponível em: https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acervo/PTDN-DP_1987_0006-0007.pdf. Acesso em: 28/08/2024.

FONTES JORNALÍSTICAS:

Vinte e seis presos políticos em Sergipe. Jornal da Bahia, Salvador-BA, 24 de fevereiro de 1976, p. 8.

Quarto exército prende em Aracaju. Jornal da Bahia, Salvador-BA. 25 de fevereiro de 1976, p. 08.

Presos de Aracaju virão para a Bahia. Jornal da Bahia, Salvador-BA., 26 de fevereiro de 1976, p. 01-02.

VI Região Militar explica e anuncia novas prisões. Tribuna da Bahia, Salvador- BA, 27 de fevereiro de 1976, p.01.

PT realiza primeiro encontro estadual. Gazeta de Sergipe, Aracaju-SE, 20 de julho de 1980, p.1.

PT elegeu comitiva estadual. Gazeta de Sergipe, Aracaju-SE, 29 de julho de 1980, p. 01.

PT intensifica em SE a filiação partidária. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 04 de janeiro de 1981, p.2.

PT terá candidato ao governo estadual. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 29 de agosto de 1981, p.1 e 5.

PT terá candidatos. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 09 de março de 1982, p.1 e 5.

PT define candidatos majoritários. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 25 de maio de 1982, p.1 e 5.

PT apresenta candidatos ao TSE. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 14 de agosto de 1982, p. 5.

PT faz convenção e confirma candidatos. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 03 de agosto de 1982, p. 5.

PT promove debate no Siqueira Campos. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 14 de setembro de 1982, p.5.

PT consolidado: Góis. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 26 de outubro de 1982, p. 5.

O PT no seminário político. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 09 de outubro de 1982, p. 5.
Partidos na fase final da campanha. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 09 de novembro de 1982, p. 5.

PT não aceita negociações diz Antônio Carvalho. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 18 de dezembro de 1982. p. 5

PT define planos de ação para 83. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 21 de dezembro de 1982, p. 5.

PT consulta as bases. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 03 de dezembro de 1984, p. 5.

Deda e Alberto escolhidos pelo PT para concorrer à prefeitura. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 25 de julho de 1985, p. 2.

Proposta do PT é explicada por Déda. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 26 de setembro de 1985, p. 4.

PT quer eleger Déda em Aracaju, diz Lula. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 16 de setembro de 1985, p. 1.

PT faz passeata e PL não sai. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 13 de novembro de 1985. p. 1.

Tânia é a candidata do PT ao governo. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 14 de abril de 1986, p. 1.

PT decide: Tânia vai disputar governo. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 14 de julho de 1986, p. 1.

Presidente do PT prevê a vitória do partido em SE. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 25 de outubro de 1986, p. 5.

Tânia do PT diz como o partido disputará a eleição. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 12 de junho de 1986, p. 1.

PT elege a nova direção regional. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 04 de novembro de 1987, p. 1.

Mobilizar a classe trabalhadora em torno da Constituinte é tarefa do PT, diz Déda. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 20 de novembro de 1986, p. 5.

PT/SE defende convocação de Constituinte soberana. Gazeta de Sergipe, Aracaju/SE, 31 de dezembro de 1985, p. 4.

PT não passou de um sonho. Jornal da Cidade, Aracaju/SE, 06 e 07 de abril de 1980, p. 1.

Auditória militar absorve sergipanos. Jornal da Cidade, Aracaju-SE, 17 de agosto de 1978, p. 01.

Comício reúne mais de 30 mil pessoas. Jornal da Cidade, Aracaju/SE, 28 e 29 de fevereiro de 1984, p. 2.

Jornal da Cidade, Aracaju/SE. 26 de setembro de 1985.

Jornal da Cidade, Aracaju/SE. 15 e 16 de setembro de 1985.

Jornal da Cidade, Aracaju/SE. 15 e 16 de setembro de 1985.

Folha de Sergipe, Aracaju/SE. 12 e 13 de agosto de 1985.

LEGISLAÇÃO:

Lei Nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6368.htm. Acesso em: 02/02/2024.

Lei Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6767.htm. Acesso em: 02/02/2024.

Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm. Acesso em: 03/02/2024.

Lei Nº 7.332, de 1º de julho de 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7332.htm. Acesso em: 05/04/2024.

Senado Federal. Proposta de Emenda Constitucional nº 5 de 1983 Dante de Oliveira. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/18035>. Acesso em: 25/06/2024.

AUDIOVISUAL:

ROGÉRIO, Fábio. Operação Cajueiro: um carnaval de torturas. Youtube, 04 de janeiro de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pAT_U-IEyZw&t=1s. Acesso em: 02/02/2024.

SITES:

G1. O discurso de Lula ponto a ponto, 31 de outubro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/leia-e-veja-a-integra-dos-discursos-de-lula-apos-vitoria-nas-eleicoes.ghtml>. Acesso em: 01/01/2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE. Aracaju: TRE-SE, 2024. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 20/09/ 2024.

B- BIBLIOGRAFIA:

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Prefácio de Margareth Rago. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista de Sociologia e política*, p. 111-124, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/3zzNMqYyVvmvLcz46XGNWQC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07/01/2024.

ANDRADE, E. O. A liberdade nasce da luta: o surgimento da OSI na crise da ditadura. SANTOS, Cecília Macdowell, TELES, Edson, TELES, Janaína Almeida (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 1, São Paulo, Editora Hucitec, 2009.

_____. Mário Pedrosa, o golpe de 1964 e a crítica ao desenvolvimentismo. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 11, 2016.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira; ALAMBERT, Francisco; MARI, Marcelo. *Mário Pedrosa: revolução sensível*. São Paulo, Edições Sesc. 2023.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2015. (Edição especial de 20 anos.)

ARAÚJO, Ciro Alcântara de. A origem do Partido dos Trabalhadores no Ceará: uma alternativa popular (1979 - 1989). 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/7130>. Acesso em: 04/01/2024.

ARAÚJO, Paulo Barbosa de. *Os ícones de um terremoto: Golpe Militar, repressão e resistência política*. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.

ASSUNÇÃO BARROS, José D. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. Editora Vozes Limitada, 2017.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v. 12, p. 88-113, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/TzJkgQBnG64hk5QyKCCv5NR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22/02/2024.

BARRETO, Mayra Ferreira. Abordagem de temáticas da ditadura civil-militar no Jornal “Gazeta de Sergipe” (1968–1978). Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13955/2/MAYRA_FERREIRA_BARRETO.pdf. Acesso em: 10/02/2024.

BARROS, Celso Rocha. *PT, uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BECKER, Jean Jacques. *O handicap do a posteriori*. In: Usos & abusos da história oral. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 27-32.

BELLIFEMINE, Onófrío. “O vento Báltico”: das greves de Gdansk ao reconhecimento do Solidarność, a Polónia do “Corriere della Sera” (julho-agosto de 1980). In: Colóquios Literários. Uniwersytet Kardynała Stefana Wyszyńskiego em Warszawie, 2023. p. 59-79. Disponível em: <https://bibliotekanauki.pl/articles/20448434.pdf>. Acesso em: 10/10/2024.

BEZERRA, Carla de Paiva. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. e3410016, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9Z9CT9Qcp43DsXwkNxyLYXd/>. Acesso em: 02/01/2024.

BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica marxista*, v. 17, p. 10-36, 2003. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/unicamp/Governo_Lula.pdf. Acesso em: 02/11/2024.

BOSI, A. “Canudos não se rendeu” in *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 209-220.

CAFARELLI, Andressa Patacho. Ação política e pensamento político de Golbery do Couto e Silva. *Pensata*, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/10022/7850>. Acesso em: 27/01/2024.

CARDOSO, Celia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

_____. 1964 em Sergipe: política e repressão. In: JANOTTI, Maria de Lourdes M. & ARIAS NETO, José Miguel (Orgs.). *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. Vinhedo, ed. Horizonte, p. 115-141. 2015.

_____. Armas da vigilância política: “segurança nacional” e “guerra revolucionária”. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa. *Ditaduras: Memória, violência e silenciamento*. Salvador: Editora da EDUFBA, 2017.

CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (Ed.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. SciELO-EDUFBA, 2017.

CARREGOSA, Antonio Santana. Participação popular e emancipação social: um estudo sobre o planejamento participativo de Sergipe (pp). 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6280>. Acesso em: 14/09/2024.

CARVALHO, Thayza Souza et al. Aparelho repressivo de Estado: memórias da ditadura em Sergipe. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5707>. Acesso em: 29/01/2024.

CASTRO, Hebe. História Social: In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de sociologia e política*, p. 83-106, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25/01/2024.

COSTA, Rodrigo José da. O socialismo possível: o PCB, os estertores da Ditadura Militar e a Nova República em Alagoas (1980-1991). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/30705/1/TESE%20Rodrigo%20Jos%c3%a9%20da%20Costa.pdf>. Acesso em: 20/01/2024.

CRUZ, José Vieira. *Da autonomia à resistência democrática: Movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. Alagoas: Edufal. 2012.

_____. “Tempos difíceis”: os estudantes, a operação cajueiro e a repressão política em Sergipe. In: JANOTTI, Maria de Lourdes Mênaco; ARIAS NETO, José Miguel. *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. São Paulo: Editora Horizonte, 2015.

CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MARTINS, Carlos Estevam. *De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura"*. *Sociedade política no Brasil pós-64*, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-03.pdf>. Acesso em: 22/01/2024.

DANTAS, Beatriz Góis. *Xokó: Grupo indígena de Sergipe*. SEED/NEI. Aracaju, 1997. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto65/FO-CX-65-4277-2011.PDF>. Acesso em: 02/02/2024.

DANTAS, José Ibarê Costa. *Marcelo Déda na construção da democracia*. Aracaju: Criação Editora, 2023.

_____. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Tempo Brasileiro, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. A campanha das Diretas Já: narrativas e memórias. In: São Leopoldo, XXIV Simposio Nacional de História. 2007. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210564_84d38c9cfe41bf5923ff197bcd787740.pdf. Acesso em: 08/01/2024.

DIAS, Deise Ribeiro. A mídia impressa sergipana nas eleições para governador em 2006: cobertura do Cinform, Correio de Sergipe e Jornal da Cidade. 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13608/1/M%c3%addiaImpressaSergipana_Dias_2010.pdf. Acesso em: 02/02/2024.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura1. *Estado e Sociedade*, p. 239, 1985. Disponível em: https://inctpped.ie.ufrj.br/pdf/livro/Estado_e_Sociedade_no_Brasil.pdf#page=241. Acesso em: 13/01/2024.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica*. Editora Contracorrente, 2020.

FERREIRA, Marieta de M. Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil. In: *SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE: ditadura militar e resistência no Brasil*, Rio de Janeiro, 2004. Anais... Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 183-191. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/9bf1c7fb-9821-4182-aa60-7bc4e808b982/content>. Acesso em: 29/01/2024.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Editora FGV, 2014.

_____. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 3, p. 251-286, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/HK5PxXm9dSBk9NKvt7P9kJq/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 02/02/2024.

_____. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. 2a. Ed. RJ, Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, César Alessandro. Partido Comunista Brasileiro versus ditadura militar: 1964-1985—a clandestinidade também mata. *Textos e Debates*, n. 25, 2014. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2781/1552>. Acesso em: 28/01/2024.

FLEISCHER, David V. Governabilidade e abertura política: as desventuras da engenharia política no Brasil, 1964-84. *Revista de Ciência Política*, v. 29, n. 1, p. 12-39, 1986. Disponível em: [file:///C:/Users/Samsung/Downloads/admin,+2+-+Governabilidade+e+abertura+pol%C3%ADtica+as+desventuras+da+engenharia+pol%C3%ADtica+no+Brasil,+1964-84%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Samsung/Downloads/admin,+2+-+Governabilidade+e+abertura+pol%C3%ADtica+as+desventuras+da+engenharia+pol%C3%ADtica+no+Brasil,+1964-84%20(1).pdf). Acesso em: 24/01/2024.

FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. Cortez. 1989.

GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GÓES, Cristian; ROCHA, Ana Paula; MARQUES, Paulo. *Borracha na cabeça: O golpe e a ditadura militar em Sergipe*. Aracaju-SE: Centro de Estudos em Jornalismo e Cultura Cirigype, 2024.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. São Paulo: Editora Record, 2014.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, v. 2. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere*, v. 6. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JESUS, Givaldo Santos de. Terra e trabalho: uma abordagem da memória do espaço e da história rural do sertão sergipano (1960-2018). Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15516>. Acesso em: 02/01/2024.

KECK, Margaret E. *PT-A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. 2010.

KINZO, MARIA D.'ALVA G. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo em perspectiva, v. 15, p. 3-12, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3NSCRgSjxx9mz3FCMNYFfQn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28/01/2024.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LE MOS, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Consequência., 2018.

LIMA, Paulo. *Operação Cajueiro: a repressão aos comunistas Sergipe*. Aracaju, Editora Artexto, 2005.

LOPES, Wibsson Ribeiro. Os primeiros anos do PT em Alagoas (1979/1989). 2016. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2167/1/Os%20primeiros%20anos%20do%20PT%20em%20Alagoas%201979-1989.pdf>. Acesso em: 02/02/2024.

MALDOS, Celso Renato. *Presidente Lula, operário em construção: discursos dos anos 1980*. 1º ed. São Paulo: Terra Redonda, 2020.

Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MELO, Demian. O golpe de 1964 como uma ação de classe: uma polêmica com certas tendências da historiografia brasileira. In: Carla Luciana Silva, Gilberto Grassi Calil e

Marcio Antônio Both da Silva (orgs.). *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM, 2014.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MENEZES, Jose Valdomiro Fernandes. *Origem e Formação do Partido dos Trabalhadores no Estado de Sergipe (1980 - 1982)* 2000. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

MIRANDA, Cristian Barreto. *Entre vermelhos e azuis, os "Comunistas de Cristo" formam partido: política e religião na região Sisaleira da Bahia (Conceição do Coité, 1970-2000)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36514>. Acesso em: 03/01/2024.

MOISÉS, José Álvaro. *Os significados da democracia segundo os brasileiros*. Opinião pública, v. 16, p. 269-309, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/ZM7kn78bzTCyDG57yMXxjhb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09/01/2024.

MORAES, Mário Sérgio de. *Memória e cidadania: as mortes de V. Herzog, Manoel F. Filho e José F. de Almeida*. SANTOS, Cecília Macdowell; TELES. Edson; TELES; Janaína de Almeida. (orgs.). *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, v. 1, 2009.

MORAIS, Fernando. *LULA, biografia*. Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MOTA, Maurício Quadros da. *A UNE volta à cena: a reorganização do movimento estudantil baiano e processo e reconstrução da UNE (1969-1979)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pós-Graduação em História. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18785>. Acesso em: 20/01/2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora UFMG, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Afonso. Os Combates nas Trevas de Milton Coelho: o petroleiro tornado cego pela Ditadura Militar. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, n. 54, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/22192/16445>. Acesso em: 06/12/2024.

NOBRE, Gismário Ferreira. Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na relação com o Estado e a sociedade: entre a autonomia e a institucionalização do caso de Sergipe. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10886/1/Tese%20Gismario%20Nobreseg.pdf>. Acesso em: 03/02/2024.

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*. V. 10 (1993). jul./dez. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 06/06/2023.

NUNES, R. J. Desvendando o enigma vermelho: Operação Cajueiro, PCB e crise partidária em Sergipe (1976-1980). *Revista Do Instituto Histórico E Geográfico De Sergipe*, v. 1, n. 54, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/21419>. Acesso em: 06/12/2024.

OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. *Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)*. Aracaju: Edise, 2021.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched editorial, 1980.

_____. *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PRADO, Luiz Carlos D. & EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In:

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2a., Ed., RJ, Civilização Brasileira, 2007.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

RAGO FILHO, Antonio. O ardil do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 29, n. 01, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/9950>. Acesso em: 10/10/2024.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. Editora Companhia das Letras, 2014.

_____. O ano mágico. In: REIS, Daniel Aarão & MORAES, Pedro de. *1968: A paixão de uma utopia*. 3a ed. rev. E atual, RJ, Editora FGV, 2008.

_____. REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas. 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>. Acesso: 02/01/2024.

REIS, Darlem Silva. Ditadura, política e censura: Gazeta de Sergipe e Rádio Liberdade (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5640>. Acesso em: 11/02/2024.

RIBEIRO, Marcelo da Silva. *PT saudações: (Um depoimento para petistas e não petistas)*. Aracaju: Sercore, 2003.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. A ditadura que mudou o Brasil. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

_____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 133-166, 2003.

RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT. 1993. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-27122022134057/publico/1993_IramJacomeRodrigues.pdf. Acesso em: 10/02/2024.

ROLLEMBERG, Denise & CORDEIRO, Janaína Martins. *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador – BA, Sagga Editora, 2021.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RISÉRIO, Antônio. *Uma história do povo de Sergipe*. Aracaju, SE: SEPLAN, 2010.

SÁ, Antônio Fernando Araújo. História Oral da luta dos trabalhadores rurais sem-terra em Sergipe (1985-1996). Combates entre história e memórias. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1347/1/Hist%C3%B3riaOral.pdf>. Acesso em: 02/01/2024.

SANTOS, Igor Gomes. Na contramão do sentido: origens e trajetória do PT de Feira de Santana - Bahia (1979-2000). Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/17090>. Acesso em: 10/10/2024.

SANTOS, Wagner Emmanoel Menezes. "O paraíso termina quando o trabalho começa": cotidiano operário e poder disciplinador na Fábrica Têxtil Confiança (Sergipe, 1943-1957). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe de Sergipe, DANTAS, Ibarê. *Marcelo Déda na construção da democracia*. Aracaju: Criação Editora, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*. Editora Companhia das Letras, 2015.

SECCO, Lincoln. *História do PT, 1978-2010*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: *O Brasil republicano*, v. 4, p. 243-282, 2003.

SILVA, Rosana Oliveira. Estado, igreja e imprensa: o episcopado de Dom José Brandão de Castro e a ditadura civil-militar em Sergipe (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/8528>. Acesso em: 05/02/2024.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de castelo a Tancredo, 1964-1985*. In: Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. 1989.

_____. *Uma História do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOBRAL, Maria Neide. *História oral da vida camponesa: assentamento de reforma agrária em Sergipe (da prática social à prática de alfabetização)*. Editora UFS. 2006.

SOUZA, José Martins. *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. Editora Contexto, 2016.

THOMPSON, Paul. *História oral e contemporaneidade*. História oral, v. 5, 2002.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Revista Brasileira de Economia*, v. 62, p. 221-246, 2008.

VIANA, Viviane Rocha; DA ROCHA JUNIOR, Coriolano Pereira. O Cotinguiba Esporte Clube como Espaço de Lazer e Sociabilidade em Aracaju–SE: Décadas de 1980 e 1990. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, v. 25, n. 2, p. 261-280, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/40853/31221>. Acesso em: 03/02/2024.